

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
NÍVEL MESTRADO**

DARIENI COSTA FARIA

**DA LEGISLAÇÃO À EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA: OS PERCURSOS DA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ (RS)**

Porto Alegre

2024

DARIENI COSTA FARIA

DA LEGISLAÇÃO À EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA: OS PERCURSOS DA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ (RS)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação,
pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão
Educativa da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Ghisleni.

Porto Alegre
2024

F2241

Faria, Darieni Costa

Da legislação à efetivação de uma política : os percursos da educação infantil no município de Gravataí (RS) / Darieni Costa Faria. — 2024.

132 f. : il.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, Porto Alegre, RS, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Ghisleni.

1. Educação infantil. 2. Ciclo de políticas. 3. Gestão educacional. 4. Escola pública. I. Ghisleni, Ana Cristina. II. Título.

CDU: 37 (043.3)

Catálogo na publicação:
(Bibliotecária Joice Behenck Evaldt CRB 10/2545)

DARIENI COSTA FARIA

DA LEGISLAÇÃO À EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA: OS PERCURSOS DA
EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ (RS)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Educação,
pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão
Educativa da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos - UNISINOS.

Aprovado em 29 de abril de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cristina Ghisleni - Orientadora (UNISINOS)

Profa. Dra. Daianny Madalena Costa - Avaliadora Interna (UNISINOS)

Prof. Dr. Jerônimo Sartori - Avaliador Externo (UFFS - Campus Erechim)

Aos meus amores de ontem, de hoje e de amanhã:
meus avós paternos, Rosamiro Faria e Jacy Izailda
Almeida Faria, e meus avós maternos Antônio Cândido
Costa e Mercedes Baptista Costa. Em suas mãos,
dispostas a desafiar o mundo, nasceu a resiliente força que
constitui nossa família.

AGRADECIMENTOS

Ela acreditava em anjo e, porque acreditava, eles existiam.
(Clarice Lispector, 1998)

Em uma jornada tão sonhada, a gratidão ecoa como o movimento de cada passo dado e de cada momento vivido. Nesse olhar para o percurso vivenciado, encontrei anjos que tornaram possível a construção desse momento. A todos esses anjos, direciono minha gratidão por este capítulo, gratidão essa que reverberará por toda minha vida.

Gratidão imensa à Professora Doutora Ana Cristina Ghisleni, minha orientadora, e uma das profissionais mais éticas e competentes que já conheci. Gratidão por sua acolhida, seu apoio, sua crença nessa pesquisa e em minha possibilidade de fazê-la. Seu apoio fez desse percurso um capítulo lindo de minha história. As palavras não são capazes de expressar as marcas de sua generosidade nessa jornada e em minha vida.

Gostaria de agradecer, também, aos participantes desta pesquisa que, de forma muito sensível e honesta, abriram as portas de seus espaços de trabalho e abriram seus corações para a proposta de uma reflexão sobre gestão educacional voltada à Educação Infantil. Suas falas teceram cada escrita e suas colaborações enriqueceram de forma essencial o compromisso de pensar-se em ações gestoras para essa etapa tão importante da Educação Básica. Meus sinceros aplausos a cada um de vocês pelo comprometimento de suas ações com a educação pública.

Agradeço à Secretaria Municipal de Educação de Gravataí, ambiente profissional no qual atuo e que me propiciou ver esse município em suas múltiplas facetas. As oportunidades de aprendizado ocorrem diariamente nesse espaço repleto de pessoas que, realmente, acreditam na educação.

Gratidão aos meus amigos que tão generosamente emprestaram seus ouvidos e seu tempo à esta apaixonada pesquisadora em construção. Gratidão pelo apoio, compreensão e parceria nesse caminhar.

Gratidão e amor eterno à minha família: meu pai, Dario, minha mãe, Eni, e minha irmã, Daisy. Vocês são tudo para mim e nada disso seria possível sem esse amor incondicional que nos une. Gratidão pela compreensão, pelo apoio, pela escuta, pelo entendimento às minhas ausências em nossos momentos juntos... Gratidão por

tudo e por tanto. Cada passo foi dado por nós quatro, juntos. Poucos compreendem e traduzem tão bem a palavra amor como vocês. Eu só posso agradecer a bênção que é o nosso encontro nesse plano. O melhor de mim inspira-se em quem vocês são. Obrigada por sonharem comigo, estarem sempre ao meu lado e terem essa fé absurda em mim. Vocês são os meus anjos da guarda! Essa conquista é nossa!

E, finalmente, agradecer a Deus: início e fim de tudo. Gratidão por fazer-me encontrar sempre na fé a certeza de que o impossível é possível, pois nunca estamos sozinhos. Obrigada por hoje, por ontem e por sempre!

“O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. (Michel Foucault, 1970).

RESUMO

A presente pesquisa dedica-se à temática das políticas educacionais para a Educação Infantil, à luz da experiência do território de Gravataí. Para fins deste estudo, a abordagem qualitativa é a escolha metodológica por meio de uma prática de pesquisa exploratória, apresentando, em relação aos procedimentos, o perfil de estudo de caso. O percurso metodológico da pesquisa aliou a prática exploratória mediante entrevistas e questionários, com a análise documental. A questão central da pesquisa busca compreender como as políticas educacionais configuraram a Educação Infantil na análise da experiência do Município de Gravataí-RS. Objetiva-se analisar as contribuições das políticas educacionais para a Educação Infantil na qualificação da oferta desta etapa educativa, em consonância com as práticas de gestão no contexto da educação pública, por meio de documentos e das resoluções municipais que amparam a ação no município de Gravataí no intervalo de tempo entre os anos de 2017 e 2022. Este estudo apresenta como aporte teórico-metodológico a perspectiva dos Ciclo de Políticas, amparado nas reflexões de Stephen Ball e Jefferson Mainardes, entre outros pesquisadores que dialogam com tal perspectiva de análise. Como resultados, o estudo aponta para a importância da gestão educacional na estruturação das práticas educacionais e aplicabilidade das políticas educacionais para a Educação Infantil. Com o objetivo de instrumentalizar os gestores, este estudo propõe uma intervenção que articule a formação de gestores e a construção de documento norteador das políticas educacionais voltadas à Educação Infantil fomentando o engajamento nas práticas de gestão.

Palavras-chave: educação infantil; ciclo de políticas; gestão educacional; escola pública.

ABSTRACT

This research is dedicated to the theme of educational policies for Early Childhood Education, in light of the experience of the territory of Gravataí. For the purposes of this study, the qualitative approach is the methodological choice through an exploratory research practice, presenting, in relation to the procedures, the case study profile. The methodological path of the research combined exploratory practice through interviews and questionnaires, with documentary analysis. The central question of the research seeks to understand how educational policies configured Early Childhood Education in the analysis of the experience of the Municipality of Gravataí-RS. The objective is to analyze the contributions of educational policies to Early Childhood Education in qualifying the provision of this educational stage, in line with management practices in the context of public education, through documents and municipal resolutions that support the action in the municipality of Gravataí in the time interval between the years 2017 and 2022. This study presents as a theoretical-methodological contribution the perspective of the Policy Cycle, supported by the reflections of Stephen Ball and Jefferson Mainardes, among other researchers who dialogue with this analytical perspective. As results, the study points to the importance of educational management in structuring educational practices and the applicability of educational policies for Early Childhood Education. With the aim of providing tools to managers, this study proposes an intervention that articulates the training of managers and the construction of a guiding document for educational policies aimed at Early Childhood Education, encouraging engagement in management practices.

Keywords: early childhood education; policy cycle; educational management; public school.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Intersecção dos elementos de análise do estudo	18
Figura 2 - Organização da Educação Infantil em Gravataí	26
Figura 3 - Apresentação inicial do Ciclo de Políticas	45
Figura 4 - Ciclo de Políticas após a inserção de dois novos contextos, em 1994	46
Figura 5 - Capa do Caderno Orientador da Educação Infantil de 2018.....	64
Figura 6 - Propostas de atividades	66
Figura 7 - Organização do currículo	67
Figura 8 - Ciclo da Política Educacional, conforme entrevista da Diretora A	77
Figura 9 - Ciclo da Política Educacional, conforme entrevista da Diretora B	81
Figura 10 - Ciclo da Política Educacional, conforme entrevista da Diretora C.....	85
Figura 11 - Ciclo da Política Educacional, conforme entrevista da Diretora D.....	89
Figura 12 - Convergência entre as Etapas e Entrega Final.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura de Atendimento à Educação Infantil no Município de Gravataí.....	25
Quadro 2 - Organização dos profissionais que atuam nas EMEIs de Gravataí	29
Quadro 3 – Teses e Dissertações relacionadas à Educação Infantil e Políticas Públicas.....	34
Quadro 4 - Estruturação das ações metodológicas para levantamento de dados.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo de atuação na escola	91
Gráfico 2 - Tempo de atuação na rede Municipal de Educação de Gravataí	92
Gráfico 3 - Número de crianças matriculadas na escola	92
Gráfico 4 - Número de profissionais atuantes na escola	93
Gráfico 5 - Importância das Políticas Educacionais para a gestão educacional	93
Gráfico 6 - Política Educacional com maior impacto para a Educação Infantil	93
Gráfico 7 - Política Educacional com maior impacto no funcionamento escolar	94
Gráfico 8 - Relação entre Políticas Educacionais e as Práticas educativas	94
Gráfico 9 - Sobre os desafios da gestão em uma escola pública com oferta a Educação Infantil.....	95
Gráfico 10 - Relevância de uma pesquisa sobre políticas educacionais para Educação Infantil para a rede municipal de educação de Gravataí.....	95

SUMÁRIO

1 LOCALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL – ESPAÇO E TEMPO: SEU CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL E AS PRIMEIRAS REFLEXÕES	16
1.1 O PONTO DE PARTIDA.....	19
1.2 PROBLEMA: AS INQUIETAÇÕES QUE FOMENTAM A PESQUISA.....	19
1.3 OBJETIVOS: ONDE SE PRETENDE CHEGAR?	20
1.4 JUSTIFICATIVA: O QUE NOS MOBILIZA NO PERCURSO DA PESQUISA?	20
2 O PERCURSO JÁ TRILHADO POR OUTROS PESQUISADORES: ESTADO DA ARTE	31
3 OS TERRITÓRIOS (RE)VISITADOS E (RE)CONHECIDOS: REFERENCIAIS QUE DIALOGAM COM A PESQUISA	39
3.1 AS APROXIMAÇÕES COM A POLÍTICA EDUCACIONAL	41
3.2 A ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DO CICLO DE POLÍTICAS.....	43
3.3 UM TERRITÓRIO A EXPLORAR: A EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTO.....	46
4 PERCURSO METODOLÓGICO: O CAMINHO DA PESQUISA	51
4.1 O CONTEXTO DE ANÁLISE – UM PRESENTE IMPREGNADO DE HISTÓRIA: COMO SE ENCONTRAM OS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS E A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ.....	54
4.2 AS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	56
4.2.1 Os entrevistados	58
4.2.2 Os questionários	59
5 DESBRAVANDO UM NOVO TERRITÓRIO: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS DOCUMENTOS ESTUDADOS	61
5.1. O CADERNO ORIENTADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ESCRITA DA REDE MUNICIPAL DE GRAVATAÍ.....	63
5.1.1 A organização do documento	65
5.2 O CENÁRIO E O CONTEXTO: AS RESOLUÇÕES MUNICIPAIS QUE CONDUZEM AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ	67

5.3 DOS DESAFIOS ÀS CONTINUIDADES DAS PERMANÊNCIAS ÀS RUPTURAS: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DO CICLO DE POLÍTICAS GRAVATAÍ EM ANÁLISE	71
5.4 COM A PALAVRA, OS GESTORES	73
5.4.1 Escola A	75
5.4.2 Escola B.	78
5.4.3 Escola C.	83
5.4.4 Escola D.	87
5.4.5 Falas das Gestoras do Sistema	90
6 ANÁLISES, REFLEXÕES E AÇÕES: O QUE SABEMOS, O QUE PRECISAMOS SABER E COMO PODEMOS AGIR.....	97
6.1 O QUE NOS TRAZEM AS DIRETORAS ESCOLARES?.....	99
6.2 DAS APRENDIZAGENS DO CAMINHO: CONEXÕES APONTADAS PELA PESQUISA	101
6.3 CONECTANDO OS DADOS E A AÇÃO: A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.	106
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A.....	119
APÊNDICE B.....	121
APÊNDICE C.....	122
APÊNDICE D.....	123
APÊNDICE E.....	124
APÊNDICE F	127

1 LOCALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL – ESPAÇO E TEMPO: SEU CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL E AS PRIMEIRAS REFLEXÕES

A atenção designada às infâncias contemporâneas expressa, além de outras necessidades, dedicação e atenção aos elementos voltados ao universo, o qual as circunda. Localizar esse universo oferece, ao pesquisador que se dedica aos estudos sobre infâncias, um desafio diferenciado: compreender a dinâmica de construção da territorialidade e da identidade infantil, bem como as referências pedagógicas e legais que a embasam. Essa questão traz ao presente estudo a premissa de que, para fazer uma prática analítica voltada à gestão educacional em interface com a Educação Infantil, torna-se necessário o entendimento de como essa etapa educativa impacta e afeta as crianças, para além da necessidade de um espaço dedicado ao cuidado infantil enquanto seus responsáveis mantêm-se suas atividades laborais. Para essa reflexão, é relevante a compreensão acerca de *como percebemos* a produção de espaços dedicados à Educação Infantil e *para quem* são esses espaços. A questão da territorialidade na Educação Infantil dialoga com as premissas de protagonismo e ludicidade relacionadas à ação das crianças nesse processo. Conforme Rosa (2020, p. 3-4),

[...]território do brincar na escola entende-se como um espaço-tempo em que a criança elabora suas próprias ideias, age com autonomia e liberdade, cria e inventa mundos, desenvolve a imaginação, interage com seres reais e fictícios, realiza trocas, sente felicidade, sofre solidão, ama e odeia, faz amizades e identifica inimigos. O território do brincar é um momento muito importante na sua formação, pois ali ela está inserida num espaço diversificado de ideias, de experiências e de imaginações. Nesse espaço ela aprende a inventar, a ser criativa, a ser independente, a testar sua autoestima, a enfrentar desafios, a encontrar soluções.

Diante dessa ponderação, é importante observarmos que as políticas educacionais voltadas à Educação Infantil precisam designar o protagonismo a quem de fato é atingido por essas políticas: as crianças. Enquanto etapa inicial da Educação Básica, a Educação Infantil configura-se como um universo complexo e exigente, o que fundamenta uma série de ações educativas que fornecem uma identidade temporal e reflexiva sobre o fazer educacional a partir das políticas públicas direcionadas à educação.

Garantir proeminência ao tempo da infância e às necessidades das crianças fornece bases relevantes para a compreensão do papel exercido pela gestão

educacional na edificação das perspectivas de políticas públicas dirigidas a esse coletivo, respeitando-se os referenciais que circundam essas práticas. Assim, a proposição analítica que segue é amparada na busca de qualificação, em níveis pedagógicos e de gestão, dos espaços que atendem às crianças de zero a cinco anos. Quando falamos de qualificação, falamos também da ressignificação das práticas gestoras que conduzem esse processo, considerando que essas ações estão em conexão direta com os contornos das políticas educacionais contemporâneas para essa etapa da escolarização. Embora não componham o contexto investigativo desta pesquisa, as reflexões sobre a territorialidade e sua relação com a Educação Infantilagem, aqui, como uma importante metáfora para esta proposição de pesquisa, que pretende dialogar com as políticas voltadas para a Educação Infantil, apontando como a presente pesquisa dedica-se a olhar para as peculiaridades deste espaço-tempo que é a Educação infantil.

Desse modo, diante dos desafios apresentados quando discutimos a gestão *na* e *para* Educação Infantil, não podemos esquecer que as premissas centrais de atendimento a essa etapa são o *cuidar* e o *educar*, conforme apontado na própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (Brasil, 2018, p. 36).

Mediante essa perspectiva, pretendemos perceber, partindo da experiência específica do município de Gravataí, Rio Grande do Sul, como a prática gestora permeia-se pelas políticas educacionais e por seu contexto, assim como o reverso também ocorre. Segundo Forest e Weiss (2003, p. 2),

Cuidar e educar é impregnar a ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade peculiares à infância.

Assim, a ação gestora, com a proposição de alinhar-se aos preceitos pedagógicos que compreendem a criança como um ser permeado por todas as particularidades referentes a seu universo de saberes, vivências e experiências, também, deverá apresentar, como fio condutor, uma ação sustentada na intencionalidade de um trabalho que vise a essas necessidades. Dessa forma, questionar a forma como essa conexão ocorre é uma das pautas desta pesquisa.

Na continuidade deste estudo, faremos uso de elementos distintos, os quais, no entanto, evoluem de forma coesa na compreensão da dinâmica da Educação Infantil no cenário contemporâneo. Isso ocorre em relação aos elementos da tríade Educação Infantil, Políticas Educacionais e Gestão Educacional e suas intersecções. A Figura 1, a seguir, ilustra esse pensamento.

Figura 1 - Intersecção dos elementos de análise do estudo



Fonte: Elaborada pela autora.

Para nossa análise, traçamos uma proposta que apresentará a pesquisa, indicando a temática abordada e o questionamento central que a promove, seguida pelos objetivos traçados para a condução da ação investigativa, pelos referenciais que embasam a proposta da pesquisa, bem como pelo percurso metodológico. Ainda

nesta escrita, abordaremos questões relacionadas às políticas educacionais para a Educação Infantil e a gestão educacional em interface com esses aspectos.

1.1 O PONTO DE PARTIDA

A fim de que as reflexões acerca das políticas educacionais para a Educação Infantil ocorram, faz-se necessário que compreendamos como esses dois universos encontram-se e fundem-se. A compreensão da infância como um espaço e um tempo de escolarização é uma porta que foi aberta. Assim, compreendermos a existência das infâncias e suas peculiaridades também implica movimentos transformadores, os quais podem ofertar à Educação Infantil dispositivos pedagógicos, legais e de gestão pública. Tais movimentos visam contribuir para o desenvolvimento global da criança. Em consonância com os preceitos mencionados anteriormente, emerge a temática *Da legislação à efetivação de uma política: os percursos da Educação Infantil, no Município de Gravataí (RS)*, a partir da qual buscamos realizar uma reflexão ponderada acerca das políticas educacionais, das práticas pedagógicas e de oferta da etapa Educação Infantil às crianças matriculadas na Rede Municipal de Gravataí. Lima (2012, p. 29) propõe que “[...] A educação, enquanto direito humano, comporta limites normativos, ético-políticos e morais, que são incompatíveis com fenômenos de adestramento, endoutrinação ou condicionamento dos seres humanos”. Refletir sobre essa questão aponta-nos a importância de mantermos a consciência de que a educação se apresenta como um território permeado por sentidos e significados, respondendo às demandas específicas de seu tempo, seus contextos e culturas. Dessa forma, é determinante que compreendamos que as políticas educacionais estejam em interlocução com esse processo dinâmico, que é a *práxis* educativa.

Para esta proposta de pesquisa, interessa-nos as conexões que as políticas educacionais apresentam em relação à Educação Infantil, bem como o impacto dessas estruturas na gestão educacional, no contexto da educação pública. Assim, os elementos emergentes dessas inquietações pontuam o processo analítico que fundamenta as questões presentes nos próximos segmentos deste texto.

1.2 PROBLEMA: AS INQUIETAÇÕES QUE FOMENTARAM A PESQUISA

A questão que conduzirá esta incursão no universo da Educação Infantil, no Município de Gravataí, sustenta-se nas reflexões sobre as políticas públicas referentes à primeira etapa da Educação Básica. Desse modo, o problema definido para o presente projeto de pesquisa foi: *Como as políticas educacionais configuraram a Educação Infantil na análise da experiência do Município de Gravataí-RS?* Diante dessa problemática, foram constituídos os territórios a serem atingidos com as inquietações que permeiam esta pesquisa. Emergem, desse ponto, os objetivos norteadores deste estudo, os quais descrevemos na sequência.

1.3 OBJETIVOS: ONDE SE PRETENDE CHEGAR?

Tendo em vista as perspectivas propostas em nosso problema de pesquisa e na estrutura temática abordada até aqui, nasceram os objetivos deste estudo. Utilizamos, enquanto objetivos, os aspectos que elucidam as articulações referentes às políticas educacionais, à Educação Infantil e à gestão educacional. Nesse sentido, os objetivos estão articulados conforme apresentamos na sequência.

Partindo dessa percepção, apresenta-se como objetivo geral deste estudo analisar as contribuições das políticas educacionais para a Educação Infantil na qualificação da oferta desta etapa educativa, em consonância com as práticas de gestão no contexto da educação pública, por meio das resoluções municipais (2006 e 2016) que amparam a ação no Município de Gravataí, no intervalo de tempo entre os anos de 2017 e 2022.

Considerando a problemática inicial deste projeto de pesquisa, assim como os elementos presentes nas discussões sobre as políticas educacionais e o universo que circunda a Educação Infantil, estruturamos os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar como a Educação Infantil estruturou suas bases de atuação em consonância com os referenciais legais existentes no período compreendido entre 2017 e 2022, a partir da experiência do município de Gravataí, Rio Grande do Sul;
- b) analisar os elementos formais e empíricos que embasam a Educação Infantil enquanto etapa inicial da Educação Básica e seus desdobramentos, no que tange à condução de práticas educativas no município analisado;

- c) relacionar os aspectos identitários da Educação Infantil na contemporaneidade, dialogando com os conceitos constituintes da etapa educacional em questão, à luz das políticas educacionais que subsidiaram esse caminho teórico e prático até a atualidade, vinculados à análise da vivência do município de Gravataí; e
- d) contribuir para a construção, com a participação do coletivo de gestores, de um documento orientador para a Educação Infantil do município de Gravataí, no que refere-se à gestão educacional de forma articulada com movimento de formação continuada, tendo por base as análises realizadas e as perspectivas de continuidade percebidas por meio da pesquisa.

1.4 JUSTIFICATIVA: POR QUE A EDUCAÇÃO INFANTIL? POR QUE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL? O QUE NOS MOBILIZA NO PERCURSO DA PESQUISA?

A vida é muito maior que a soma de seus momentos.
(Zygmunt Bauman, 1999)

Pensar a educação exige pertencimento. Na análise da escolha por esse caminho profissional, a autora desta pesquisa percebeu o quanto sua construção amparou-se nesse pertencimento e vínculo estruturado com o universo educacional. Nesse sentido, cabe, aqui, um breve relato dos elementos que configuraram esse processo, e como os eles se fizeram presente na ação de pesquisa proposta para esta dissertação.

Como ponto de partida, cabe destacar que a escolha pela Educação infantil como *lócus* de pesquisa não foi aleatória, mas, tampouco está vinculada às primeiras experiências vividas profissionalmente. O contato da pesquisadora com a Educação infantil é, de certa forma, recente. Em fevereiro de 2016, ingressou na EMEI Mundo de Zacarias como supervisora escolar. Até aquele momento, nunca havia atuado como educadora, gestora ou supervisora nessa etapa de ensino. Porém, a proposição desta pesquisa nasceu naquele dia 15 de fevereiro, dia quente de verão, quando passou a trabalhar naquele espaço pela primeira vez. Foi nesse momento que encontrou um novo compromisso e um novo encantamento, recursos estes que pautam a escrita aqui apresentada.

No entanto, acreditamos que seja necessário fazer emergir como chegamos até aqui e, para tanto, são retornados alguns dos momentos que compuseram o caminho até esse encontro, bem como as marcas que eles deixaram na vida da pesquisadora. Para iniciar este arco narrativo, é importante salientar que a criança que foi sempre teve fascínio pelo conhecimento (e a adulta mantém esse apreço); assim, o ingresso no universo escolar foi desejado e, preservando as vivências que temos no percurso educativo, foi prazeroso. Dessa forma, a escolha da profissão não gerou dúvidas: professora. Soube disso muito cedo, e as medidas nessa busca foram igualmente precisas na busca da realização do sonho traçado. Ao concluir o Ensino Fundamental, em uma escola pública estadual que ficava na frente de sua residência, ingressou no Curso Normal (Magistério, na época), mediante uma prova de seleção, em uma escola privada tradicional, no centro da cidade de Gravataí. A escolha do segmento já estava feita e, na busca pela docência pelo componente escolhido, iniciou a Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em março de 1997.

Na fase final da graduação, ingressou no serviço público ao ser nomeada como professora de Anos Iniciais, na rede pública estadual, onde passou a atuar com turmas de alfabetização (primeira série). Esse processo ocorreu em 2000 e, em 2005, ingressou na rede pública municipal de Gravataí, igualmente em uma nomeação como professora de Anos Iniciais para turmas de alfabetização. Paralelo a essa inserção, continuou sua busca pelo conhecimento referente ao universo educativo e, em tal conjuntura, fez sua primeira especialização, ainda na UFRGS, em Gestão da Educação, seguida por uma especialização em Cultura Afro-brasileira, pela Faculdade INEDI/CESUCA e, finalmente, em Estudos Culturais e o Currículo para a Educação Básica, pela UFRGS.

Essas trilhas acadêmicas promoveram oportunidades expressivas de atuação profissional distintas da docência e, em 2009, começou a atuação como supervisora escolar, na rede municipal de educação de Gravataí. Dois anos depois, assumiu a supervisão em uma escola da rede estadual, seguindo nesse cenário até o ano de 2015, quando o município de Gravataí ajustou seu quadro funcional de especialistas e Supervisores Escolares e Orientadores Educacionais. Desse modo, os servidores deveriam ser concursados e nomeados para esse fim, não mais na condição de professores com habilitação para o exercício da função. Nesse ano, retornou à

docência na rede municipal, prestando o concurso para supervisora escolar. Sendo bem classificada, foi nomeada na primeira chamada, e é com esta história que chegamos ao quente dia de verão de 15 de fevereiro de 2016, data em que foi “escolhida” e acolhida pela Educação Infantil.

Da vivência de dois anos na escola municipal de Educação Infantil, muitas aprendizagens se fizeram presentes, mas também muitas inquietudes emergiram. Nesta busca por mais conhecimento e formação para contribuir com o funcionamento escolar, que apresenta uma rotina e realidade tão distintas das demais etapas da Educação Básica, é que aceitou a função assessora pedagógica integrante do setor de Educação Infantil, na SMED/Gravataí. Iniciou essa atuação em fevereiro de 2018, continuando no exercício até maio de 2022. Hoje, ainda atua como assessora pedagógica, mas do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos; porém, com um trabalho de parceria constante com o Setor de Educação Infantil.

Creio que as palavras de Bauman, as quais foram utilizadas como epígrafe desta subseção, refletem o significado das teias que constituem esta pesquisadora em construção, bem como esta educadora em evolução. Acredita-se que a vida consiste nas articulações de nossas vivências, delicadamente costuradas por momentos, tentativas, assertivas, erros e o processo cíclico do constante recomeçar. Por essa razão, somente agora, posterior a 2016, é que se encontrou com a Educação Infantil. Nesse sentido, este estudo compromete-se a um diálogo efetivo com esta etapa educacional, em consonância com a gestão educacional, no contexto da educação pública, à luz da experiência do município de Gravataí.

Para refletirmos sobre a Educação Infantil no município de Gravataí, torna-se necessário realizarmos um movimento de retomada das ações específicas que foram constituindo esse espaço-tempo, a partir da perspectiva do atendimento qualificado às crianças contempladas pela¹ Rede Municipal de Ensino de Gravataí. Objetivando observar esse contexto, percebemos que também é necessário realizarmos uma reflexão sobre a territorialidade a ser analisada como pano de fundo desta proposição de pesquisa: o município em questão. Gravataí é um município da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que está a uma distância de 22 quilômetros da capital do Estado, Porto Alegre. Conta com uma área de,

¹ Para fins desta pesquisa, dedicamos nossa atenção às escolas mantidas pelo poder público municipal de Gravataí, indicadas como pertencentes à rede municipal de educação, parte integrante do Sistema Municipal de Educação de Gravataí, conforme legislação vigente (Resolução CMEG 01/2016).

aproximadamente, 468, 288 km², sendo 121,37 km² em perímetro urbano, e sua população é estimada em 265.074 habitantes (dados de 2022).

Nesse sentido, faz-se também necessária uma contextualização da Educação Infantil atualmente, na Rede do município. Entre fevereiro de 2018 e maio de 2022, a pesquisadora atuou como assessora pedagógica do setor de Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação. Chegou a essa função pautada na experiência profissional anterior, na qual atuou como supervisora em uma das Escolas Municipais de Educação Infantil da Rede.

Diante desse “aposto” explicativo, torna-se mais clara a explicitação das informações que seguem, sendo elas oriundas dessas vivências. Atualmente, existem dois expressivos segmentos de atuação em Educação Infantil no município de Gravataí: educação pública e educação privada. Ambas as esferas são acompanhadas por segmentos distintos do poder executivo. As escolas privadas de Educação Infantil são acompanhadas pelo DMEI (Departamento Multidisciplinar de Educação Infantil), que conta com a participação de representante de Vigilância Sanitária e de outros membros da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMEDT), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMEDUR) e da Secretaria Municipal de Educação (SMED).

No que tange ao acompanhamento às escolas públicas de Educação Infantil e das turmas de Educação Infantil em escolas municipais de Ensino Fundamental, o processo dá-se por meio da Assessoria Pedagógica do Setor de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação. O universo de atendimento em escolas públicas de Educação Infantil totaliza 6.258 crianças², com idades entre quatro meses e cinco anos e onze meses. Para garantir o atendimento a esse público, a Rede Municipal conta com 12 EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil) e 23 Escolas Comunitárias de Educação Infantil, vinculadas à rede pública municipal por Termo de Colaboração. As Escolas Municipais de Ensino Fundamental contam, também, com 158 turmas de Pré-escola I (crianças de quatro anos) e de Pré-escola II (crianças de cinco anos). Os dados ilustrativos seguem no Quadro 1.

² Dados de 2022, levantados junto ao Setor de Educação Infantil da SMED/Gravataí.

Quadro 1 - Estrutura de Atendimento à Educação Infantil no Município de Gravataí em 2022³

Estrutura de Atendimento à Educação Infantil no Município de Gravataí – 2022	
Número de Escolas Municipais de Educação Infantil	12
Número de Escolas Colaboradas⁴ de Educação Infantil	23
Número de Turmas de Pré-escola em EMEFs	158
Total de crianças atendidas na Educação Infantil do município de Gravataí	6.258 crianças

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados até aqui apresentados justificam a necessidade da construção de um aparato contextual para o entendimento do lugar de onde se origina nosso olhar de pesquisa: a gestão educacional que abrange esse universo. A Educação Infantil no município de Gravataí, assim como em muitos outros espaços geográficos do país, passou por um processo de transição que ainda está em desenvolvimento. Justificamos essa afirmação exatamente pelos marcos legais e pedagógicos que hoje agem como bússola do trabalho educacional, nas esferas nacionais e estaduais, gerando, por consequência, movimentos nas esferas municipais. Paro (2012) reflete sobre as conexões entre as transformações ou permanências sociais e a atividade administrativa:

A atividade administrativa – em sua concepção mais geral e abstrata, de utilização racional de recursos para a realização de fins [...] – pode apresentar-se concretamente tanto articulada com a conservação quanto com a superação de determinada ordem social. Isso depende, na prática, da natureza dos fins que se procura atingir (Paro, 2012, p. 106).

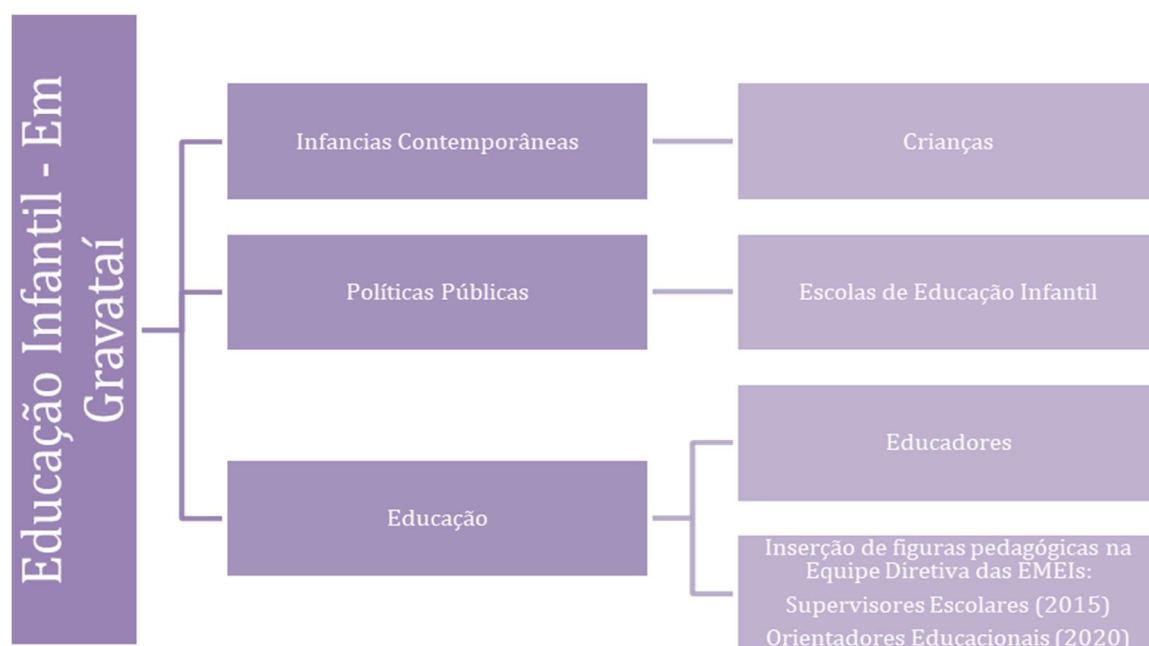
Esses balizadores se constituem como aspectos determinantes para o entendimento das ações em andamento e de suas implicações no desenvolvimento

³ Dados levantados junto ao Setor de Educação Infantil da SMED/Gravataí, em 2022.

⁴ Conforme relatado pelo Setor de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação do Município, são 76 escolas (64 EMEFs e 12 EMEIs), sendo que, das 64 EMEFs, 55 mantêm turmas de Educação Infantil.

do trabalho pedagógico e de gestão, dedicado ao atendimento às crianças em Gravataí. Além disso, para pesquisar, é necessário conhecer, de modo que é preciso que entendamos a organização do *lócus* de pesquisa. Nosso próximo passo da escrita ampara-se na organização e no funcionamento dessa rede, quanto ao atendimento à Educação Infantil. Segue, dessa forma, a Figura 2, a qual ilustra a organização da oferta para a Educação Infantil no município de Gravataí:

Figura 2 - Organização da Educação Infantil em Gravataí



Fonte: Elaborada pela autora.

As mudanças começam a consolidar-se no ano de 2006, quando foi homologada a Resolução 01/2006, do Conselho Municipal de Educação de Gravataí, que aponta a inserção das escolas de Educação Infantil no sistema Municipal de Ensino: “Art. 1º - Pertencem ao Sistema Municipal de Ensino as Instituições de Educação Infantil mantidas pelo poder público municipal e as criadas e mantidas pela iniciativa privada” (Gravataí, 2006, p. 1).

Com esse elemento norteador, a Educação Infantil passou a compor o contexto educativo, e não mais o contexto da Secretaria de Serviço Social da Rede Municipal, afinando-se, então, com o direcionamento da atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB), cuja versão original tem a data de 1996 (dez anos antes da referida Resolução), e estabelece, em seu artigo 29, que a “[...] Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e é voltada para o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos

de idade” (Brasil, 1996). A partir desse movimento, que respondeu aos indicativos legais para a Educação Infantil, foram se estruturando práticas educacionais que primam por analisar a Educação Infantil como uma etapa da Educação Básica. Em termos regionais, a Portaria Estadual 172/2005, que estabelece o regulamento técnico para licenciamento de Estabelecimentos de Educação Infantil, é a ferramenta de orientação do acompanhamento das escolas que atendem ao público da Educação Infantil, normatizando e organizando os espaços de atendimento:

Art 1º. - Todos os Estabelecimentos que ofertem Educação Infantil deverão atender ao disposto no regulamento técnico em anexo. [...]

Art 4º. - A inobservância ou desobediência ao disposto nesta portaria configura infração de natureza sanitária na forma da Lei 6437, de 20 e agosto de 1977, sujeitando o infrator às penalidades previstas na mesma. [...]

1 OBJETIVO Regularar sob o enfoque de Vigilância Sanitária, o licenciamento dos Estabelecimentos de Educação Infantil (EEI) públicos e privados no Estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2005, p. 1).

Cabe destacar, porém, que a portaria acima mencionada nasce na Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Assim como a Portaria 031/2019, que a sucedeu, o documento seguiu pontuando os aspectos relativos à questão sanitária e de saúde, não mantendo um diálogo com a educação em seu cerne. Em 2016, a Resolução 01 do Conselho Municipal de Educação de Gravataí apresentou os aspectos direcionados ao acompanhamento educacional no município:

Art. 1º. Estabelecer normas e condições para a oferta da Educação Infantil nas escolas de Educação Infantil e ou turmas de Educação Infantil presentes em Escolas Municipais de Ensino Fundamental mantidas pelo poder público municipal e para as Escolas de Educação Infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada (particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas).

Parágrafo único: As Escolas de Educação Infantil devem estar cadastradas e credenciadas no Sistema Municipal de Ensino e as turmas de Educação Infantil nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental devem ter autorização de funcionamento para esta etapa (Gravataí, 2016, p. 1).

Juntamente aos estudos anteriores e posteriores à homologação da atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), passam a se fazer presentes, no território do município de Gravataí, olhares direcionados ao fazer pedagógico da Educação Infantil à luz de uma perspectiva pedagógica de fato. Durante o ano de 2017, com a colaboração dos professores de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, foi

elaborado o *Caderno Orientador da Educação Infantil*,⁵ documento sintetizador que se propõe a ser um subsídio a mais no planejamento do professor, uma vez que dialoga com as perspectivas propostas nos estudos relacionados à BNCC.

As transições que, historicamente, foram se apresentando, dialogam também com as transições que envolvem o universo dos trabalhadores em educação atuantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Gravataí. Eles, inicialmente, estavam vinculados à Rede Municipal por concurso público e dividiam-se em duas categorias de profissionais: Atendente I, que necessitava, como formação mínima, do Ensino Fundamental, e Atendente Especial II, que necessitava, como formação mínima, de Magistério ou Curso Normal, ambos com carga horária semanal de 30 horas. Somente a contar da década de 2010 é que a figura do professor de Educação Infantil⁶ consolida-se a partir de uma sequência de concursos públicos para esse fim, com a exigência de formação mínima do Curso Normal ou Magistério e o cumprimento de uma carga horária semanal de 20 horas. Hoje, a Rede Municipal trabalha com essas três realidades nas EMEIs, sendo que os cargos de atendentes estão em extinção. O Quadro 2 sintetiza essas informações.

Quadro 2 - Organização dos profissionais que atuam nas EMEIs de Gravataí

Organização dos profissionais que atuam nas escolas municipais de Educação Infantil do Município de Gravataí			
Cargo	Formação mínima	Carga horária semanal	Atribuições
Atendente I	Ensino Fundamental	30 horas	Elementos básicos do cuidado dispensado às crianças de Berçário e Maternal
Atendente Especial II	Curso Normal ou Magistério	30 horas	Elementos básicos do cuidado e das ações pedagógicas dispensados às crianças de Berçário e Maternal

⁵ Não podemos furtar-nos a responsabilidade de mencionar a existência desse documento pedagógico tão significativo para o coletivo da Educação Infantil do município analisado, enfatizando, porém, que para fins da presente análise utilizaremos somente as resoluções do Conselho Municipal de Educação 01/2006 e 01/2016.

⁶ O Conselho Municipal de Educação de Gravataí foi instituído em dezembro de 1997, pela Lei Municipal número 1180, datada de 19 de dezembro do referido ano. A contar da data citada o município de Gravataí também passou a ser reconhecido como detentor de um sistema de ensino.

Professor de Educação Infantil	Curso Normal ou Magistério	20 horas	Elementos básicos do cuidado e das ações pedagógicas dispensados às crianças de Berçário, Maternal e Pré-escola.
--------------------------------	----------------------------	----------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados levantados junto ao Setor de Educação Infantil (SMED) de Gravataí (2022).

Relatos que obtivemos junto à assessoria pedagógica da Educação Infantil confirmam que, de acordo com os parâmetros legais, o município de Gravataí também passou por transformações que refletem as necessidades pedagógicas e legais de seu tempo. Foi a partir dessas mudanças que a Educação Infantil buscou maior visibilidade no contexto educacional e social, reforçando o objetivo relacionado aos parâmetros de “educar e cuidar”, eixos que sustentam esse segmento educacional hoje, no Brasil. A título de ilustração, destacamos as normativas legais e pedagógicas que dialogam com os referenciais contemporâneos, tais como a BNCC.

Convém, prioritariamente, resgatarmos alguns pontos que absorvem essas reflexões acerca do universo da Educação Infantil. Quando percebemos a importância da escola como espaço de acolhimento e educação para a criança em idade creche e pré-escola, percebemos, também, que esse processo se edifica na compreensão das ações que envolvem o educar *na* e *para* a infância. Barbosa e Gobbato (2021) apresentam uma importante reflexão nesse sentido:

A preocupação com a infância, com as crianças brasileiras, especialmente as em situação de maior vulnerabilidade, indica que a escola de Educação Infantil é o espaço social que melhor cumpre a tarefa de acolhimento, socialização, ampliação da vida cultural, brincadeira, contato com a natureza, a ciência, as artes e as linguagens, possibilitando também acesso à alimentação, descanso, higiene e saúde (Barbosa; Gobbato, 2021, p. 06).

Assim, é importante não perdermos de vista o fato de que os olhares dirigidos às crianças de turmas de Educação Infantil dialogam intimamente com as necessidades do tempo e do espaço em que estão inseridos. Ponderações que seguem esse caminho interpretativo levam-nos a crer que há muito mais a ser observado quando falamos de políticas educacionais voltadas à Educação Infantil, e cremos que isso acontece especialmente em virtude do que se espera para o futuro social, quando essas crianças serão os adultos na condução de sua realidade. Conforme os postulados de Barbosa e Gobbato (2021), é conveniente reiterarmos que

os fenômenos sociais que ingressam nos espaços escolares e estabelecem o ritmo, os procedimentos, as condutas e as ações presentes nesse contexto de atuação são frutos do universo histórico e social em que nascem essas crianças e, imediatamente, já atribuem valor a elas. Além disso, eles definem o que será importante para seu presente e seu futuro.

É exatamente nessa articulação que as políticas educacionais se apresentam como norteadoras do atendimento educacional, seja qual for a etapa educacional à qual estejamos nos referindo. Mainardes (2006) reflete, ao analisar produções dirigidas ao ciclo de políticas – abordagem de que, oportunamente, esta proposta de pesquisa se apropriará –, que

[...] os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas (Mainardes, 2006, p. 53).

O autor, dessa forma, aponta para a importância do entendimento da organicidade das políticas educacionais que atravessam as pessoas envolvidas na dinâmica do processo educativo (e que também são atravessadas por essas pessoas). Pautando a reflexão, cabe retomarmos como, no exemplo do município de Gravataí, essa trama foi tecida e como referenciais legais mostraram traços identitários importantes nessas perspectivas.

2 O PERCURSO JÁ TRILHADO POR OUTROS PESQUISADORES: ESTADO DA ARTE

As ações que sustentam esta proposta de pesquisa amparam-se em reflexões voltadas aos estudos sobre a primeira etapa da Educação Básica no Brasil, a Educação Infantil, assim como a seu universo pedagógico, pautando-se nas orientações oriundas das políticas educacionais que sustentam tais ações e amparam o funcionamento escolar dessa etapa educacional. Neste estudo, abordamos e analisamos produções acadêmicas que tematizam a Educação Infantil em articulação com as políticas educacionais que promovem a construção de uma identidade de trabalho, no que se refere a essa etapa educacional.

Para delimitarmos os referenciais de estudo e pesquisa que se farão presentes na constituição desta proposição de análise, é necessário trilharmos o percurso investigativo desenvolvido sobre tais questões em produções e pesquisas que dialogam com o presente contexto de trabalho. A partir disso, encontramos, nas palavras de Ferreira (2002), uma reflexão objetiva sobre a importância dessa etapa analítica na construção de um percurso de pesquisa:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema (Ferreira, 2002, p. 259).

Por essa razão, na construção da ação de pesquisa, o amparo ofertado pelo acompanhamento das produções acadêmicas que dialogam com o tema proposto revela como se associam à temática a ser analisada pelo pesquisador, gerando a oportunidade de reflexão sobre os elementos intrínsecos a esse processo, a partir de múltiplas facetas nele presentes. Este capítulo, portanto, dedica-se a um trabalho de investigação que parte do olhar lançado por distintos pesquisadores sobre as questões referentes à tríade que o sustenta: Gestão Educacional, Políticas Educacionais e Educação Infantil, constituindo uma ação investigativa de diálogo entre os autores que apontam para essa discursividade, conforme Fischer:

Ao utilizar um autor na escrita acadêmica você e toda nós de certa forma o reescrevemos nós nos apropriamos dele e continuamos sua obra tencionamos os conceitos que ele criou submetemos a discussão uma teoria porque mergulhamos no empíricos e isto de um objeto por nossa lecionado que ultrapassa vai além dos objetos que o autor escolhido elegeu justamente porque na nossa história é outra nossos lugares e tempos são outros escreveram um autor apropriar-se dele é vasculhar em suas formulações teóricas ou ponto de encontro com nós mesmos com aquilo que escolhemos como objeto com aquilo que nós vestimos essa vida nós trabalho nosso planejamento tem a ver com uma com um modo de pensar que assumimos como pesquisador (Fischer, 2005, p. 120).

A etapa de construção do Estado da Arte reflete o trabalho de busca e estudo por parte do pesquisador. Com esse conhecimento prévio constituído, ele se apodera de muitos recursos para entendimento e fundamentação de sua escrita e de sua pesquisa. Destacamos essa observação com o intuito de ilustrar as muitas contribuições ofertadas pelo percurso investigativo do Estado da Arte na promoção de uma escrita fundamentada e de uma pesquisa que possa reverberar no contingente do percurso investigativo, pelo qual transitamos ao longo deste processo de estudo e escrita. Cabe destacarmos, ainda, que o objetivo central da construção desta etapa da pesquisa configura-se na busca de elementos referentes à relação entre as políticas educacionais e a Educação Infantil, ao longo do período de cinco anos de transformações que estruturaram uma proposta para a Educação Infantil, da mesma forma que contribuíram para a construção de propostas pedagógicas e de gestão perceptíveis em nosso *lócus* de pesquisa.

A partir de tais reflexões, apresentamos, neste ponto da escrita, os passos que guiaram esse processo de pesquisa, assim como a efetiva construção do Estado da Arte nesta proposta analítica:

- a) O primeiro passo – A escolha dos descritores: esta etapa voltou-se à escolha dos descritores que, de fato, pudessem atuar como condutores na direção dos conhecimentos e definições relacionadas à temática desta pesquisa. Para essa etapa, utilizamos como descritores “Políticas Educacionais para Educação Infantil”, “Políticas Educacionais e Educação Infantil”, “Políticas da Educação e Educação Infantil”;
- b) O segundo passo – A escolha dos repositórios e/ou do banco de pesquisas de teses e dissertações: escolhidos os descritores, passamos à escolha dos bancos de pesquisa que seriam o cenário do processo de pesquisa. A busca ateve-se a teses e dissertações que dialogassem com a referida proposta analítica. Para alcançarmos

essas produções, utilizamos o banco da CAPES, por seu reconhecido cabedal teórico e idoneidade no registro e acompanhamento de produções acadêmicas;

c) O terceiro passo – O refinamento do processo de pesquisa: à luz dos descritores previamente definidos, como acima apontamos, a ação que se segue é o retorno aos bancos de pesquisa, em busca de novos pontos de conexão a partir da temática abordada e de descritores mais coesos e estruturados, que se propunham a ilustrar de forma mais consistente os recursos e elementos textuais que pudessem corroborar com a pesquisa. Assim, os descritores precisaram ser mais restritivos e pautados em recursos que apontassem para novas argumentações e, dessa maneira, outras perspectivas pudessem adicionar valor conceitual. Esse processo propiciou um novo olhar sobre o que já havíamos visto e agregou novos articuladores entre os elementos circundantes das políticas educacionais para a Educação Infantil;

d) O quarto passo – A organização dos dados fornecidos pela pesquisa: uma vez recolhidos os elementos referenciais oriundos da investigação, iniciamos o trabalho de organização das informações que obtivemos. Para essa etapa de trabalho, realizamos um levantamento pautado nos descritores iniciais e naqueles presentes no refinamento da pesquisa, nos critérios organizacionais e no tipo de produção textual que o material representava. Quando apresentamos referências à pesquisa, tabulamos os dados, observando os critérios supracitados. O Quadro 3 apresenta o primeiro ensaio dessa ação;

e) O quinto passo – O retorno aos bancos de dados: nesta etapa do Estado da Arte, retornamos aos bancos de pesquisa com o estreitamento de descritores e com recortes mais específicos. Iniciamos, então, a utilização dos dados obtidos, que apontassem informações sobre os elementos “Políticas Públicas” and “Políticas Educacionais”, assim como “Educação Básica” and “Educação Infantil”. Dessa nova conjuntura, originou-se a escrita de um segmento com atenção voltada a esses elementos específicos, como veremos logo a seguir, no Quadro 3;

f) O sexto passo – Retomada dos materiais pesquisados: com os elementos colhidos de acordo com os descritores, a estruturação e a organização do material recolhido e analisado geraram a elaboração de um registro e de uma escrita sobre esses passos, no relatório de ações que contribuíram para a estruturação do Estado da Arte desta pesquisa, concentrado exclusivamente em teses e dissertações presentes na plataforma CAPES;

g) O sétimo passo – A retomada atenta dos materiais coletados à luz de critérios de consonância com os elementos que convergem para a proposta da pesquisa e para seus objetivos. Tendo tais elementos como ferramentas importantes de aporte à análise, fez-se necessário o olhar sistêmico para quais dos descritores apresentavam-se de forma enfática para o entendimento dos conceitos de política educacionais e Educação Infantil. Após a referida análise, foi construída a catalogação dos elementos pesquisados dentro dos diálogos com os dois eixos de pesquisa apontados anteriormente. Desta ação emergiu a estrutura que diferiu os materiais a serem utilizados ou não no processo de construção da pesquisa.

Cabe destacar que o Estado da Arte se apresenta como um ponto de intersecção entre os conhecimentos já constituídos sobre a temática e as considerações emergentes da ação investigativa, sendo, ainda, um elo entre o pesquisador e os saberes estruturados acerca da temática da pesquisa. Assim, são infindáveis as contribuições que essa seção apresenta ao trabalho investigativo e à elaboração da pesquisa. No campo destinado aos Apêndices desta pesquisa, apresentamos o Apêndice F, intitulado “Primeiro Levantamento do Estado da Arte”, o qual contém o primeiro exercício para fins de registro do Estado da Arte no percurso investigativo sobre Políticas Educacionais para Educação Infantil.

Objetivando direcionar o trabalho desenvolvido na construção do Estado da Arte, concentramos o movimento posterior da busca na análise específica das teses e das dissertações que se articulavam com a proposta desta pesquisa. Essa escolha nasceu da necessidade de vincular o processo analítico ao diálogo entre a Educação Infantil e as políticas educacionais. Os resultados das buscas realizadas lançaram luz à multiplicidade de abordagens vinculadas aos conceitos de infância, educação e políticas educacionais. O Quadro 3 sintetiza essa seleção.

Quadro 3 - Teses e Dissertações relacionadas à Educação Infantil e Políticas Públicas

Título	Autor	Plataforma de Pesquisa	Ano
ATORES E AUTORES DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DE ZERO A TRÊS ANOS NO BRASIL:	Camila Maria Bortot	CAPES – Dissertação	2018

TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO E DAS SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE CIVIL (2000-2015)			
A UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DA CRIANÇA DE 04 E 05 ANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT	Laecio Neves Cardoso	CAPES – Dissertação	2018
A REFORMA EDUCACIONAL E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO: A GESTÃO NO CENTRO DA CONTRADIÇÃO	Sônia Silva Barreto	CAPES – Dissertação	2008
CONTEXTOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: (DES)CAMINHOS DOS GOVERNOS PARA INSERÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS	Lívia Andrade Coelho	CAPES - Tese	2014
CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA(S) NO BRASIL, CHILE E BOLÍVIA: UM OLHAR ATRAVÉS DAS POLÍTICAS CURRICULARES PARA AS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	Daniele Vanessa Klosinski	CAPES - Tese	2022
POLÍTICAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALVADOR	Daniela Nascimento Varandas	CAPES - Dissertação	2022

Fonte: Elaborado pela autora

Em continuidade ao trabalho desenvolvido na elaboração do Estado da Arte, articulamos as leituras feitas à luz das ambições deste estudo. A escolha das produções acadêmicas presentes no Quadro 3 desta etapa de escrita fazem

referência às construções que emergem dos olhares lançados sobre a Educação Infantil. No entanto, para além disso, agem como uma provocação à compreensão das dinâmicas presentes na elaboração e na efetivação das políticas educacionais que delinham essa etapa da escolarização.

A acolhida das crianças no espaço escolar, em um panorama de obrigatoriedade cada vez “mais precoce”, muda o perfil de ensino da Educação Básica e transforma a história de escolarização de cada criança. Ao gestor, é de suma relevância essa reflexão e o entendimento de que, mudando o ponto de partida, altera-se, igualmente, todo o percurso, ou seja, novas dinâmicas, novos questionamentos e novas respostas apresentam-se. Por cremos na importância desse processo, algumas dessas facetas fazem-se presentes nas pesquisas escolhidas para a composição do presente Estado da Arte. A fim de ilustrarmos esse processo reflexivo, cabe, aqui, a descrição, ainda que breve, dos estudos analisados, objetivando sua inserção no referencial teórico desta pesquisa.

Iniciamos nossa análise pelas colocações de Bortot (2018), que reflete sobre as questões que dialogam com a constituição das políticas públicas e seus desdobramentos nas práticas educacionais, a partir da compreensão dos elementos que, historicamente, constituíram a Educação Infantil nos primeiros anos do século XXI, destacando a situação da idade creche (de 0 a 3 anos). A pesquisadora aponta para uma análise extremamente significativa das questões mais contextuais que lançam a Educação Básica e, de forma mais refinada, a Educação Infantil, em um universo de ações e estudos que vislumbram a constituição de práticas que atendam às necessidades consolidadas para essa faixa etária.

O texto de Cardoso (2018) debruça-se sobre o aparato de constituição de ações políticas voltadas à consolidação da Educação Infantil enquanto segmento inicial da Educação Básica. Cardoso aponta o processo de universalização de acesso das crianças de 4 e 5 anos ao espaço-tempo da educação Infantil, a partir da atenção dedicada ao município de Cáceres, Mato Grosso. Sua proposição de análise contribui com nossa ação investigativa, na medida em que delinea os estudos acerca das ações que conduzem às políticas públicas no âmbito municipal. Ainda que abordemos regiões geograficamente distintas, a atenção dedicada a esse resgate histórico e legal, em harmonia com os elementos presentes na elaboração dos formulários e

recursos de pesquisa utilizados em sua proposta, representou um referencial interessante de estudo e análise.

Já em Barreto (2008), encontramos significativas informações sobre contextualização e observação a respeito do processo de construção das políticas públicas e seus desdobramentos na gestão, a partir de um estudo de caso que enfoca o Estado de Sergipe, entre os anos de 2003 e 2006. Assim, sua pesquisa dialoga com os inúmeros elementos de construção e desdobramentos das políticas públicas no trabalho docente, assim como se consolidaram como uma ação de rede. Esses elementos são relevantes, uma vez que pontuam a forma pela qual as políticas públicas dialogam com o cenário concreto do espaço escolar, a partir dos olhos do docente.

A tese de Klosisnsk (2022) aborda, sob uma perspectiva comparativa entre três países, Bolívia, Brasil e Chile, os aspectos presentes na concepção e na construção do conceito de infância, destacando os pontos de congruência entre os três países na leitura do conceito de infância e suas implicações na condução das relações educativas e sociais. Para a pesquisadora, o olhar atento às aproximações e aos distanciamentos da infância, nesses espaços distintos, possibilitam que seja feito um processo de mapeamento representativo da evolução das infâncias em interface às relações com os adultos e com o contexto social que as cerca, especialmente no conjunto específico do fazer escolar por meio das organizações curriculares.

Para Varandas (2022), em sua dissertação, o enfoque analítico destina-se aos dados provenientes da intervenção dos profissionais atuante com a Educação Infantil após a homologação do documento da Base nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, mediante vivência da rede pública municipal de Salvador, Bahia. Para fins de nossa pesquisa, este estudo aproxima-se, também, na análise, a partir da utilização abordagem do Ciclo de Políticas; porém, com referência à atuação pedagógica, na medida em que evidencia o papel de relevância do educador e aponta para uma reflexão pedagógica das contribuições de suas vivências e interpretações da política no exercício da docência.

Finalmente, é na escrita de Coelho (2014) que encontramos um diálogo interessante para este estudo, que está na relação entre as políticas públicas e as ações de gestão vinculadas a parcerias entre o contexto público e o contexto privado, assim como nas referências de organização de uma pesquisa qualitativa para análise

desses elementos. Na escrita de Coelho, foi possível resgatar elementos de destaque de uma ação investigativa que trabalha com questões muito presentes na contemporaneidade, tais como a utilização da tecnologia, que constitui o foco de articulação de sua pesquisa. Para este estudo, esses elementos são relevantes, pois nascem de inquietações do cenário educacional contemporâneo, como também remetem à necessidade de ressignificação do papel do gestor e de suas ações, à luz do universo no qual está inserido.

3 OS TERRITÓRIOS (RE)VISITADOS E (RE)CONHECIDOS: REFERENCIAIS QUE DIALOGAM COM A PESQUISA

Compreendemos que a educação se compõe por cenário e contexto, em um diálogo concreto e efetivo com um universo carregado de subjetividades ilustrativas de pensares e ações de um tempo-espaço específicos. Refletindo acerca desse ponto articulador, torna-se necessário, nesta pesquisa, igualmente, indicar a Educação Infantil como cenário educacional de fato, que se constitui como uma premissa recente, que se desdobra a partir da preocupação exclusiva com o cuidado.

Para refletirmos sobre o modo pelo qual a gestão pública observa esse período inicial da vida humana, faz-se necessário, também, compreender que alguns conceitos são de imensa importância para a organização educacional que atende, atendeu e atenderá às crianças em espaço escolar. Frente a isso, cabe resgatarmos as análises sobre a tríade infância, escola e educação, além da repercussão de tais elementos nas discussões sobre suas conexões com as políticas públicas voltadas à Educação Infantil.

Na contemporaneidade, as infâncias apresentam-se de forma diferenciada, uma vez que um mesmo conceito propõe-se a refletir a multiplicidade de caracterizações e facetas presentes no “ser criança” nos dias atuais. Barbosa (2013) ressalta a importância do reconhecimento da multiplicidade cultural, social e emocional que ingressa na escola com cada criança:

Cada integrante de um grupo traz consigo, uma experiência cultural, social, emocional diversificada, seja ele um bebê, uma criança pequena ou um professor. Portanto, quando se encontram em um mesmo espaço essas pessoas e suas experiências, há necessidade de tempo para transformar esse espaço em um ambiente – um lugar onde ocorra o encontro e a construção de uma vida em comum (Barbosa, 2013, p. 214).

Cabe destacar que esse diálogo entre as infâncias e o espaço escolar é tecido pela concepção de ambos ao longo do tempo histórico. De acordo com o momento histórico, com a sociedade e com os aspectos culturais, ocorre a emergência de infâncias que se caracterizam e se estruturam nas informações de contexto, que precedem a inserção da criança no espaço escolar ou são concomitantes a ela. Nas palavras de Barbosa (2013, p. 218):

A escola como um lugar para o qual as crianças se dirigem, todos os dias, com segurança e tranquilidade para, através do acolhimento e reconhecimento dos demais, aprender a viver – fazer suas iniciações à vida comum. Um ambiente onde as pessoas compartilham as coisas simples e ordinárias do dia a dia e também geram contextos para que o extraordinário possa invadir o cotidiano.

Diante dessas reflexões, cabe retomar que a educação na contemporaneidade ainda mantém características pontuais importantes, que são os articuladores do desenvolvimento infantil em espaço escolar. As definições sobre educação auxiliam essa reflexão e respondem a ela, apresentando o processo educativo de forma dinâmica, como indicam Barbosa e Gobbato (2021), ao afirmarem que

[...] os atos educativos são sempre permeados e atualizados pelas compreensões filosóficas, políticas e econômicas, os processos instituintes da Educação Infantil, ao longo de 30 anos, também geraram a possibilidade da construção de novas lutas, abordagens teóricas e construções metodológicas (Barbosa; Gobbato, 2021, p. 1425).

Nesse contexto, é conveniente lembrar que educar na contemporaneidade significa refletir sobre uma realidade plural, que atravessa os muros escolares e está efetivamente presente no cenário desse universo designado como escola. Para a Educação Infantil, dialogar com esse universo e refletir a seu respeito é um desafio peculiar, uma vez que estamos fazendo referência à primeira etapa da vida humana; é, também, um tema permeado por significados para a criança e para a sociedade na qual ela é criada e educada. Revelar as distintas facetas desse universo é uma seara significativa, a ser atravessada pelos pesquisadores ao longo do tempo. Atualmente, isso reverbera expressivamente nas construções discursivas sobre educação, educadores e educação *nas e para as* infâncias.

Porém, cabe destacarmos que essa reflexão não se apresenta como uma novidade nas pesquisas referentes ao contexto educacional. Nas palavras de Masschelein e Simons (2017, p. 13-14), a escola apresenta-se como cenário diferenciado, que recorre às ilustrações de tempo e de espaço na vida do estudante e dos que o cercam, para fomentar os balizadores sociais e culturais que circundam cada sujeito vinculado ao processo educativo.

A escola, por outro lado, surge como a materialização e espacialização concreta do tempo que, literalmente, separa ou retira os alunos para fora da (desigual) ordem social e econômica (a ordem da família, mas também a ordem da sociedade como um todo) e para dentro do luxo de um tempo igualitário (Masschelein; Simons, 2017, p. 13-14).

Ao pensarmos sob esse viés, as ações que dialogam com a Educação Infantil, seus espaços e fazeres também precisam dialogar com o papel do educador neste contexto, conforme apontam os referidos autores:

À luz do que temos discutido até este ponto, podemos agora dizer que a responsabilidade pedagógica ou escolar dos professores não está (apenas) no fato de que são responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento de jovens vidas. Ela também reside no fato de que compartilham o mundo com elas, em suas partes e particularidades (Masschelein; Simons, 2017, p. 52).

Assim, um olhar lançado sobre a Educação Infantil, sob o recorte temporal e geográfico relativo ao caso do município de Gravataí, pressupõe ponderações a respeito das peculiaridades da forma como esses elementos articulam-se entre si e com o universo externo ao espaço escolar e à Educação Infantil.

3.1 AS APROXIMAÇÕES COM A POLÍTICA EDUCACIONAL

Traçar uma perspectiva analítica da relação entre as políticas educacionais e as conexões que se apresentam no que se refere aos aspectos da Educação Infantil requer um entendimento que considere esses elementos. Para uma observação efetiva dos aspectos vinculados ao que se define por políticas educacionais, é importante compreendermos sua construção. Akkari (2011) pontua os componentes principais das políticas educacionais:

As políticas educacionais abrangem quatro componentes principais:
*legislação (leis e regulamentação escolar);
*financiamento (recursos e orçamento);
*controle da execução (administração e gestão das instituições de ensino);
*relações com a economia e a sociedade civil (coordenação e articulação)
(Akkari, 2011, p. 11).

O autor aponta, ainda, que “[...] uma política educacional é um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola” (Akkari, 2011, p. 12). Tais postulados provocam-nos a refletir sobre como as políticas educacionais estruturam-se, assim como sobre o que se objetiva com sua elaboração. Entendemos que as políticas educacionais respondem a seu tempo e a suas necessidades; portanto, apesar de atenderem às demandas de muitos e serem escritas por poucos, tais políticas dialogam com as reflexões e temáticas que reverberam em seu contexto social.

As políticas educacionais dirigidas especificamente à Educação Infantil encontram-se, hoje, em um momento de visibilidade, seja nos parâmetros legais, de financiamento, controle da execução, seja nas relações entre a economia e a sociedade, o que reitera as ideias de Akkari, assim como nas orientações pedagógicas (como é o caso da Base Nacional Comum Curricular – BNCC). Destacamos, ainda, que não se trata da observação exclusiva do cumprimento ou não do aparato legal, que é um aspecto extremamente relevante, mas que não encerra a importância das políticas educacionais: trata-se, também, de uma atenção específica aos motivos e aos aspectos que fazem emergir determinada política em determinado tempo e espaço.

As políticas educacionais atuam como ilustrativas de questões ativas no cenário social, mas, simultaneamente, criam demanda de ação dentro e fora do ambiente escolar. Assim como as demais políticas públicas, as educacionais não constituem uma ilha de condução de ações. Cremos que as políticas educacionais reflitam exatamente isto: o que emerge de demanda para a agenda pública a partir do elemento que tem maior alcance nesse universo que é a educação. Precisamos levar em conta que a educação pode ser um multiplicador eficaz de conceitos e bases ideológicas, pois a escola apresenta-se como uma unidade de grande campo de abrangência. Se, nos demais segmentos da Educação Básica, muitas vezes, a atenção relaciona-se diretamente ao aluno e à resposta deste às políticas educacionais, no que tange à Educação Infantil, o processo se dá de forma distinta: os diálogos se dão com as famílias e os responsáveis pelas crianças.

Essa conexão direta no espaço escolar, entre família e escola, desafia as políticas educacionais dirigidas à Educação Infantil a um convencimento dos responsáveis pelo acolhimento delas. Dessa forma, as políticas educacionais têm sua efetivação comprometida com a escola e com a comunidade escolar: equipe gestora, professores, famílias, funcionários e crianças. Refletir a partir disso permite que dediquemos atenção ao modo como esses elementos foram observados e pesquisados ao longo dos últimos anos, objetivando ilustrar como esses diálogos estão se construindo e como se articulam com os elementos de políticas educacionais para Educação Infantil de hoje. Nosso próximo passo dedica-se à compreensão das pesquisas voltadas à Educação Infantil e às políticas educacionais.

3.2 A ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DO CICLO DE POLÍTICAS

Discutir questões relacionadas a políticas educacionais requer uma pausa reflexiva sobre o lugar que essas políticas ocupam na contemporaneidade, considerando o diálogo que estabelecem com as demais políticas públicas no processo de gestão educacional. Para que possamos observar as intersecções entre os elementos presentes nesse processo, nossa escolha foi pela prática analítica dos Ciclos de Políticas, pautada nas reflexões de Stephen J. Ball. Em entrevista, o autor afirma que

O principal ponto que gostaria de destacar é o de que o ciclo de políticas é um *método*. Ele não diz respeito à explicação das políticas. É uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas. Algumas pessoas o leram e interpretaram como se eu estivesse descrevendo políticas e os processos de elaborá-las. O ciclo de políticas não tem a intenção de ser uma descrição das políticas, é uma maneira de pensar as políticas e saber como elas são "feitas", usando alguns conceitos que são diferentes dos tradicionais como, por exemplo, o de *atuação* ou *encenação* (*enactment*). Quero rejeitar completamente a ideia de que as políticas são implementadas. Eu não acredito que políticas sejam implementadas, pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta. Este é um uso descuidado e impensado do verbo. O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de *atuação*, a efetivação da política na prática e através da prática (Marcondes; Mainardes, 2009, p. 304- 305).

Nesse sentido, cabe retomarmos o que entendemos como política pública e suas especificidades nas políticas educacionais. Para Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 73),

Uma política nacional de educação é mais abrangente do que a legislação proposta para organizar a área. Realiza-se também pelo planejamento educacional e pelo financiamento de programas governamentais, em suas três esferas, bem como por uma série de ações não-governamentais que se propagam, com informalidade, pelos meios de comunicação.

Partindo da argumentação das autoras, é possível inferir que investigar as políticas educacionais implica um processo repleto de significados que somente

emergem ao observarmos o papel que as políticas educacionais ocupam no cenário social e cultural do tempo histórico de que se originam. Nesse contexto, as políticas educacionais, assim como demais políticas públicas de caráter social, conforme apontam as autoras acima citadas (2007, p. 8), têm a incumbência de responder a tais demandas. Ainda nesse sentido, cabe observarmos que, com permanências e descontinuidades ocorrendo paralelamente, as políticas educacionais foram ressignificando-se e reorganizando-se em resposta aos aparatos sociais e culturais que as constituem. Stephen Ball (2001) propõe uma reflexão acerca das questões da educação em um mundo que vive sob os ecos dos processos de globalização. O autor direciona o olhar, especificamente, à educação:

A “unidade articulada” com a qual estou preocupado encontra-se inserida, na educação e no setor de serviços públicos em geral, em estratégias de reformas genéricas que por sua vez repousam na instalação de um conjunto de tecnologias de políticas que “produzem” ou promovem novos valores, novas relações e novas subjetividades nas arenas da prática (Ball, 2001, p. 103).

Essa ponderação é importante, pois dela emerge a figura do gestor do setor público como articulador e sujeito atuante na construção de práticas que reverberam no contexto educacional, conforme afirma o autor no referido artigo. Desse modo, Ball (2001) provoca-nos a observar que as políticas públicas, de forma abrangente, organizam-se em uma rede complexa de ações e perspectivas ideológicas e culturais que se fazem presentes para a estruturação das políticas públicas contemporâneas, provenientes, também consoante autor, de estruturas diferenciadas de Estado.

É a partir dessas discussões que observamos a utilização do Ciclo de Políticas como uma importante ferramenta de análise para a constituição da presente pesquisa. Ela nos permite observar e analisar o processo com o qual as políticas públicas organizam-se isoladamente e, também, articuladas com os demais elementos que as perpassam. Mainardes (2006) contribui com nossa perspectiva ao propor a análise do lugar da política na constituição das práticas do coletivo social: “[...] A política como discurso estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem o efeito de distribuir ‘vozes’, uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investidas de autoridade” (Mainardes, 2006, p. 54).

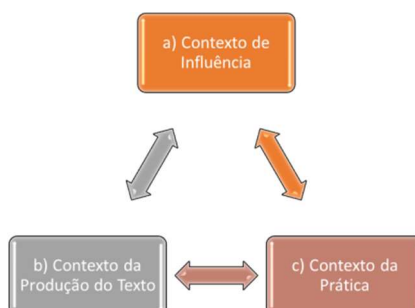
Diante desses postulados, lançamos nosso olhar sobre a “Abordagem do Ciclo de Políticas” (Mainardes, 2006), a partir de sua estruturação das análises sobre as políticas educacionais. De forma efetiva, a perspectiva do Ciclo de Políticas consiste

em uma engrenagem articulada e dinâmica, em que a ação dos atores sociais consolida-se de acordo com o ponto em que se encontram no processo de constituição das políticas públicas. Não há uma definição temporal específica no Ciclo de Políticas, e seu enfoque central dialoga com os elementos discursivos da política, de forma que a operacionalização da política pública é realizada na prática cotidiana, pelos profissionais diretamente envolvidos, sendo ou não consolidada pelos atores sociais (Mainardes, 2006).

Os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (Mainardes, 2006, p. 51).

A Figura 3, a seguir, propõe-se a ilustrar o movimento apontado por Mainardes (2006).

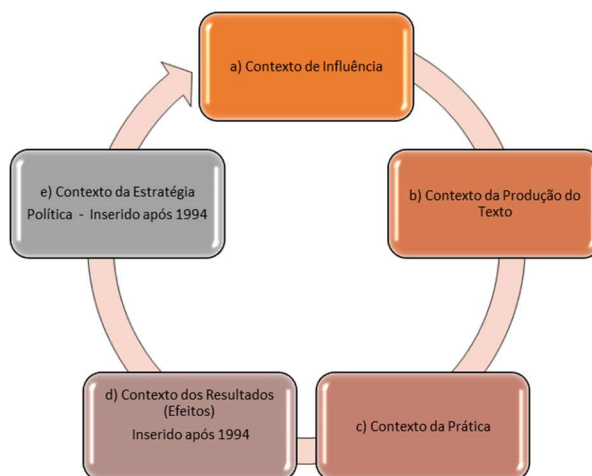
Figura 3 - Apresentação inicial do Ciclo de Políticas



Fonte: Mainardes (2006).

Após inserção feita por Ball (1994) em relação a outros dois contextos no ano de 1994 (Mainardes, 2006), a organização do Ciclo de Políticas apresentou-se da forma que segue:

Figura 4 - Ciclo de Políticas após a inserção de dois novos contextos, em 1994



Fonte: Mainardes (2006).

- a) Contexto de Influência;
- b) Contexto da Produção de Texto;
- c) Contexto da Prática;
- d) Contexto dos Resultados;
- e) Contexto da Estratégia Política.

Finalmente, cabe destacarmos que a análise das políticas educacionais, a partir do Ciclo de Políticas, compromete o pesquisador com uma leitura apurada e sensível das diferentes etapas desse processo, considerando os discursos estabelecidos nessas práticas. Devemos ponderar, também, que a presente pesquisa se debruça sobre o contexto da prática, considerando que se trata de um estudo que se propõe a verificar como as diretrizes políticas foram observadas e efetivadas na configuração e na condução da educação infantil, no período e no município estudado. Conforme aqui concebemos a gestão na Educação Básica, especificamente na Educação Infantil, há a necessidade de observarmos como essa ferramenta de pesquisa aprofunda o conhecimento das relações entre o que se entende como infâncias na contemporaneidade e como a educação utiliza-se dos discursos direcionados às políticas públicas educacionais, apropriando-se ou não deles. No percurso da pesquisa, as aproximações entre o universo da Educação Infantil e as políticas públicas constituem-se como aspecto determinante de análise.

3.3 UM TERRITÓRIO A EXPLORAR: A EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTO

As reflexões sobre infâncias perpassam o processo histórico educacional de forma expressiva ao longo do tempo. As formas distintas de se compreender as infâncias e seus desdobramentos foram pautas recorrentes nos mais distintos estudos ao longo da história, enfatizando o significado dessa etapa da vida humana em diferentes grupos sociais e em diversos espaços e tempos. Considerando a finalidade desta escrita, a análise desses aspectos coloca em questão a forma como o tempo presente investiga a infância e oferta recursos para suas vivências e experiências. O expressivo contingente de olhares e recursos que se dedicam à Educação Infantil, atualmente, possibilitou que também encontrássemos muitas perguntas por responder. Sem a pretensão de que esse diálogo encerre tais discussões, cremos que seja prudente uma pausa neste estudo para olhar para trás, sem, contudo, perder de vista o que se apresenta hoje. Conforme Kremer, Barbosa e Gobbato (2020, p. 55),

No campo legal, debater sobre as aprendizagens das crianças tornou-se cada vez mais urgente, uma vez que essa discussão ganhou amplitude no processo de construção da BNCC, homologada em 2017. O documento, no que tange à EI, segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) e concebe as crianças como sujeitos de direitos, indicando que devem ser assegurados a meninas e meninos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

No momento presente, essas discussões legais e pedagógicas apresentam-se como pontos de articulação extremamente relevantes para a organização das experiências escolares conforme apontado anteriormente no decorrer deste estudo. As políticas educacionais para a Educação Infantil não consistem apenas em um conjunto de normativas, mas, também, em um recurso reflexivo sobre o fazer educação. Se hoje esses desafios se apresentam, é importante retomarmos a caminhada para uma construção da percepção da Educação Infantil em sua história recente (ou nem tanto), na busca dos recursos que se apresentam nessas ações de perspectiva para essa etapa da Educação Básica.

Nas palavras de Paschoal e Machado (2009), podemos observar a nascente do percurso histórico da Educação Infantil até os dias atuais:

Do ponto de vista histórico, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia

as normas e regras da sua cultura. Na sociedade contemporânea, por sua vez, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares (Paschoal; Machado, 2009, p. 79).

A compreensão desse processo relaciona-se à importância de observarmos que as crianças de nosso tempo apresentam necessidades e características deste período histórico. Assim, compreendermos como as crianças saem do espaço domiciliar para o espaço escolar torna-se relevante para que consigamos visualizar os parâmetros que sustentam o presente. Destacamos, ainda, que os primeiros deslocamentos das crianças, do espaço domiciliar para um espaço de acolhimento e convívio com outras crianças, respondeu, em muito, a uma necessidade das famílias que remonta à primeira fase da Revolução Industrial, na Europa. Para Paschoal e Machado (2009, p. 79),

O enorme impacto causado pela revolução industrial fez com que toda a classe operária se submetesse ao regime da fábrica e das máquinas. Desse modo, essa revolução possibilitou a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, alterando a forma da família cuidar e educar seus filhos.

Não esqueçamos, porém, que esse cenário não tinha o caráter de cuidado atribuído ao atendimento às crianças de zero a cinco anos, conforme o compreendemos hoje. A Educação Infantil, naquele contexto, não se fazia presente, pois não se concebiam como educação os espaços em que as crianças eram deixadas pelas famílias. É preciso que compreendamos a ação educativa para essa etapa da vida humana como uma fronteira educacional importante, que se edifica na consolidação de uma nova atribuição de valores em caráter social *para* e *da* infância. Nas palavras de Didonet (2001, p. 12):

A consolidação e a expansão da creche como instituição de cuidados à criança estão associadas também à transformação da família, de extensa para nuclear. Naquela época, muitas pessoas podiam ocupar-se dos cuidados com a criança pequena: avó, tia, primos, irmãos maiores. Nesta, ao sair para o trabalho, os pais têm que deixar sua filha ou filho recém-nascido ou ainda bebê sozinho.

Dessa forma, merece atenção o apelo contextual das unidades familiares ao longo do tempo. Percebemos, nesse contexto, que a oferta da Educação Infantil tal como a concebemos hoje é uma representação recente das necessidades da contemporaneidade. Nossos tempos apontam para uma concepção de infâncias e de

espaços dedicados a seu atendimento. Ainda resgatando as palavras de Didonet (2001, p. 11):

Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que tratar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida; dependente, mas capaz de polarizar atenções ao redor de si; lodo aberto para o outro, mas que só se desvela se, no outro, houver paixão. É locar no mistério da pessoa humana enquanto vida em busca de plenitude, de felicidade, de encontro. E é, também, falar um pouco de nós mesmos, pois quando nos colocamos diante da criança, como pais ou educadores, estamos nos interrogando sobre a nossa própria trajetória a partir da criança que fomos.

Assim, essas reflexões levam-nos à escolha de uma análise discursiva que repense a Educação Infantil tida como exclusivo espaço de “depósito” das crianças, ou, ainda, em uma percepção mais recente, como um espaço exclusivo de cuidado. Nos tempos atuais, estamos lidando, de forma frontal, com uma perspectiva educacional que compreende as infâncias a partir de uma visão da criança como sujeito histórico, como centro e protagonista de seu desenvolvimento e de seu aprender histórico e cultural.

As orientações pedagógicas e legais que se voltam à percepção acima apontada lançam novos desafios, entre os quais o deslocamento da criança para o centro de seu desenvolvimento. Portanto, o trabalho desenvolvido com a Educação Infantil no cenário contemporâneo representaria uma perspectiva diferenciada, direcionada à ampliação das possibilidades de interação da criança com o universo ao seu redor, promovendo, assim, situações para seu desenvolvimento. Em uma perspectiva de gestão para a Educação Infantil, tais considerações são determinantemente relevantes, pois é por meio da ação gestora que os meandros pedagógicos nascem e consolidam-se. Para tanto, é necessária a compreensão dos contextos em que se inserem as crianças e as escolas, assim como de todas as informações apresentadas por esses contextos. As políticas educacionais contribuem expressivamente para relatar esses passos, razão pela qual podemos resgatar as palavras de Kremer, Barbosa e Gobbato (2020, p. 56):

[...] entendemos que, embora sejam fundamentais, não são apenas as grandes teorias e os dispositivos legais que podem colaborar na produção de novos conhecimentos sobre a aprendizagem. Os atores sociais também têm muito a nos informar sobre as suas experiências de aprendizagem no funcionamento da pré-escola.

Como pudemos observar até aqui, as conexões entre as ações da escola e o contexto que circunda a criança devem ser pautadas como instrumentos associados, visando o desenvolvimento infantil e a suas inúmeras possibilidades de aprendizagem. Quando realizamos essa pausa reflexiva, fica mais evidente o quanto é necessária a articulação entre as políticas educacionais e aquilo que, de fato, ocorre no espaço escolar. É na busca dessa reflexão que se constrói essa pesquisa, assim como o aparato metodológico que o sustenta, como veremos na continuidade deste texto.

4 PERCURSO METODOLÓGICO: O CAMINHO DA PESQUISA

Para a construção de uma análise específica acerca das políticas educacionais voltadas à Educação Infantil e, de forma mais atenta, ao caso do município de Gravataí, são necessárias reflexões referentes aos elementos que compõem esse cenário. Portanto, a escolha do caminho metodológico a ser explorado e as ações que darão corpo a esse percurso tem expressiva importância para o andamento da ação investigativa.

Diante dessas questões, destacamos a relevância da etapa metodológica na construção da pesquisa e a forma por meio da qual ela se constitui. A escrita da metodologia consiste em um momento importante do ato de fazer pesquisa, sendo composta por diferentes elementos, os quais representam a organização de cada etapa. Partindo de tal premissa, descrevemos nosso entendimento acerca do termo metodologia. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.12), “[...] metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica”.

Dedicar atenção a esse segmento de uma pesquisa possibilita dialogar com a perspectiva de construção de um processo investigativo comprometido com a lisura dessa ação, apontando os movimentos de avanços e recuos na condução das ações. A presente pesquisa sustenta-se em uma proposição de análise articulada sob os elementos apresentados por um segmento territorialmente descrito, que é o município de Gravataí, voltados ao contexto da Educação Infantil, na Rede Pública Municipal. Tendo em vista esse mapeamento, torna-se necessária a busca dos elementos condutores da presente pesquisa, os quais objetivam ilustrar os caminhos presentes na ação investigativa, conforme essa estruturação. Como uma primeira reflexão, retomamos o que é compreendido como pesquisa. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 12),

Só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. As razões que levam à realização de uma pesquisa científica podem ser agrupadas em razões intelectuais (desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer) e razões práticas (desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficaz).

Atentando para o que dizem as autoras, percebemos que a pesquisa implica elementos maiores que a mera curiosidade. Ao pesquisador, cabe a busca de resolução de uma questão que, de alguma forma, o inquieta e indica uma percepção a ser aprofundada. As palavras de Gatti alertam para o fato de que a

[...] busca da pergunta adequada, da questão que não tem resposta evidente, é que constitui o ponto de origem de uma investigação científica”, sendo assim, é possível inferir que a pesquisa é um processo dinâmico, que ampara-se em um questionamento base que conduzirá a construção dos passos de investigação (Gatti, 2001, p. 77).

No que se refere à presente pesquisa, a busca centra-se em escolas públicas e em turmas de Educação Infantil, no município de Gravataí, à luz das políticas educacionais que norteiam as ações pedagógicas que atendem a esse segmento educativo. Assim, a ação pesquisadora deste estudo resgata a atenção para a análise fundamentada em uma proposta de intervenção gestora que retome essas premissas. Em termos metodológicos, a presente pesquisa dialoga com as ferramentas ofertadas pela abordagem qualitativa de análise, a qual, conforme Minayo *et al.*, apresenta-se da seguinte forma:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo *et al.*, 2009, p. 21-22).

Por ater-se aos elementos conceituais da estrutura desta pesquisa, entendemos sua inserção na abordagem qualitativa, priorizando o olhar para a significação, as atitudes e as reflexões presentes no campo social e cultural em relação às políticas educacionais voltadas à Educação Infantil. Ressaltamos, porém, que essa inserção não anula, no processo da pesquisa, o diálogo com referências oriundas de uma abordagem quantitativa de pesquisa, pois utilizamos levantamentos e quantificações produzidas pelas advindos das informações documentais e de questionários.

Além disso, no que se refere à abordagem, este estudo ampara-se em uma construção qualitativa; desse modo, torna-se imperioso apontarmos o que nos apontam os objetivos da pesquisa, como são segmentados ao longo do processo e como podemos observar suas intervenções na escrita e na prática da análise. Para

esta pesquisa, a proposta encontra elementos constitutivos em uma prática investigativa inserida no contexto de pesquisa exploratória, que, segundo Gil:

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (Gil, 2002, p. 41).

Assim, a estrutura utilizada para esta pesquisa ampara-se em recursos pautados pela perspectiva de levantamento de dados e informações que contribuam para sua consolidação por meio de distintas formas de trabalho. A postura flexível e diversificada das ações de pesquisa utilizadas em uma investigação de classificação exploratória fornecerá recursos significativos para a ampliação das ações, assim como possibilitará que o levantamento e a subsequente análise dos dados possam ser representados de forma mais verossímil.

Em relação aos procedimentos de pesquisa, a presente proposta se configura como um estudo de caso. Nossa crença nessa classificação fundamenta-se na especificidade do *lôcus* de pesquisa (município de Gravataí, RS), bem como na definição do problema proposto (a relação entre as políticas educacionais e a constituição do atendimento das escolas da Rede Pública do município à etapa da Educação Infantil). Considerando as colocações de Gil (2001, p. 54), o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Nesse sentido, o estudo de caso apresenta-se como alternativa mais condizente com as perspectivas abordadas neste estudo, pois aponta especificamente para a ação dialógica entre os elementos que geram a pesquisa, como também para aqueles que nascem da pesquisa. Finalmente, é importante frisarmos que a pluralidade de caminhos ofertada pela perspectiva de estudo de caso não é displicente com o processo de pesquisa. Desse modo, organização, objetividade e sistemático acompanhamento são ingredientes extremamente relevantes nessa prática de pesquisa.

Apresentadas as escolhas metodológicas que alicerçam esta pesquisa, retomamos *onde* e *como* pretendemos pesquisar. Objetivando delimitar essas

questões é que construímos a escrita que segue, em que apresentamos as ferramentas que constituem o processo e onde se encontram.

4.1 O CONTEXTO DE ANÁLISE – UM PRESENTE IMPREGNADO DE HISTÓRIA: COMO SE ENCONTRAM OS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS E A OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 12), “Só se inicia uma pesquisa se existir uma pergunta, uma dúvida para a qual se quer buscar a resposta. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa”. Essa afirmativa é relevante, pois revela que a pesquisa consiste em um processo que nasce em um questionamento; porém, não se encerra nele: a ação da pesquisa vincula-se diretamente aos elementos que o pesquisador conhece sobre seu objeto de pesquisa. Partindo desse princípio, apresentamos, neste subcapítulo, o contexto em que a pesquisa será desenvolvida.

Uma vez que o universo de atendimento da Rede Municipal de Gravataí envolve um número expressivo de escolas para oferta de atendimento às crianças nessa etapa educacional⁷ (até o final do ano de 2023⁸, a rede municipal de Gravataí contava com um total de 70 escolas, incluindo EMElS e EMEFs, com turmas de Educação Infantil), tornou-se necessário segmentar o escopo deste trabalho de forma a encontrar evidências mais robustas para a investigação proposta. Portanto, este estudo direciona-se à análise da etapa Pré-Escola, que contempla crianças entre 4 e 5 anos. A escolha dessa faixa etária centra-se na possibilidade de acompanhamento do processo de desenvolvimento das políticas educacionais para Educação Infantil em espaços e realidades escolares distintas, EMElS e EMEFs⁹ da rede.

Propusemos, assim, o mapeamento geográfico das unidades escolares, divididas em EMElS e EMEFs. Após, mapeamos, por região, as escolas que atendiam à Educação Infantil; porém, o risco que corremos quanto à obtenção de respostas

⁷ O primeiro segmento do texto não está assim intitulado, mas, para melhor explicitá-lo, optamos pela utilização dessa designação.

⁸ Os dados provenientes do Setor de Educação Infantil indicam, ainda, que a oferta da Educação Infantil, também ocorreu no ano de 2023, em 25 Escolas Colaboradas,

⁹ Segundo o relato da coordenadora do setor de Educação Infantil no período, como a publicação do Caderno Orientador foi encaminhada anteriormente à homologação da BNCC, as titularidades dos Campos de Experiência sofreram alterações, gerando a necessidade da constituição de uma “errata” quando o Caderno Orientador foi distribuído às escolas.

restritas permanecia. Observamos que, se a opção se desse por modalidade de atendimento da escola, poderíamos não resgatar as informações necessárias. Frente a essa problemática, optamos por segmentar as escolas como espaço de análise, de acordo com o número de crianças atendidas. Assim, são objeto de análise as escolas que se enquadram nos seguintes critérios:

- I. EMEF com o **maior** número de matrículas em turmas de Educação Infantil;
- II. EMEF com o **menor** número de matrículas em turmas de Educação Infantil;
- III. EMEI com o **maior** número de matrículas em turmas de Educação Infantil (Pré-Escola);
- IV. EMEI com o **menor** número de matrículas em turmas de Educação Infantil (Pré-Escola).

Com o contexto selecionado, o passo seguinte voltava-se aos atores presentes nesse cenário. Conforme aponta Gil (2002, p. 140):

O processo de levantamento de dados no estudo de caso é mais complexo que o de outras modalidades de pesquisa. Isso porque na maioria das pesquisas utiliza-se uma técnica básica para a obtenção de dados, embora outras técnicas possam ser utilizadas de forma complementar. Já no estudo de caso utiliza-se sempre mais de uma técnica. Isso constitui um princípio básico que não pode ser descartado. Obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos.

Desse modo, o fato de recorrer a diferentes estratégias de pesquisa e recursos garante à pesquisa a obtenção de um conjunto de estratégias de análise, possibilitando enveredar por caminhos mais amplos, que revelam particularidades específicas e contribuem de forma expressiva para o trabalho de ação investigativa. Nessa caminhada, alguns aspectos são relevantes para a consolidação da análise proposta. Segmentamos o campo empírico considerando as distintas formas de levantamentos de dados e os distintos objetivos da pesquisa. O Quadro 4, a seguir, apresenta a síntese dessa organização, com o detalhamento do percurso na sequência.

Quadro 4 - Estruturação das ações metodológicas para levantamento de dados

Campo Empírico	Metodologia
Gestores do sistema municipal (Secretária	Entrevistas.

Municipal de Educação - 1 pessoa)	
Gestores do sistema municipal (Assessoria Pedagógica da Educação Infantil - SMED/Gravataí - 1 pessoa)	Entrevistas.
Gestores escolares (Diretoras/as - 4 pessoas)	Entrevistas.
Gestores escolares (supervisores/as; orientadores/as - 8 pessoas)	Questionários.

Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha dos campos empíricos propostos para fins desta análise ampara-se nas possibilidades analíticas que eles ofertam ao trabalho desenvolvido nas múltiplas camadas presentes na gestão escolar para a Educação Infantil no município em questão. Essa seleção objetiva, também, analisar a gestão aos olhos dos próprios gestores quanto às políticas educacionais para a Educação Infantil, no contexto contemporâneo e no contexto do sistema de ensino que é nosso objeto de estudo. O processo de constituição metodológica da pesquisa é nosso próximo passo nesta escrita, ilustrando as ferramentas utilizadas no percurso.

4.2 AS ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Esta pesquisa é pautada no tema *Da legislação à efetivação de uma política: os percursos da Educação Infantil no Município de Gravataí (RS)*, sustentada em uma perspectiva de trabalho que emerge das particularidades das políticas educacionais para a Educação Infantil, tendo a Rede Municipal de Ensino como aporte.

Para alcançar a finalidade desta pesquisa, precisamos observar alguns fundamentos importantes:

- I. as políticas educacionais (nas esferas federal, estadual e municipal) direcionadas à Educação Básica e à Educação infantil, especificamente;
- II. o histórico da ação pedagógica para a Educação Infantil no município de Gravataí;
- III. as construções e a estruturação das orientações pedagógicas para o atendimento à Educação Infantil neste município.

Diante desses elementos, voltamos nosso olhar às ferramentas que podem evidenciar os pontos preponderantes de nossa pergunta de pesquisa. Assim, apontamos que as ferramentas escolhidas para esse percurso investigativo são:

- a) análise documental;
- b) revisão bibliográfica;
- c) entrevistas;
- d) questionários;
- e) análise de dados.

No caso desta proposta de pesquisa, a ação de investigação pauta-se sobre a estrutura do estudo de caso, uma vez que essa alternativa metodológica oferta uma análise mais específica do processo analítico, em termos de observância das políticas educacionais para a Educação Infantil, sob a perspectiva de seu andamento no município de Gravataí. Dessa forma, objetivamos resgatar uma dinâmica de trabalho consistente para a busca de compreensão da gestão pública educacional voltada à primeira etapa da Educação Básica. Considerando a necessidade da utilização de recursos metodológicos que possam colaborar com o processo de pesquisa, recorreremos às palavras de Gil (2002), para ilustrar o ponto de início de nosso levantamento de dados – a técnica (ou as técnicas) a ser(em) utilizada(s):

Para o levantamento de dados nos levantamentos são utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisador. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" e em que uma delas formula questões e a outra responde. Formulário, por fim, pode ser definido como a técnica de levantamento de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas (Gil, 2002, p. 114-115).

Para nossa pesquisa, concentraremos a atenção nas técnicas de *entrevista* e *questionário*, pois acreditamos que oportunizam uma análise mais coesa das falas dos grupos analisados. Para o resgate das informações e das falas da amostra de participantes, os procedimentos de trabalho seguem pelo caminho ético com os entrevistados, levando em conta o respeito aos termos da legislação vigente, bem como preservando os protocolos éticos em conformidade com a documentação que consta nos *Apêndices* desta escrita. Nesse sentido, as entrevistas e os questionários fornecem dados de tipologias distintas: ora com informações para a tabulação de dados, ora com informações para análise conceitual da proposta em questão.

Cabe destacar que, para fins desta pesquisa, o levantamento dos dados organizou-se para que, durante as entrevistas, o entrevistado estivesse em condições de expressar suas perspectivas, vivências e impressões acerca da pergunta central, ilustrando a percepção mais verossímil possível das experiências destes em relação ao trabalho com as políticas educacionais para a Educação Infantil. As entrevistas somente ocorreram mediante agendamento prévio e anuência dos entrevistados, gravadas em sua integralidade, para posterior transcrição das informações.

Todos esses aspectos foram previamente informados ao entrevistado e, em caso de sua discordância, não ocorreram e não foram utilizados na pesquisa. As respostas dos questionários foram coletadas e tabuladas no recurso *Google Forms*, para um mapeamento das informações referentes às escolas da rede municipal de Gravataí. Tendo em vista o vínculo desta pesquisadora com a rede pública objeto desta análise, enquanto assessora pedagógica, deixamos claro que o processo investigativo compromete-se com os princípios éticos para o tratamento dos dados e dos participantes da amostra.

4.2.1 Os entrevistados

A escolha dos entrevistados para nossa proposta de pesquisa envolveu o universo da Rede Municipal de Educação de Gravataí. Para tanto, nosso olhar, dedicado às observações referentes à gestão, percebeu a necessidade de dialogar também com os gestores que compõem esse universo, em suas distintas esferas. Conforme quadro apresentado anteriormente, as formas de levantamento de dados têm ações distintas para cada grupo do conjunto de análise. Como apontam Gerhardt e Silveira, a escolha da população a ser pesquisada é um processo complexo, e, por isso,

Trata-se [...] de recortar o campo das análises empíricas em um espaço geográfico e social, bem como num espaço de tempo. De acordo com o caso, o pesquisador poderá estudar a população total ou somente uma amostra representativa (quantitativamente) ou ilustrativa (qualitativamente) dessa população (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 56).

Elencamos, então, os seguintes segmentos, a fim de que sejam entrevistados:

- I. os gestores das quatro escolas a serem analisadas, compreendendo as quatro diretoras das escolas objeto desta análise;
- II. a assessoria pedagógica da Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação de Gravataí, totalizando um participante;
- III. a atual Secretária Municipal de Educação de Gravataí.¹⁰
- IV. Uma vez que a população a ser entrevistada foi selecionada, nasce uma nova esfera de ações, que consiste nas entrevistas e no caminho até alcançarmos essas possibilidades de trabalho.

4.2.2 Os questionários

Da mesma forma que as entrevistas, os questionários ofertam a possibilidade de uma ação reflexiva que resgate, de forma otimizada, a fala de um segmento específico do campo empírico, contribuindo de maneira célere para a construção da pesquisa. Ainda nas palavras de Gil (2002, p. 115): “[...] pode-se verificar que o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”.

Na presente pesquisa, os questionários são os recursos utilizados para a articulação de um diálogo com as equipes diretivas das escolas a serem analisadas, partindo da perspectiva pedagógica, bem como do seu olhar para as políticas educacionais e as relações de gestão em espaço escolar. O grupo que fornece dados por meio da utilização dos questionários compõe-se pelos gestores das quatro escolas, compreendendo os *supervisores escolares* e os *orientadores educacionais* de cada uma.

Ambas as designações indicam os especialistas em educação da Rede Municipal de Ensino de Gravataí, que são majoritariamente concursados para esses cargos. Ainda que componham a equipe diretiva de cada escola, esses profissionais dedicam-se aos aspectos pedagógicos das instituições e têm funções distintas, mas articuladas entre si. De maneira objetiva, podemos inferir que ao orientador educacional cabem as demandas relativas ao atendimento à criança, ao aluno e a seus responsáveis. Por sua vez, aos supervisores escolares, cabem as questões

¹⁰ Em relação às contribuições dos gestores municipais por meio de entrevistas, estas foram retiradas do texto final por opção metodológica na análise.

voltadas ao acompanhamento do exercício da docência e seus desdobramentos. A utilização dos questionários, visando ao levantamento de dados nesses segmentos, deve-se ao número maior de representantes dessas funções e à subsequente necessidade da constituição de tabulações das informações por eles apresentadas. Cabe destacar que este estudo se propõe a uma ação comprometida e responsável no tratamento ético dedicado aos colaboradores e participantes em questão, assim como os dados coletados. Para atender a esse contingente de trabalho, é necessário que os instrumentos de utilização da pesquisa estejam igualmente vinculados a essa postura ética, e, para esse fim, são utilizados as entrevistas e os questionários que se encontram na seção "Apêndices" desta investigação.

Finalmente, destacamos que o percurso metodológico se apresenta como um mosaico de ações que não se encontram dissociadas entre si, mas que devem constituir-se em colaboração. É desse ponto que emerge o próximo subcapítulo desta escrita: a análise das políticas educacionais na perspectiva do ciclo de políticas.

5 DESBRAVANDO UM NOVO TERRITÓRIO: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS DOCUMENTOS ESTUDADOS

As reflexões sobre as políticas educacionais apresentam, de forma expressiva, o que há de particularidade em seu processo constitutivo. Hoje, a discursividade das políticas educacionais vive um significativo processo de transição, indicando como “[...] As concepções relativas às políticas educacionais têm passado por mudanças profundas nas últimas décadas, mais precisamente desde o fim do século XX até os nossos dias” (Tofik, 2013, p. 104).

Nossos olhares, nesse percurso, dedicam-se às minúcias presentes nas políticas educacionais dirigidas à Educação Infantil. Cabe recordar que, mesmo utilizando ilustrativamente o contexto de uma rede pública de ensino como elemento básico de análise nesta proposta de pesquisa, não podemos desconsiderar que as políticas educacionais perpassam diferentes cenários e contextos. Em outras palavras, em um ambiente de serviço público ou em uma instituição privada, as políticas educacionais atravessam os portões de cada escola. De acordo com Ferreira *et al.* (2011, p. 143), “[...] tanto no cenário nacional, quanto internacional, a pesquisa sobre políticas educacionais vem se constituindo em um campo de investigação distinto e em permanente busca de consolidação”. Assim, quanto aos estudos em políticas educacionais, podemos observar que sua evolução reflete uma busca por compreender como a dinâmica política interfere na construção da identidade do cenário educacional. Conforme Ball e Mainardes (2011, p. 34), “[...] a pesquisa em política educacional dispõe de várias posições, estilos e preocupações posicionadas diferentemente em relação aos processos e métodos da reforma e em relação às tradições e práticas das ciências humanas”.

Ao considerarmos essa concepção, percebemos que as políticas educacionais são as ferramentas utilizadas para traçar os objetivos de um tempo e coletivo social, no universo educacional. Desse modo, a educação dialoga de forma próxima com o contexto em que se insere, respondendo-lhe e questionando-o sobre como constituir-se. Essa perspectiva dialógica fornece expressivos recursos, os quais são utilizados na condução das políticas educacionais. Ball e Mainardes (2011, p. 47) refletem sobre essa questão:

Pensando sobre que tipos de pessoas e “vozes” habitam a análise dos textos políticos, também é preciso pensar sobre o engajamento com as identidades social e coletiva dos sujeitos de pesquisa – o “professor”, os “pais”, o formulador da política; seus gêneros, classe, raça, sexualidade e habilidade física.[...] É importante reconhecer que diversidade social e “diferença” são bases importantes para entender o escopo das forças sociais ativas envolvidas em e resistentes às mudanças – reconhecimento é importante. Igualmente, no entanto, os efeitos das políticas são sentidos nos fatos sociais básicos da pobreza, da opressão e da desigualdade.

Partindo de tal percepção, torna-se possível observarmos o que está implícito no contexto das políticas educacionais, ou seja, os pressupostos ideológicos e as crenças sociais presentes na construção de uma política pública ou de uma política educacional. Quando essa discussão se apresenta em pauta, é preciso observar as subjetividades daquilo que se espera como fruto das políticas educacionais. O foco central desse processo é a criança, o aluno.

O Brasil está em processo de avanços nos estudos sobre políticas educacionais e sobre as problemáticas que elas originam. Nas palavras de Ball e Mainardes (2011, p. 11):

No Brasil, a pesquisa sobre políticas educacionais vem se configurando como um campo distinto de investigação e em permanente busca de consolidação. Nos últimos anos, pôde-se observar um aumento significativo de pesquisas, publicações, grupos de pesquisa, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e eventos específicos sobre políticas sociais e educacionais. Apesar desse cenário promissor, diversos pesquisadores do campo das políticas destacam a necessidade de empregar referenciais analíticos mais consistentes, bem como de ampliar a interlocução com a literatura internacional, bastante vasta e com uma variedade de perspectivas teórico-metodológicas.

As informações apresentadas pelos autores levam-nos a inferir que os estudos acerca das políticas educacionais revelam o que é feito, no Brasil atual, em relação aos princípios educacionais. É possível observar que, ao falarmos das políticas educacionais, também trazemos à tona as discussões referentes aos processos econômicos e sociais presentes no contexto contemporâneo, inclusive na cena educacional do Brasil. Tais informações são importantes, pois permitem, também, que o gestor educacional, assim como o educador, compreenda como as influências alteram o funcionamento escolar e traçam um perfil da rede educativa constituída nesse panorama.

Ao longo do tempo e das perspectivas históricas e sociais, as questões referentes às políticas educacionais e à Educação Infantil no Brasil sofreram

expressivas transformações. Esse processo evolutivo encontrou apoio na legislação, que garantiu o impulso dessa etapa de ensino: a Constituição Federal, de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996 (Didonet, 2001). Nesse sentido, Didonet (2011) aponta que

Tanto a creche quanto a pré-escola têm um objetivo social, um objetivo educacional e um objetivo político. O primeiro está associado à questão da mulher enquanto participante da vida social, econômica, cultural e política. Inserir-se nela e atender às exigências do trabalho requer tempo que, para muitas mulheres, também está sendo posto na atenção a seus filhos pequenos. [...]Hoje, a questão está melhor colocada, explicitando também o papel do pai - como direito e dever - no cuidado e na educação de seus filhos pequenos. Mas a creche não para aí. Centrada na criança como sujeito de educação, e tendo como referência o potencial dos primeiros anos de vida, a creche organiza-se para apoiar o desenvolvimento, promover a aprendizagem, mediar o processo de construção de conhecimentos e habilidades por parte da criança, procurando ajudá-la a ir o mais longe possível nesse processo. [...] A creche cumpre um objetivo educacional proeminente. O terceiro objetivo é político: a educação infantil inicia a formação do cidadão. A criança é um cidadão desde que nasce e, formalmente, desde que tem o registro de nascimento (Didonet, 2011, p. 14-15).

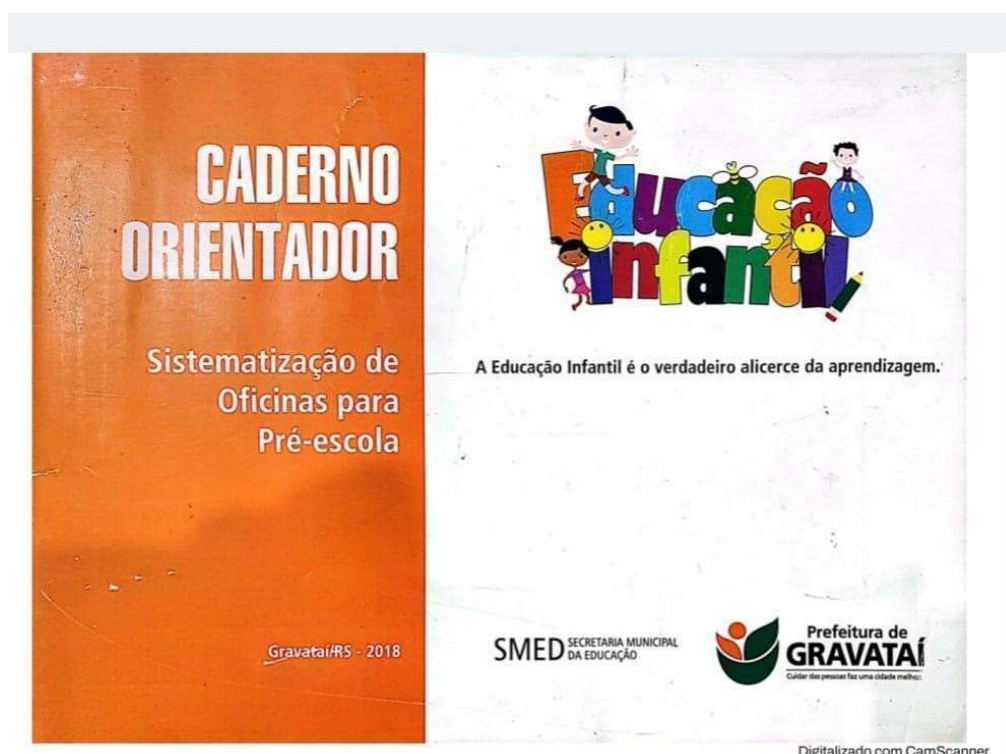
O autor argumenta, nesse ponto, que uma tríade se constitui no olhar direcionado à Educação Infantil e que, hoje, com concepções ainda mais apuradas sobre a pluralidade dos contextos familiares, o entendimento da evolução dos objetivos iniciais e dos objetivos atuais da Educação Infantil torna-se ainda mais evidente. Para esta análise, destacamos os movimentos nas políticas educacionais compreendidos entre os anos de 2017 e 2022, elegendo como marco as políticas educacionais dos estudos de constituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e utilizando ponderações sobre o documento como um de nossos suportes analíticos. Diante dessa finalidade, reiteramos as questões que apontam para a importância do entendimento sobre a teia de conexões entre o contexto da Educação Infantil e os desdobramentos de sua relação com as políticas educacionais voltadas a essa etapa, assim como indicam as contribuições dessas relações para a gestão educacional dirigida a essa etapa da Educação Básica.

5.1 O CADERNO ORIENTADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ESCRITA DA REDE MUNICIPAL DE GRAVATAÍ

No ano de 2017, tendo em vista os estudos referentes à Base Nacional Comum Curricular, o Setor de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de

Gravataí organizou-se para a elaboração de um documento que expressasse as diretrizes pontuadas à Educação Infantil no universo da referida rede: o *Caderno Orientador da Educação Infantil* (Gravataí, 2018). O levantamento promovido em nosso processo de pesquisa, junto ao setor dedicado a essa etapa educacional, bem como nossa participação nesse processo, na posição de servidora da Rede no período, embasam a escrita que segue. Salientamos que, embora dialogasse com o ideário constitutivo dos estudos para a BNCC, no que tange à Educação Infantil, o processo que amparou a escrita referente ao documento orientador pedagógico da Rede antecedeu à homologação da Base; por essa razão, algumas expressões precisaram de retificação após a publicação do Caderno Orientador. Para organização das referências sobre esse documento, a reflexão sobre ele está organizada de forma a ilustrar o percurso desse documento como referencial pedagógico.

Figura 5 - Capa do Caderno Orientador da Educação Infantil de 2018



Fonte: Gravataí (2018).

Primeiramente, cabe-nos contextualizar o processo de escrita do documento intitulado *Caderno Orientador da Educação Infantil – Sistematização de Oficinas para Pré-escola*. Ele nasce da proposição de uma escrita que apresentasse os pontos de discussão que embasaram o trabalho desenvolvido com os professores de turmas de

Pré-Escola I (crianças de 4 anos) e Pré-Escola II (crianças de 5 anos). As oficinas ocorreram ao longo do ano de 2017, mensalmente, tendo a participação de professores que exerciam a docência com as duas faixas etárias supracitadas, e, a cada bimestre, contavam com a presença dos supervisores escolares.

Os encontros baseavam-se em distintas temáticas, apresentando, como elemento conector, as premissas de *cuidar* e *educar*, a partir das orientações pedagógicas que amparavam as escritas naquele contexto pedagógico e histórico. Ao final de cada oficina, os relatórios e as produções eram recolhidos para posterior sistematização. Dessa forma, esses recursos articulavam-se com os referenciais que embasaram, a seu tempo, o estudo da constituição da BNCC. Na conclusão do processo de trabalho com os educadores, ocorreu a sistematização das escritas, realizada pela equipe que, no período, atuava no setor de Educação Infantil, consistindo no documento que se consolidou como o *caderno orientador*.

5.1.1 A organização do documento

O caderno orientador foi publicado em janeiro de 2018, configurando um documento composto por quarenta páginas, organizado conforme os seguintes itens:

a) **Apresentação:** neste ponto, são apresentados os objetivos, a justificativa do trabalho, a organização das etapas de escolarização da Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular e os aspectos norteadores dessa etapa da Educação Básica (os princípios da Educação Infantil, os conceitos de *cuidar* e *educar*, os conceitos de *interações* e *brincadeiras*, a *seleção de práticas, saberes e conhecimentos* e a *centralidade das crianças - grifos nossos*). Nessa etapa do documento, também estão descritos os *Direitos de Aprendizagem* (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e, sequencialmente, os campos de experiência (Gravataí, 2018, p. 7): (i) eu, o outro e o nós; (ii) corpo, gestos e movimentos; (iii) traços, sons cores e imagens; (iv) escuta, fala, linguagem e pensamento; e (v) espaços, tempos, quantidades, relações e transformações¹¹. Ainda nesse item, são apresentados os indicadores que constituem o documento, visando a aplicação dos elementos curriculares à prática educativa. Os indicativos

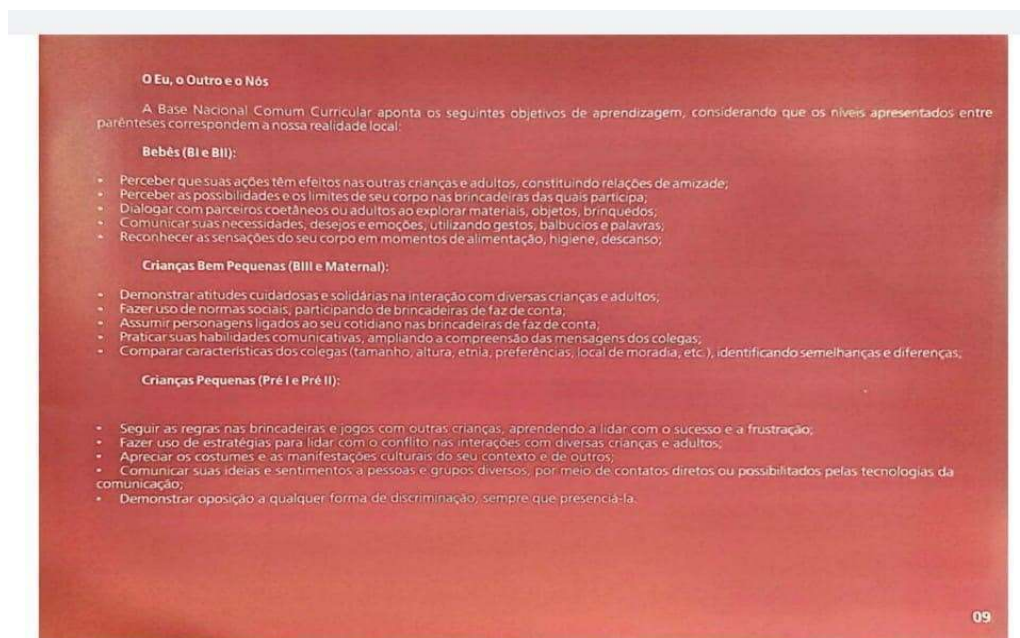
¹¹ O segundo segmento do texto não está assim intitulado, mas, para darmos continuidade à perspectiva adotada na análise do documento, optamos pela utilização dessa designação.

utilizados na redação do material são: *introduzir*, *aprofundar* e *consolidar*, e estão assim definidos (Gravataí, 2018, p. 7):

- I. Introduzir: refere-se à apresentação de um conhecimento novo à criança, por meio da qual será possibilitada sua familiarização com os conteúdos;
- II. Aprofundar: visa a realização de atividades para contribuir com a ampliação da compreensão do conhecimento abordado com as crianças;
- III. Consolidar: sugere a promoção de situações (brincadeiras, atividades etc.) para viabilizar o domínio do conhecimento em questão pelas crianças.

b) **O Texto**¹²: neste item, está a descrição de cada campo de experiência (ainda com a designação de *Eixo* no andamento do documento), seguida da correspondência etária para a Rede Municipal de Educação de Gravataí em relação à organização etária da BNCC, além dos objetivos de trabalho para cada etapa, em cada campo de experiência. Na continuidade do documento, são apresentadas propostas de atividades, dispostas em tabelas, com campo para acompanhamento, conforme os indicadores supracitados. As figuras que seguem ilustram essa disposição.

Figura 6 - Propostas de atividades



Fonte: Gravataí (2018).

¹² O referido material foi sistematizado pelo setor de Assessoria Pedagógica da Educação Infantil (SMED/Gravataí).

dados do IBGE¹³ (2022), conta com uma extensão territorial de 468,288 km² e uma população de, aproximadamente, 265.074 habitantes. Durante muito tempo, o município recebeu a titularidade de *cidade-dormitório* por encontrar-se na região metropolitana de Porto Alegre e ocorrer um recorrente deslocamento dos habitantes do município para trabalhar na capital. Tal conjuntura está em franca transformação há aproximadamente 30 anos, com fortalecimento da indústria local, especialmente com a inserção de multinacionais no território do município. Frente a essa expressiva mudança e o atual quadro de aumento populacional, conforme já apontam os números supracitados, exigiu-se uma transformação igualmente expressiva para a educação municipal, especialmente no que tange à Educação Infantil.

Hoje, a necessidade de vagas para o atendimento às crianças do município em turmas de Educação Infantil apresenta-se como um grande desafio para o município, uma vez que a demanda se apresenta muito maior que a oferta. Conforme discutimos à frente, na fala dos gestores, o município possui uma estrutura muito inferior à necessária. A maior parte da população do município concentra-se na área urbana, o que também canaliza o processo educacional nesses espaços; porém, existem escolas municipais na área rural, normalmente com estruturas menores e atendendo basicamente os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para os alunos que residem em espaços muito deslocados e distantes das escolas municipais, ocorre a oferta do transporte da mantenedora de forma gratuita às famílias. No entanto, assim como as vagas nas escolas, com esse expressivo aumento populacional, nem todos os alunos são contemplados.

Conforme dados do IBGE (2022), o perfil socioeconômico do município pode ser assim ser descrito:

Em 2021, o salário médio mensal era de 2,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21,66%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 57 de 497 e 212 de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 322 de 5570 e 1336 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30,1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 270 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 4650 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2022).

¹³ Dados provenientes do censo IBGE de 2022.

Em termos educacionais, essas informações nos permitem observar que a realidade educacional do município de Gravataí encontra-se profundamente articulada com um cenário ascendente economicamente, mas que ainda precisa aprimorar suas ações em relação à educação, pois apresenta-se como um município com um número de espaços escolares inferior às demandas econômicas e populacionais que se apresentam atualmente em seu funcionamento. Tantas especificidades complexificam os processos de gestão e a consolidação de um trabalho amparado em práticas que contribuam para o atendimento das necessidades efetivas das comunidades escolares. Além disso, quando falamos em gestão pública, também falamos no suprimento das necessidades da sociedade coletivamente.

Tomando esse ponto de partida, podemos lançar nosso olhar para a legislação, que é nossa referência de trabalho no que tange às políticas educacionais voltadas para a Educação Infantil. A escolha pelas duas resoluções municipais amparou-se exatamente nos aspectos que referendam a utilização da abordagem de ciclo de políticas como ferramenta analítica desse projeto de gestão. Conforme Mainardes (2006, p. 49):

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante destacar desde o princípio que este referencial teórico analítico não é estático, mas dinâmico e flexível [...].

A gênese dessas duas resoluções encontra-se em uma demanda que não era educativa inicialmente, mas que encontrava-se articulada com as demandas de acolhimento e de assistência social. Dessa forma, encontramos o primeiro aspecto trazido para uma análise ancorada na abordagem de ciclo de políticas: a demanda social. No caso desta análise, a demanda em questão consiste na necessidade do cuidado das crianças em um espaço seguro durante o tempo em que seus pais se encontram em atividades laborais, além de constituir-se em um espaço protetivo da infância. Juntamente a esse cenário, há um crescente movimento que desafia a educação no momento da escrita da Resolução CMEG 01/2006, que consiste em uma perspectiva de trabalho que amplie os laços do atendimento das crianças em idade-creche e pré-escolar ao contexto educacional, juntamente com um afastamento do

caráter exclusivamente assistencialista e efetivamente vinculando a Educação Infantil à Educação Básica.

Partindo de tal perspectiva, observamos, inicialmente, a Resolução CMEG 01/2006, e como os contextos presentes podem ser percebidos em uma abordagem voltada para o Ciclo de Políticas. Ao observarmos os aspectos previamente apontados, é possível que percebamos que o *contexto de influência* da Resolução supracitada encontra-se articulado com as demandas de oferta e procura de atendimento às crianças, assim como a regularização qualificada dos espaços de oferta de tal atendimento. Avançando na análise, chegamos ao segundo segmento da abordagem do ciclo de políticas, que consiste no *contexto de produção do texto* da política a ser analisada, respondendo, assim, à necessidade de um trabalho que resgatasse cada um dos pontos de articulação entre a perspectiva do *cuidar* e do *educar*, desafio ainda presente nas reflexões sobre o cenário da Educação Infantil. O texto da referida resolução posiciona-se dessa forma, ao estabelecer

[...] procedimentos a serem adotados pelas mantenedoras de Instituições que ofertam Educação Infantil, com vistas à integração das mesmas ao Sistema Municipal de Ensino (Gravataí, 2006, 1).

Frente a essa escrita introdutória, é perceptível o direcionamento da referida norma. Por conta de tais questões, o texto da Resolução 01/2006 ainda propõe alterações expressivas no cenário frente às diretrizes legislativas de caráter federal, apresentadas pela LDBEN/1996. Para pontuar tal proposição, vale-se da utilização de uma justificativa na qual

Salienta-se que a integração das Instituições de Educação Infantil ao respectivo Sistema de Ensino não é uma opção da Instituição ou do Sistema, mas está definida pela força da Lei Federal.

O Conselho Municipal de Educação, órgão normativo do Sistema, resolve instituir o processo de integração ao Sistema, definindo o cadastramento de todas as instituições como primeira etapa para conceder a autorização de funcionamento e com o intuito de conhecer, identificar e caracterizar a oferta da Educação Infantil no município.

Neste sentido, todas as instituições que ofertam a Educação Infantil devem atender o prescrito na Resolução (Gravataí, 2006, p. 2).

Embasado nesse processo, emerge o contexto da prática, no qual busca-se a aplicabilidade da política (para nossa análise, a política educacional) no universo

social que o cerca. A resolução é composta por quatro artigos que definem a seguinte estrutura:

Art. 1º - Pertencem ao Sistema Municipal de Ensino, as Instituições de Educação Infantil mantidas pelo poder público municipal e as criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Art. 2º - As Instituições de Educação Infantil deverão requerer cadastro a fim de integrarem-se ao Sistema Municipal de Ensino.

Parágrafo único. O ato de cadastro de integração ao Sistema Municipal de Ensino não se constitui em ato de credenciamento e autorização de funcionamento.

Art. 3º - O cadastro será efetuado mediante preenchimento de ficha específica, conforme orientações, em anexo, a presente Resolução.

Art. 4º - A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação (Gravataí, 2006, p. 1).

Em um texto de tal forma conciso, a aplicabilidade da política aponta para a necessidade de um olhar ao *contexto de resultados*, ou seja, os frutos dessa primeira escrita, de cunho basicamente normativo. Esse processo de análise propicia muitas considerações que são importantes para que, além de sua integração ao sistema de ensino, o atendimento às questões da oferta, do atendimento, da organização, dos princípios pedagógicos e de gestão, apresenta-se como uma verdadeira condução para o trabalho de retorno às demandas inicialmente apresentadas. Emerge disso o *contexto das estratégias políticas*, o qual ampara-se nas proposições de reflexão e ação sobre os aspectos apontados na Resolução (cadastro, integração ao Sistema Municipal de Ensino, credenciamento e autorização), apontados em sua estrutura, que indica os aspectos que compõem a prática da oferta da Educação infantil, mas que não se encontram mencionados na referida escrita.

5.3 DOS DESAFIOS ÀS CONTINUIDADES DAS PERMANÊNCIAS ÀS RUPTURAS: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DO CICLO DE POLÍTICAS GRAVATAÍ EM ANÁLISE

Para a análise das especificidades que envolvem as políticas educacionais, cabe dedicar atenção ao que marca seu percurso histórico, assim como o contexto social no qual encontra-se inserido o processo de elaboração e efetivação desses recursos para a consolidação de práticas educativas vinculada aos compromissos sociais da educação. Souza (2016, p. 77) aponta para a importância desta reflexão:

A discussão sobre as políticas educacionais e os conflitos subjacentes oportuniza e amplia as condições de se avaliar a ação, os produtos e os impactos das políticas educacionais e, especialmente, de se reconhecer que isto tudo tem uma intimidade marcante com a luta pelo poder. Este procedimento insere-se em um campo mais amplo, o qual demanda uma profunda análise da ação governamental em dada área e, para além disso, as relações que se estabelecem entre a ação pública e as demandas sociais, pois o Estado se relaciona/responde à pressão ou à ausência de pressão social.

Assim, um dos nossos principais recursos de análise ampara-se em uma compreensão da importância do processo educativo como um todo, especialmente do processo em ocorrência na etapa da Educação Infantil. Para a estruturação de um olhar para a Educação infantil dentro das políticas educacionais, a ruptura com as perspectivas associadas à assistência social apresenta-se como necessária. As resoluções, objetos de nossa análise, e a fala dos entrevistados ao longo do processo de pesquisa, ilustram a importância de tais ponderações na constituição da análise das políticas educacionais. Levando-se em conta tais questões, é relevante destacar que as resoluções, objetos de nossa análise, sofreram interpretações e reinterpretções, de acordo com nossos entrevistados, suas vivências, histórias e conexões com o universo da Educação Infantil no município, que é cenário de nossa análise.

Com base em seus relatos, foi possível observar as principais conexões em suas falas. Conforme nos apontam Ball e Mainardes (2011, p. 33):

É simplista sugerir qualquer tipo de relação direta e uniforme entre o contexto social político e as preocupações e disposições acadêmicas. Igualmente, contudo, seria ingênuo tentar desconectar movimentos e tendências na teoria e na pesquisa dos discursos da reforma.

Partindo de tal assertiva, tornou-se possível observar que, quando dedicamos nossa atenção às políticas educacionais à luz das perspectivas do ciclo de políticas, percebemos que as políticas públicas e, em posterior instância, as políticas educacionais, são retratos de seu tempo e das construções sociais de onde se originam. Essa percepção permite-nos observar que dialogar com as políticas educacionais também implica compreender que elas representam uma discursividade, bem como apontam para um direcionamento de ações que considerem o contexto de sua gênese.

5.4 COM A PALAVRA, OS GESTORES

O município de Gravataí passou, entre os anos de 2010 a 2020, por uma consistente transformação na perspectiva da escolarização e na oferta da Educação Básica, bem como no cenário para o atendimento à Educação Infantil. Na migração da Educação Infantil da Secretaria de Assistência para a Secretaria de Educação, houve um contínuo e paralelo processo de transição que exigiu um consciente processo de alteração na compreensão da oferta, do conhecimento e das perspectivas educacionais permeantes desse processo. Tal como refere-se Libâneo (2016, p. 40):

No âmbito das políticas oficiais, a pesquisa tem mostrado que as políticas educacionais aplicadas à escola nas últimas décadas têm sido influenciadas por orientações dos organismos internacionais, as quais produzem um impacto considerável nas concepções de escola e conhecimento escolar e na formulação de currículos.

Frente a essa reflexão, a atenção dispensada aos produtos das políticas educacionais encontra-se intimamente ligada à influência do universo constituído em seu entorno. As palavras do autor nascem exatamente no ano da resolução que norteia a Educação Infantil no município de Gravataí e, portanto, é bastante representativa de como esses processos já reverberaram nas concepções educacionais daquele momento, assim como suas estruturas dialogam com as especificidades da educação no século XXI. Nesse cenário, emerge a gestão escolar para a Educação Infantil em Gravataí. Cabe destacar que a gestão para a Educação Infantil sofreu transformações oriundas em muitos dos processos de transição. Frente a essas relações tecidas, a gestão educacional na e para a Educação Infantil precisa manter um diálogo constante com o binômio *cuidar e educar* e seus desdobramentos. Forest e Weiss (2003, p. 2) colocam que o ato de cuidar e educar perpassa pela compreensão de que

A criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. Cuidar e educar significa compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade.

Nossos diálogos com os gestores, em distintas esferas da educação infantil pública municipal de Gravataí, encontram-se impregnados desses fazeres e pensares,

assim como dos desafios que os costumam no olhar para o trabalho com a Educação Infantil. Foram objeto da presente análise gestores municipais e gestores escolares atuantes em distintas esferas da educação pública de Gravataí. Em comum, esses gestores apresentaram a posição de condução em um cenário específico da esfera pública na contemporaneidade, encontrando-se em interface com a aplicabilidade nas práticas cotidianas, em relação às políticas educacionais voltadas à Educação Infantil. Em relação aos aspectos supracitados, retomamos a identidade dos gestores para a amostragem desta pesquisa. Primeiramente, foram convidados para participar desse processo de pesquisa gestores da educação pública municipal de Gravataí, atentando para as esferas que compõem esse sistema de ensino nas quais eles atuam. Dessa forma, foram ouvidas duas gestoras diretamente vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, uma representante do Conselho Municipal de Educação e as gestoras de quatro escolas municipais com atendimento à Educação Infantil – duas EMEIs¹⁴ e duas EMEFs¹⁵. Ainda durante a estruturação da pesquisa, apresentamos a proposta de, mediante utilização de um formulário, coletar informações provenientes dos especialistas ¹⁶ atuantes nos espaços educativos escolhidos; porém, o retorno do preenchimento destes recursos não foi eficaz, com retorno efetivo de somente dois preenchimentos integrais desse recurso.

As entrevistas feitas foram mais eficazes para a coleta de dados, sendo possível o processo estruturado de registro dos encontros com os gestores. Entre o projeto de pesquisa e sua efetivação, alguns ajustes se fizeram necessários, os quais propiciaram movimentos distintos de análise. Um primeiro ponto a destacar encontra-se na escolha das escolas a serem analisadas: dedicamos nossa atenção sobre quatro escolas; porém, os critérios para a escolha das respectivas escolas sofreram alterações provenientes das dinâmicas ocorridas na rede municipal de ensino, durante o período no que tange à organização da oferta da Educação Infantil. Nesse sentido, cabe destacar que, em 2024, a rede municipal de ensino de Gravataí conta com doze EMEIs, sendo que, destas, quatro receberam prédios novos em 2023, com capacidade maior de atendimento, praticamente dobrando o número de crianças

¹⁴ Escolas Municipais de Educação Infantil.

¹⁵ Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

¹⁶ Cabe destacar que o corpo de Especialistas em Educação da rede Municipal de Gravataí é composto por Supervisores Escolares e Orientadores Educacionais. Ambos compõem a parte pedagógica da gestão escolar na rede objeto de nossa análise.

matriculadas em cada unidade. Tendo em vista que estamos falando de realidades similares de atendimento, nosso critério de acompanhamento da gestão da EMEI com o maior número de matrículas perdeu o sentido de análise em si. Dessa forma, na busca de um novo critério de análise, fizemos uso do recurso mais próximo para a execução desse processo, que foi a identificação afetiva e o vínculo profissional com a escola escolhida. Segue a análise desse processo de pesquisa na referida escola.

5.4.1 Escola A

A escola designada como Escola A é uma escola municipal de Educação Infantil, atende a um universo de 240 crianças, apresentando um efetivo de 40 profissionais, entre gestores, professores, atendentes, monitores, agentes de apoio e funcionários, em um atendimento que conta com 12 horas de disponibilidade à comunidade, cinco dias por semana (esse regime de funcionamento é o que se faz presente em toda a rede). A escola encontra-se, atualmente, com um espaço predial amplo, ainda no mesmo bairro de sua fundação, em 1993. O prédio em questão é totalmente novo, e construído sob as bases norteadoras do FNDE¹⁷, no que tange a sua estrutura predial. A gestora entrevistada atua na escola há 15 anos, aproximadamente, sendo que, na condição de gestora, atua desde o segundo semestre de 2018. Nesse período, assumiu em caráter de intervenção, devido à uma série de irregularidades da gestão eleita no período pela comunidade escolar. Seu primeiro período de gestão encerrou-se em 31 de dezembro de 2023, sendo que, em janeiro de 2024, assumiu para um mandato de dois anos, na condição de gestora eleita. Com 35 anos de exercício da docência, sempre atuando na Educação infantil, a Diretora A relata que atua há 33 anos na rede municipal de ensino de Gravataí. Suas contribuições são relevantes no sentido de que passou por muitas das transformações vivenciadas na legislação, nas políticas educacionais, no sistema de ensino municipal e na rede de ensino cenário desta pesquisa.

A gestora relata compreender seu espaço de trabalho como um compromisso que se consolida diariamente com a comunidade escolar, mas coloca em ênfase que muitos são os desafios da gestão em um órgão público. Ademais, tendo em vista que o órgão em questão é uma escola de educação Infantil, tais desafios potencializam-

¹⁷ Fundo Nacional do Desenvolvimento em Educação.

se. A gestora argumenta que, quando assumiu a escola, sentiu muita falta de orientações. Quando diretora em 2010, na primeira eleição de Diretoras para as escolas de municipais de Educação Infantil, observava que as orientações eram passadas de forma mais objetiva e direta; já em 2018, quando assumiu na condição de interventora, encontrou outros tipos de dificuldades, pois as políticas públicas parecem, por vezes, contraditórias, e as orientações acabaram burocratizando o processo de atuação dos profissionais de Educação Infantil. Conforme aponta em seus dois momentos de gestão, a diretora deparou-se com elementos distintos nessa condução:

O que a gente fazia em 2010 era mais prático, né? Era mais rápido dar resposta, tinha mais eficiência. Não sei se era, não era mais. Em 2018 a gente encontrou muita burocracia. Uma coisa dizia o que poderia fazer e quando tu menos espera não pode mais (Gestora A).

Para a diretora, a Educação infantil não é vista, em muitos casos, com a seriedade necessária, e essa questão interfere nas ações das políticas públicas voltadas para essa etapa da Educação Básica. Ainda nesse sentido, a diretora coloca a importância de políticas educacionais voltadas para a valorização dos profissionais da educação atuantes na Educação Infantil, uma vez que ainda perdura o discurso de “tia” na referência a esses profissionais, diluindo o papel de professor somente no universo do cuidado, que consiste em apenas uma das faces do trabalho voltado para a Educação Infantil. Nesse sentido, salienta que:

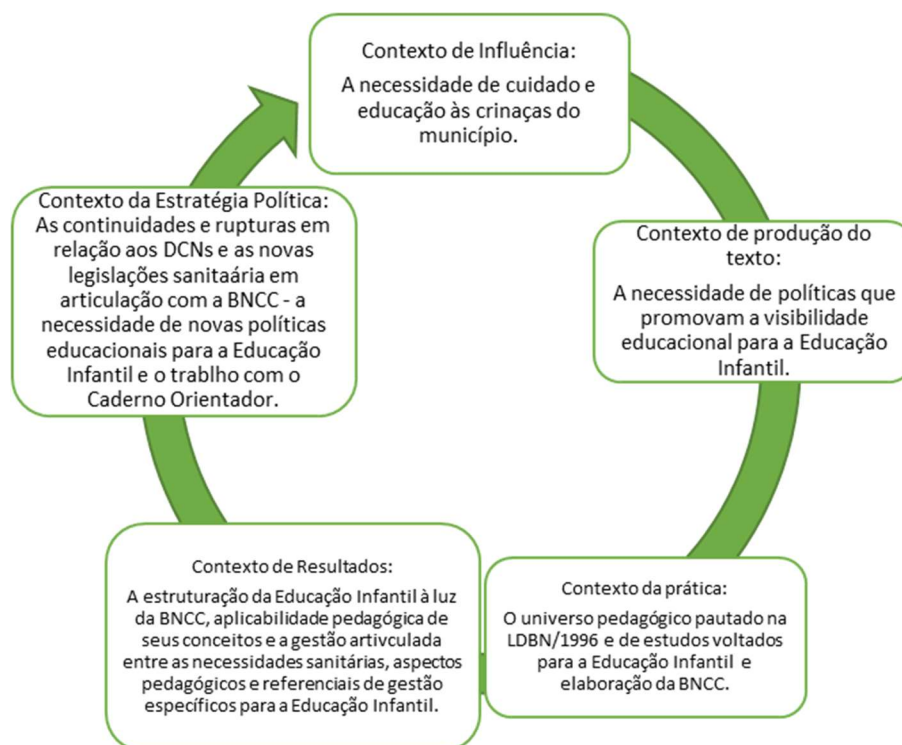
O profissional de Educação Infantil não é valorizado como professor, por que tem a parte assistencialista. Vários chegam aqui (escola) dizendo “tia”, a “tiazinha”. Aí tem aquele livro “Professora, sim. Tia, não”. Esse pensamento ainda “judia” da Educação Infantil (Gestora A).

A diretora afirma, ainda, que o trabalho do gestor encontra barreiras no processo de orientação e que, muitas vezes, a condução das políticas educacionais é vitimada pela condução desinformada, ou, ainda, pouco orientada das ações, em relação aos textos legais e às políticas educacionais. Porém, coloca que “o papel aceita tudo”, e isso finda na compreensão de que aquilo expresso no documento ocorra efetivamente no funcionamento escolar, o que nem sempre procede. Em sua fala, explica:

Quando tu entra numa direção de uma escola pra princípio? Eu peguei o barco andando, mas não sabia remar, não sabia olhar no norte, olhar no sul. E nesse momento não houve ninguém que explicasse para mim assim, [nome da gestora], a escola funciona assim, assim, assim, assim, sabe? Isso eu acho, eu penso que é o maior problema na administração pública (Gestora A).

Dentre as muitas contribuições das falas da Diretora A encontra-se a importante referência sobre como esta compreende a complexidade das políticas educacionais e oferta-nos, assim, uma estrutura de interpretação por meio da metodologia do ciclo de políticas. Conforme descrito pela gestora no andamento da entrevista, sua percepção acerca das políticas educacionais que mais destacam-se em sua compreensão, a Resolução CMEG/2016 e a BNCC vigente, apresentam-se efetivamente como relevantes para a condução do trabalho gestor para a Educação Infantil na rede municipal de Gravataí. A Figura 8 ilustra essa reflexão:

Figura 8 - Ciclo da Política Educacional, conforme entrevista da Diretora A



Fonte: Elaborada pela autora.

As informações presentes na Figura 8 apresentam como os articuladores analíticos do ciclo de políticas podem atuar no conjunto de análise sobre como a política educacional manifestam-se nas falas da Diretora da Escola A. Seguindo seus relatos, passamos a compreender que, sob sua perspectiva, a constituição da

Resolução CMEG/2016 apresentou-se como uma construção de referência para o trabalho na Educação Infantil. Este foi estruturado a partir da necessidade de qualificação dos espaços de cuidado e educação para a acolhida das crianças no município de Gravataí (Contexto de Influência), sendo consolidado um crescente despertar para a constituição de um espaço educacional convergente e legalmente estruturado para o atendimento dos princípios de cuidado e educação das crianças, exigindo um sustentáculo legal para esse fim (Contexto de Produção do Texto).

Juntando-se a esse contexto, é possível perceber, na fala da entrevistada, sua preocupação com as contínuas dificuldades na efetivação das políticas educacionais, no funcionamento prático da gestão (Contexto da Prática), pelas mais distintas razões, desde a falta de recursos e investimentos nas EMEIs – como a escola na qual atua a gestora entrevistada – ou na participação das famílias. A gestora aponta, ainda, que o diálogo desses fatores ideais com a realidade constituída, vivenciada no espaço público, aponta para novas necessidades de reflexão, produção e ação sobre o que se vive em relação à infância, no universo da oferta pedagógica e de cuidado nesses espaços (Contexto de Estratégia Política). Dessa forma, essas atitudes podem gerar argumentos para um novo conjunto de análises, bem como constituir novas políticas educacionais nesse cenário.

Frente a essas reflexões, temos em mãos um conjunto de aspectos em diálogo com vários os pontos ilustrativos da vivência da entrevistada e do caminho percorrido por sua escola. No entanto, é de significativa importância analisarmos os elementos de sua fala que refletem sobre como os diferentes segmentos sociais percebem e *sentem* a política que lhes é apresentada. A fala da gestora apresenta sua percepção de não pertencimento ao contexto da política educacional em questão, além de manifestar alguns pontos de discordância em relação a essa política. É relevante observarmos esse aspecto, pois é exatamente essa dinâmica de reflexão sobre a política apresentada que gera a sequência de ações para o surgimento de novas demandas, novas inserções, interpretações e, inclusive, uma nova escrita do texto da política pública.

5.4.2 Escola B

A Escola B é uma escola municipal de Educação Infantil que se localiza em um bairro bastante populoso do município. A diretora da escola relatou que atua nessa instituição há dois anos, ingressando na escola com o papel de orientadora educacional, nomeada no início do ano letivo de 2022. Frente à solicitação de afastamento da gestão feita pela diretora vigente, aceitou a indicação, feita pela então Secretária Municipal de Educação, para assumir a gestão da escola, desafio que assumiu acompanhada de duas colegas, professoras da escola, atuantes na docência, enquanto vice-diretoras. A equipe diretiva conta, ainda, com a presença de um orientador educacional e de uma supervisora escolar. Todos os membros da equipe atuam em tempo integral na escola. Seu percurso profissional incluiu uma mudança de município, pois a referida diretora mudou-se de Gramado para Gravataí, no momento em que assumiu o concurso. Anteriormente, a gestora, que possui formação na área de Administração, atuou profissionalmente nesse segmento; porém, aos 35 anos, optou por seguir a carreira que “toca-lhe o coração”, em suas palavras: a educação. Foi por esse caminho que a Diretora B iniciou sua condição de gestora escolar em uma EMEI de Gravataí. Voltando à escola, essa é uma adaptação de um prédio residencial, apresentando um total de cinco salas de atividades, sendo que cada uma delas atende crianças de um ano a quatro anos. As turmas são atendidas em tempo integral. Contudo, as crianças de Pré-escola I compreendem duas turmas: uma no turno da manhã e outra no turno da tarde.

A escola conta com um total de 54 crianças matriculadas e um grupo de, aproximadamente, 26 profissionais, entre professores, monitores, auxiliares de serviços gerais, vigias e equipe diretiva. A diretora relata que o grupo de profissionais é bastante estável, ocorrendo pequenas alterações ao longo do seu período de atuação na escola:

Temos muitos profissionais que estão a muito tempo na escola e na rede. Profissionais que fizeram outra formação depois de ingressarem no serviço público, mas estão a muito tempo na função. Alguns já estão cansados. Acredito, inclusive, que a formação continuada possa contribuir para despertar novamente seus olhares para o que há de novo (Diretora B).

A diretora relata que a comunidade é bastante acolhedora e participativa, mas que a escola encontra-se em uma região de vulnerabilidade social. As crianças da escola, conforme relato da diretora, seguem, normalmente, para a escola municipal vizinha, que oferta de Educação Infantil aos Anos Finais do Ensino Fundamental, na

continuidade de suas vidas escolares. Porém, há um expressivo deslocamento das crianças para outros espaços, de acordo com as necessidades de suas famílias.

Tendo em vista as políticas educacionais, a diretora manifesta que, em relação à legislação municipal, “[...] provavelmente tive contato, pois é algo que atravessa o nosso dia a dia, mas nesse ano, como gestora, pouco acessei” (Diretora B). Relata, ainda, sua preocupação com as questões pendentes em relação ao processo de elaboração de textos distantes da realidade do funcionamento escolar. Além disso, ela conhece com maior profundidade as informações referentes à Resolução Municipal CMEG/2016, pois é a que ainda está em vigência, com os aspectos presentes nas políticas de cunho federal. Ademais, aponta que percebe que a Educação Infantil passou por um forte período de sanitização, que causou uma expressiva problemática de trabalho, pois os aspectos pedagógicos acabaram por diluir-se nas demandas dos cuidados. Hoje, a gestora revela que crê na importância dessas questões encontrarem-se articuladas, mas não em segmentos distintos de trabalho.

A Diretora B coloca que, frente às suas observações sobre a Educação Infantil do Município de Gravataí,

[...] Eu tenho referência de Gramado e Canela, que são dois municípios pequenos, onde trabalhei antes, nos quais o tempo era mais abreviado. Aqui, como o município é maior, as demandas são maiores, demoram um tempo maior para vir e ocorrerem (Diretora B).

Nesse sentido, a gestora relata que entende de outra forma o desenvolvimento administrativo da educação nessa rede municipal, pois, enquanto orientadora educacional, tinha dificuldades na compreensão dessa estrutura e de sua engrenagem. Por sua vez, no desenvolvimento do processo de trabalho para a Educação Infantil, ela vê, como lacunas importantes da rede, a falta de profissionais para o contingente de crianças atendidas, bem como a necessidade de intensificação do processo formativo de forma contínua para os docentes. Na busca de qualificar a vivência cotidiana dos profissionais, a equipe diretiva passou a resgatar pontos

relevantes como a garantia da hora-atividade¹⁸ para todos os professores. Conforme as palavras da diretora:

Eu passo muito tempo aqui. Eu chego às 9 horas e vou até às 19 horas, e não paro mais. Eu tenho que sair de casa satisfeita e feliz por estar fazendo esses movimentos de vir para a escola. É isso que eu quero para os meus colegas também (Diretora B).

Seguindo ainda nessa perspectiva, observamos que há, na escola, uma “caixa de correspondência” para as famílias postem mensagens de avaliação da instituição, críticas ou sugestões, por meio de um instrumento padrão que fica disponível para a comunidade no balcão de ingresso ao espaço escolar. Juntamente a essas questões, a diretora coloca sua preocupação com a baixa oferta de vagas para a Educação Infantil na rede, assim como a qualificação dos espaços para ela. Em sua fala, a diretora expõe o quanto as famílias compartilham com a equipe a necessidade de mais vagas e mais atendimento à etapa da Educação Infantil, assim como elogiam os esforços da gestão em tornar esse espaço o mais apropriado possível para a acolhida das crianças.

De uma maneira muito peculiar, a gestão da Escola B busca atuar com elementos distintos das políticas educacionais abordadas para fins desta pesquisa, dialogando com referências de outros municípios e apresentando uma perspectiva de gestão que estabelece uma conexão, ainda que muito sutil, com a liderança do universo corporativo (legado da vivência profissional pregressa da gestora). Dessa forma, os aspectos interpretativos das políticas educacionais, à luz do ciclo de políticas, no universo da Escola B, apresentam-se de forma diferenciada, apontando-nos outras formas de perceber esse processo de gestão, como ilustra a Figura 9.

Figura 9 - Ciclo da Política Educacional, conforme entrevista da Diretora B

¹⁸ Hora-atividade: consiste no período de $\frac{1}{3}$ da carga horária semanal dedicado ao planejamento e estudo por parte dos trabalhadores em educação, previsto em Lei Federal Nº 11.738/2008. No município de Gravataí, a legislação foi implementada de forma ostensiva a contar do ano de 2022.



Fonte: Elaborada pela autora.

Na análise da entrevista, é possível observar, ainda, as seguintes reflexões:

- a) Aos olhos da gestora, o Contexto de Influência determinante para as políticas educacionais vigentes, pauta desta análise, volta-se para a organização de uma identidade pedagógica única de Educação Infantil por ser essa uma necessidade, inclusive, formativa, dos educadores;
- b) Sua fala, porém, não se desconecta da demanda de oferta e procura de vagas para as crianças em escolas públicas de Educação Infantil. Assim, o Contexto de Produção do Texto seria compartilhando essa dualidade que se volta para a necessidade de oferta de vagas para a comunidade escolar, em interface com a qualidade pedagógica dessa oferta;
- c) O Contexto da Prática, na fala da gestora, manifesta-se exatamente na percepção de que há uma dicotomia entre os aspectos da política educacional que se apresentam preocupados com a sanitização do espaço escolar frente a um espaço adaptado para o acolhimento das crianças, e não a oferta de um espaço efetivamente planejado para elas;
- d) A busca pelo fomento de espaços planejados para a Educação Infantil, assim como espaços que ampliem a oferta e estejam articulados com as necessidades pedagógicas das crianças, associados à uma ação formativa qualificada dos educadores atuantes nesses espaços, apresenta-se conforme nossa observação da fala da gestora, com o Contexto de Estratégia Política.

Em consideração aos relatos da Diretora da Escola B, destacamos a importância de observar-se que, em distinção da Escola A, também uma EMEI, temos uma série de dinâmicas pautadas nas limitações do espaço e dos recursos de investimento nos aspectos físicos e pedagógicos da escola. Esse cenário desloca o olhar da política educacional para outro ponto de atuação distinta, ilustrando a diversidade das realidades, mas, também, as diferenças do que é necessário em cada gestão.

5.4.3 Escola C

A Escola C é o início de nossa imersão nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental. Antes da descrição da escola em si, cabe destacarmos que, diferentemente das EMEIs, que atendem todo o percurso da Educação Infantil (ou, minimamente, a maior parte dele), as EMEFs ofertam turmas de Pré-escola I (crianças de 4 anos) e Pré-escola II (crianças de 5 anos). Essas turmas são minoria nas escolas, o que em muito dificultou a seleção das escolas a serem observadas para fins desta pesquisa, uma vez que o quantitativo de matrículas é bastante similar entre as instituições, e esse era o primeiro critério de escolha das escolas. No entanto, a escola que foi objeto de nossa análise destaca-se pelo número expressivo de matrículas na Educação Infantil. Durante a entrevista com a gestora, compreendemos a estruturação desse processo de forma peculiar.

A Escola C apresenta um prédio totalmente planejado e em excelente estado de conservação. A escola encontra-se no atual endereço desde o ano de 2014. A gestora em questão já se encontrava como diretora desde a inauguração, reelegendo-se reiteradas vezes. No ano de 2023, foi reeleita para mais dois anos de mandato, somando, assim, quase 13 anos de gestão. Hoje, a escola conta com aproximadamente 537 alunos, e possui seis turmas de Educação Infantil, totalizando aproximadamente 180 crianças.

A gestora é uma diretora experiente, que começou seu percurso na educação na Educação Infantil, em um município da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive, como proprietária de escola de Educação Infantil. Sua bagagem de trabalho foi responsável pela decisão de posicionar-se, no momento da mudança de espaço físico da escola, pela abertura de turmas de Educação Infantil, sendo que a

mantenedora, naquele momento, solicitava vagas para alunos de sexta e sétima séries, uma vez que compreendia que esse era o movimento mais apropriado para aquele momento de trabalho. A gestora coloca que, em 2006, quando teve início a implementação do Ensino Fundamental com nove anos de duração na rede, observou que as crianças chegavam mais cedo e menores na escola; com isso, ela sentiu “a necessidade de estudar mais a Educação Infantil” (Diretora C).

A diretora coloca que o andamento da Educação Infantil na rede municipal de ensino “deixa a desejar”, explicando que:

A gente teve muitas distorções de orientações na rede. Ora tu podias organizar a sala de uma forma, ora já não podia mais... Até nessa organização física, mesmo. E como eu sabia que a gente precisava organizar a Educação Infantil porque isso seria bom para as outras etapas, eu sempre acompanhei muito de perto. Hoje está bem mais organizado, mas no começo não foi assim... foi muito complicado... (Diretora C).

A Diretora C coloca que, quando a Educação Infantil migrou da assistência para educação, foi um período muito difícil para o trabalho com esse segmento, pois, conforme suas palavras, “não havia sintonia”, e muitas informações eram dicotômicas. Para a diretora em questão, a grande mudança ocorreu na percepção da Secretaria Municipal de Educação, que mudou sua conduta nas orientações, respondendo, de forma mais ajustada, às políticas educacionais. Para a Diretora C, o maior investimento hoje, para efetivos avanços na educação, passa pela Supervisão Escolar. Desse modo, para a ocorrência desse movimento, a Educação Infantil adiantou-se e resgatou a aproximação com esse trabalho, reverberando, assim, nas ações da docência. A diretora coloca sua preocupação, porém, com o grupo de docentes atuantes na Educação Infantil na atual rede, pois observa que a situação que se apresenta é a de “cumprimento de horário”:

Não, elas não dão conta de aplicar a política pública de forma pedagógica na prática de trabalho. Está aquém do que eu gostaria, pelo menos. Elas (as professoras) até planejam, mas não levam à prática. O cuidado até ocorre, mas não o educacional. A vivência da criança, precisa ir além (Diretora C).

A diretora coloca, ainda, que sua compreensão sobre o processo de experiência é um dos fatores preponderantes nesta etapa educativa e, dessa forma, o processo de constituição das ações de docência precisam de veementes e cotidianas intervenções. Ela entende que é nesse ponto que as propostas

pedagógicas precisam ir além, e esse é um dos desafios mais significativos do trabalho pedagógicos da rede municipal de educação de Gravataí para o futuro. Ainda, salienta que acredita na evolução coerente entre discurso e prática no universo da Educação Infantil da rede municipal na qual atua, pois observa a evolução no processo de orientações e conduções voltadas para esse fim.

Pautados no conjunto de reflexões apresentados pela Diretora C, segue a Figura 10, que ilustra a política educacional dentro do ciclo de políticas conforme as ponderações da gestora:

Figura 10 - Ciclo da Política Educacional, conforme entrevista da Diretora C



Fonte: Elaborada pela autora.

Observando a entrevista com a Diretora C, percebemos que as demandas e preocupações da gestão em uma escola de Ensino Fundamental voltam-se, também, para medidas a longo prazo, ou seja, que terão continuidade nas próximas etapas da Educação Básica. Assim, à luz da entrevista com a Diretora C, observamos que o Contexto de Influência preponderante nesse universo de ações propiciado às dinâmicas das políticas educacionais vigentes, em especial da política voltada às condições de oferta da Educação Infantil no município de Gravataí, encontra-se diretamente ligada à alta demanda de procura de vagas, proveniente do expressivo aumento populacional do município.

No que se refere ao Contexto de Produção do Texto, a fala da diretora volta-se para o necessário ponto de articulação entre teoria e prática. Assim, sua fala não se desconecta da demanda de oferta e de procura de vagas para as crianças, mas apresenta-se como uma atenção destinada aos aspectos voltados para a educação Infantil em sua essência pedagógica. Tal atenção precisa dialogar com a equilibrada oferta de vagas que, para ocorrer de forma qualificada, não esteja com a presença de salas de atividade superlotadas. O Contexto da Prática, conforme a fala da gestora, apresenta-se como o espaço dos desafios, ou seja, o espaço onde as dificuldades se fazem mais evidentes, uma vez que é nesse ponto da nossa análise da entrevista que a gestora manifesta-se, exatamente, na percepção que, apesar da necessidade da ênfase pedagógica, essa não acaba ocorrendo na prática.

A ciência dessa informação compromete, segundo nossa percepção, o gestor com o papel de articulador discursivo e prático na constituição do fazer pedagógico e administrativo. Tal constatação deveria ser utilizada para – ainda que em espaço reduzido, no universo escolar, ou mais amplo, como na esfera municipal – alterar essa estrutura. Porém, na fala da gestora, não fica perceptível tal ação. Nesse sentido, a gestora aponta que cabe à mantenedora esse olhar ao fomento das questões pedagógicas no funcionamento escolar. No entanto, relata essas reflexões desconectadas do papel da gestão escolar, uma vez que entende que a última atua sob as orientações da gestão municipal. Juntamente a essa fala, relata que muito se faz em relação aos processos de acolhimento, os quais apresentam uma sistematização diferenciada para sua organização. No entanto, no que tange às políticas educacionais voltadas para a ação pedagógica na Educação Infantil, as lacunas apresentam-se de forma expressiva, o que compromete a prática pedagógica efetiva.

Sobre o contexto de Estratégia Política, apontamos a importância da fala da gestora e sua preocupação com as bases pedagógicas. A diretora reiterou muitas vezes, ao longo da entrevista, sua preocupação com os aspectos pedagógicos, sem deixar de mencionar a importância do papel de quem conduz esse processo no espaço escolar: o supervisor. Para a operacionalização do processo pedagógico junto ao professor, a figura desse profissional é de extrema significância e, junto a isso, esse é o profissional que pode conectar o contexto da prática com o contexto da

estratégia, multiplicando as informações necessárias para novas reflexões que redundem em novas e atualizadas políticas educacionais.

5.4.4 Escola D

A Escola D apresenta espaço amplo e, sendo uma escola considerada de características rurais, possui expressivo vínculo com a comunidade na qual encontra-se inserida. A escola conta com um total de 347 alunos e crianças, distribuídos em turmas que atendem entre a Pré-escola e o nono ano do Ensino Fundamental.

As turmas de Educação Infantil correspondem a, aproximadamente, 40 crianças. No turno da manhã, a escola possui uma turma multi-idade de Educação Infantil, ou seja, nessa turma, estão matriculadas crianças de Pré I (4 anos) e Pré II (5 anos). Já a turma do turno da tarde, atende somente crianças de Pré II. A escola apresenta, na turma multi-idade, duas professoras titulares, pois ultrapassa o número de 20 matrículas. Cada professora fica responsável por uma das turmas em sala: uma professora para o Pré I e outra professora para o Pré II. Tal organização é muito rara na rede, pois não possui a figura do professor auxiliar para essas turmas de Educação Infantil. A diretora explica a organização nesse cenário diferenciado:

Mas são turminhas com mais de 10 crianças? Isso, isso. Mais de 10 crianças. E elas trabalham juntas no mesmo espaço? Trabalham no mesmo espaço. Então, assim, momentos que eles querem, por exemplo, usar lousa, aí elas se combinam. Uma atividade que dá para as duas idades, né? Em momentos que não dá, que são específicos, né? Para o desenvolvimento da criança, aí fica afastado, assim elas trabalham e dá tranquilo (Diretora D).

A Diretora D relata que possui experiência enquanto gestora na Supervisão Escolar durante todo seu percurso profissional, atuando inclusive como Coordenadora de Supervisores Escolares na rede privada. Coloca, ainda, que sua experiência como diretora nasceu há dois anos quando foi convidada a assumir a direção da escola na qual atua e pondera que não estava em seus planos atuar nessa função. Relata que a experiência, encerrada em dezembro de 2023, foi transformadora e que a vivência com o trabalho pedagógico apresentou um papel decisivo no processo de condução da direção. A Diretora D afirma que “Todo o diretor deveria passar primeiro por uma função pedagógica, pois isso faz com que ele consiga ver o que falta e como pode ajudar”.

Em relação à Educação Infantil a e seu desenvolvimento, a diretora coloca que percebe que as escolas estão em momentos diferentes, e relata:

A minha irmã é professora de Educação Infantil na rede. na escola dela eu vejo que funciona e sempre funcionou. A direção e a supervisão sempre estiveram perto, dando suporte. Aqui, na minha escola, é diferente: foi uma construção. Porque aqui eles tinham a sala mas não tinham um diferencial e uma continuidade pedagógica (Diretora D).

Nessa reflexão, aponta, também, que esse compasso distinto, muitas vezes, apresenta-se como um desafio ao gestor, de diferentes formas. Esses desafios do funcionamento oportunizam que a função do gestor em espaços educativos, especialmente na Educação Básica, necessite de uma amplitude expressiva de competências, em especial as que aliam a proposição administrativa com a prática.

Em relação ao trabalho desenvolvido com a Educação Infantil por parte da mantenedora, a Diretora D coloca a necessidade de um acompanhamento mais próximo e linear, dando continuidade ao trabalho desenvolvido com as escolas como uma totalidade, pois, sob seu ponto de vista, “Aqueles que estão bem, vão bem, mas aquelas, como a minha, não tinham um olhar para a Educação Infantil, acabam se perdendo” (Diretora D). A diretora coloca essa fala refletindo também sobre a questão de investimentos financeiros, que dialogam com as necessidades pedagógicas, para fomentar a mobilização do coletivo de escolas em efetivar as premissas das políticas educacionais vigentes. Atualmente, a gestora argumenta que sua maior preocupação volta-se para o atendimento da Portaria Estadual da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul 940/2022, que determina os condicionantes para a ocupação do espaço escolar com turmas de Educação Infantil. Assim, aponta para a importância da leitura da Educação Infantil na ocupação dos espaços da escola que atendem às demais etapas escolares que, inicialmente, não se voltavam para a oferta educacional destinada a esse público. Frente a isso, conforme a fala da gestora, a autorização da oferta da Educação Infantil, nas escolas municipais pelo Conselho Municipal de Educação, torna-se ainda mais sensível, pois, tomando sua escola como exemplo, em seus 36 anos de funcionamento, não houve, até então, a consolidação de um espaço da Educação Infantil. Hoje, a Diretora D apresenta essas demandas como fundamentais para a operacionalização da aplicabilidade das políticas educacionais para a Educação Infantil, especialmente no que tange ao filtro legal que dialoga com a Resolução CMEG 01/2016, norteadora da oferta da Educação Infantil no município

de Gravataí. Após o processo de análise das falas da Diretora D, compreendemos que a Figura 11 ilustra a sua perspectiva, dentro da concepção do Ciclo de Políticas.

Figura 11 - Ciclo da Política Educacional, conforme entrevista da Diretora D



Fonte: Elaborada pela autora.

O desafio de analisar cada percepção das gestoras entrevistadas aproximou-nos da experiência da Educação Infantil em espaços públicos por meio da vivência da rede municipal de Gravataí e, juntamente a isso, forneceu um amplo contexto de novas reflexões sobre a importância da gestão nessa etapa educativa. Cabe enfatizar que, em relação às entrevistas com as gestoras, esse segmento de nossa escrita ateu-se à uma descrição do processo de entrevistas e dos aspectos mais relevantes dessa ação; porém, não apresenta todas as considerações que são retomadas na sequência da análise. Em relação às figuras ilustrativas da reflexão das entrevistas, pautadas na perspectiva do Ciclo de Políticas, elas buscaram ilustrar e sintetizar a experiência das entrevistas e suas contribuições para a pesquisa. Assim, a utilização do recurso da imagem, ainda que de forma objetiva, é uma ferramenta eloquente para instrumentalizar o leitor acerca das informações extraídas dos diálogos com os

gestores. Seguimos nessa ação reflexiva com outros recursos por meio da gestão pedagógica, como será possível observar na etapa que se segue, na análise dos materiais gerados pelos especialistas.

5.4.5 Falas das Gestoras do Sistema

A escuta dos gestores apresentou-se como um potente recurso de reflexão e análise para a presente pesquisa; porém, em certa medida, um recurso unilateral. Dessa forma, observamos a necessidade de uma reflexão à luz de outros referenciais da gestão e, nesse sentido, consideramos relevante resgatar, desde a elaboração do projeto de pesquisa, a figura dos demais gestores atuantes em cada unidade escolar observada. De tal ponderação, emergiu a figura de um formulário digital, cujas questões encontram-se neste texto (Apêndice E), para preenchimento dos denominados especialistas, supervisores escolares e orientadores educacionais – de cada uma das escolas que foram objetos de nossa análise.

Os dados oriundos de tal movimento de pesquisa nos propiciaram compreender a dinâmica da gestão em espaços voltados ao atendimento à Educação Infantil de forma mais aprofundada, no que tange ao funcionamento desses espaços educacionais na rede municipal de educação de Gravataí. Os dados que se seguem ilustram as respostas dos profissionais (4 Supervisores e 4 Orientadores). Todos os oito formulários enviados foram preenchidos e devolvidos. As considerações relatadas exemplificam a caminhada das políticas educacionais para a Educação Infantil na rede pública municipal de Gravataí.

Para fins desta análise, exploramos os dados levantados por meio do formulário, expressando as informações relativas às respostas dos profissionais percentualmente à cada questão, assim como à exemplificação das compreensões e reflexões presentes em respostas dissertativas. Seguem descritas as ponderações dos especialistas:

- a) Em relação aos cargos exercidos pelos especialistas, quatro atuam como supervisores escolares e quatro atuam como orientadores educacionais, na rede pública municipal de Gravataí, com jornada de 40 horas semanais;
- b) No que tange ao tempo de exercício da função na rede pública em questão, dois estão em exercício entre 1 e 5 anos, dois especialistas estão em exercício entre

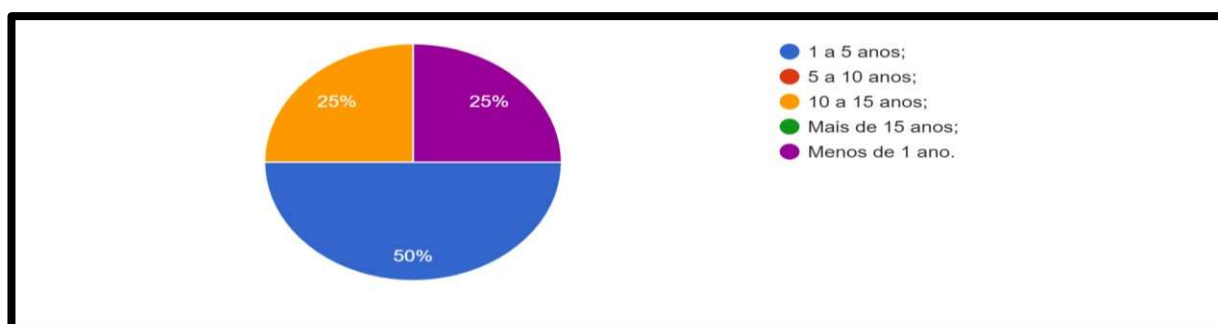
10 e 15 anos; um especialista encontra-se em exercício entre 5 e 10 anos, e, por fim, uma supervisora atua na rede há mais de 15 anos;

c) Entre os especialistas que preencheram o formulário, foram apontadas as seguintes formações iniciais: duas supervisoras e uma orientadora são habilitadas em Licenciatura em Pedagogia; uma supervisora e uma orientadora são habilitadas em Licenciatura em Língua Portuguesa; uma supervisora é habilitada em Licenciatura em Biologia; uma orientadora é habilitada em Pedagogia, com ênfase em Educação Especial; e uma orientadora possui habilitação inicial em História.

d) Em relação à descrição da última habilitação dos Especialistas que compõem o grupo de amostragem, elas são significativamente variadas: uma supervisora apresenta titulação em Psicopedagogia e Interdisciplinaridade, já uma das orientadoras fez especialização em supervisão escolar. Há uma supervisora com MBA em Gestão de Pessoas e uma orientadora com habilitação em Psicopedagogia Institucional e Clínica, assim como uma das supervisoras possui Especialização em Neuropsicopedagogia, e outra em orientação educacional. Entre os membros de nossa amostragem, há, ainda, duas orientadoras com Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

e) Referente ao tempo de atuação em suas escolas atuais, observamos o que nos traz o gráfico abaixo (Gráfico 1):

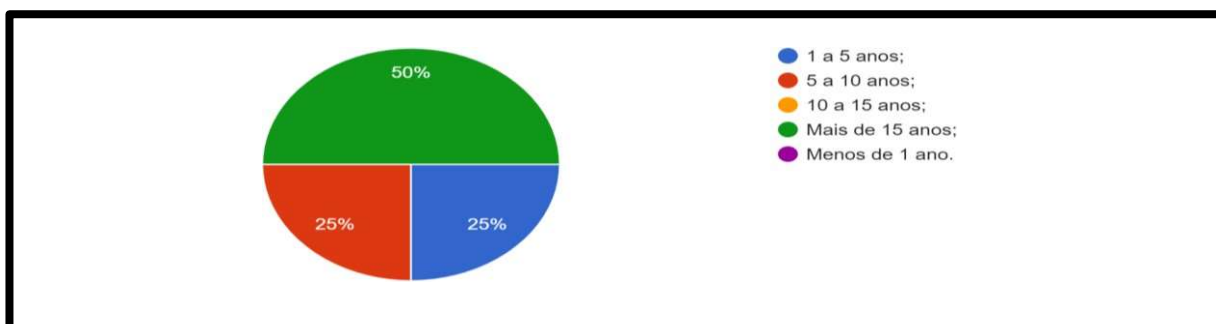
Gráfico 1 - Tempo de atuação na escola



Fonte: Elaborado pela autora.

f) Sobre sua atuação na rede Municipal de Educação de Gravataí, os especialistas apontam um exercício longevo na rede, com um destaque para a expressão da presença de vínculos com uma duração superior há 15 anos em 50% das respostas (Gráfico 2).

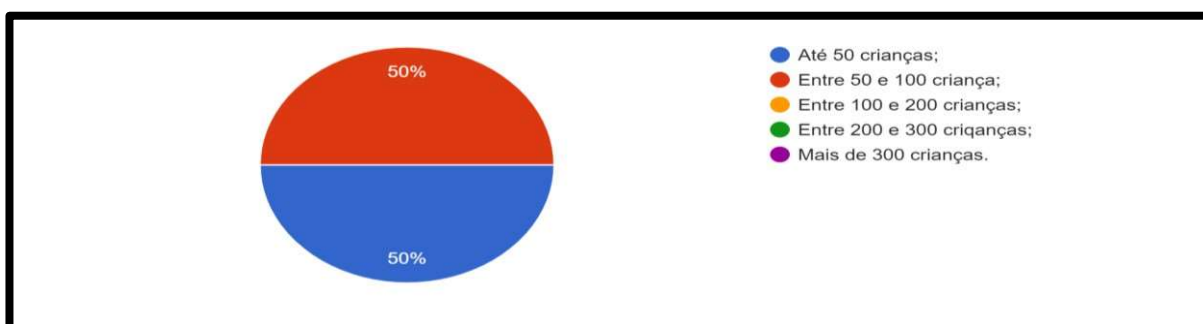
Gráfico 2 - Tempo de atuação na rede Municipal de Educação de Gravataí



Fonte: Elaborado pela autora.

g) Entre os valores quantitativos de crianças atendidas em suas escolas, observamos que, mesmo em escolas maiores em número de matrículas, os números não ultrapassam 100 crianças matriculadas. Isso indica, em paralelo aos dados de habitantes do município já mencionados neste texto, a necessidade de um número mais expressivo de vagas (Gráfico 3).

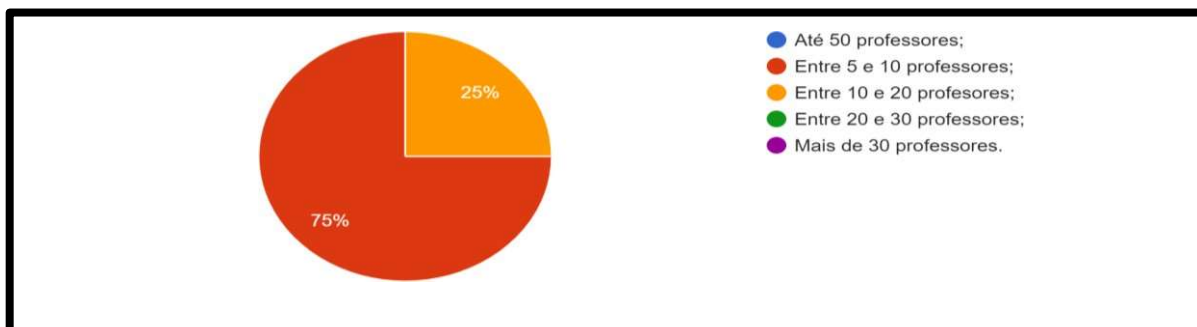
Gráfico 3 - Número de crianças matriculadas na escola



Fonte: Elaborado pela autora.

h) Em relação ao número de profissionais atuantes em suas escolas, é possível vermos os distintos portes das escolas analisadas para fins desta pesquisa (Gráfico 4).

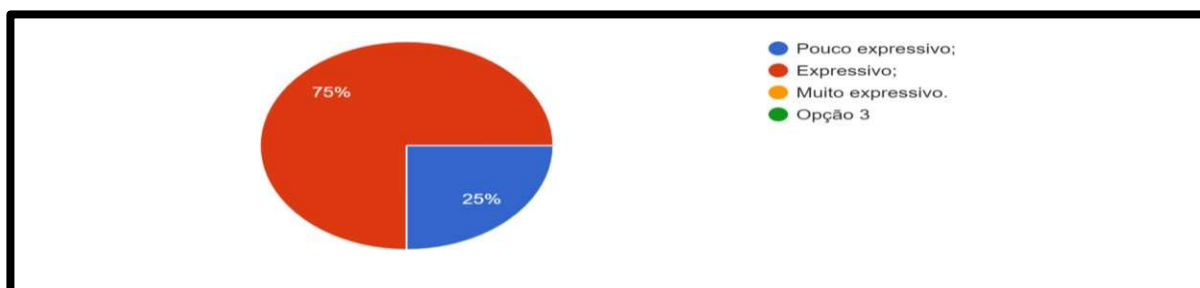
Gráfico 4 - Número de profissionais atuantes na escola



Fonte: Elaborado pela autora.

i) Os especialistas apontam que compreendem, em sua maioria, a importância e a potência das políticas educacionais para a Educação Infantil, conforme colocações do Gráfico 5:

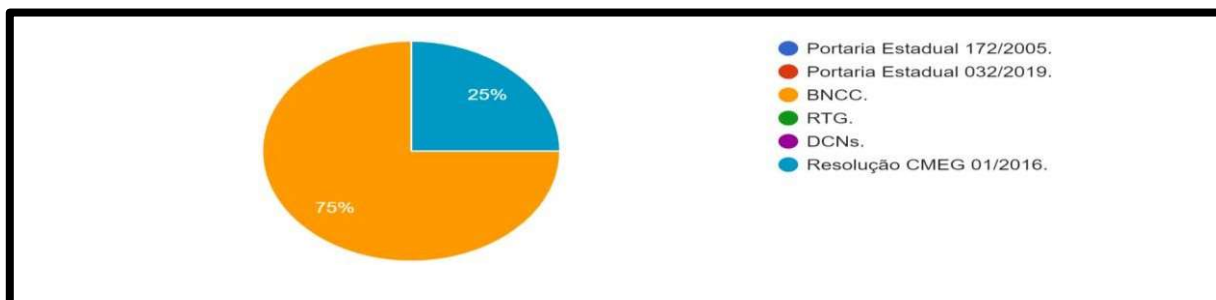
Gráfico 5 - Importância das Políticas Educacionais para a gestão educacional



Fonte: Elaborado pela autora.

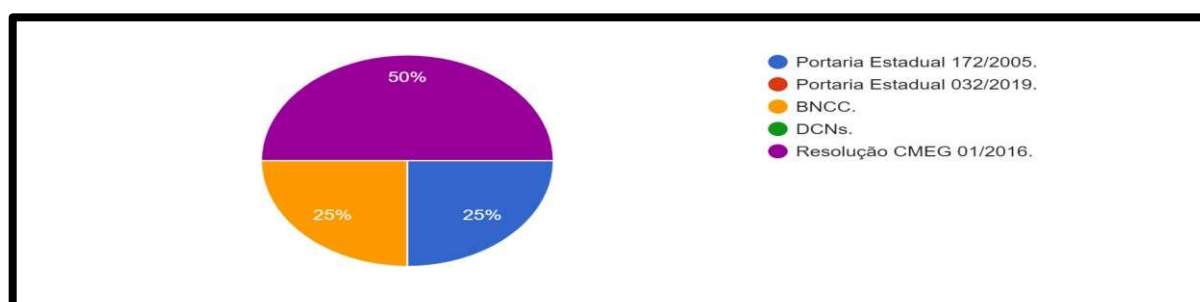
j) Para a maioria dos especialistas, como observado no Gráfico 6, a política educacional que apresentou maior impacto pedagógico em sua condução em nosso período de análise foi a BNCC. Porém, o Gráfico 07 evidencia que, para a condução do funcionamento escolar, a Resolução CMEG 01/2016 apresenta-se como mais potente.

Gráfico 6 - Política Educacional com maior impacto para a Educação Infantil



Fonte: Elaborado pela autora.

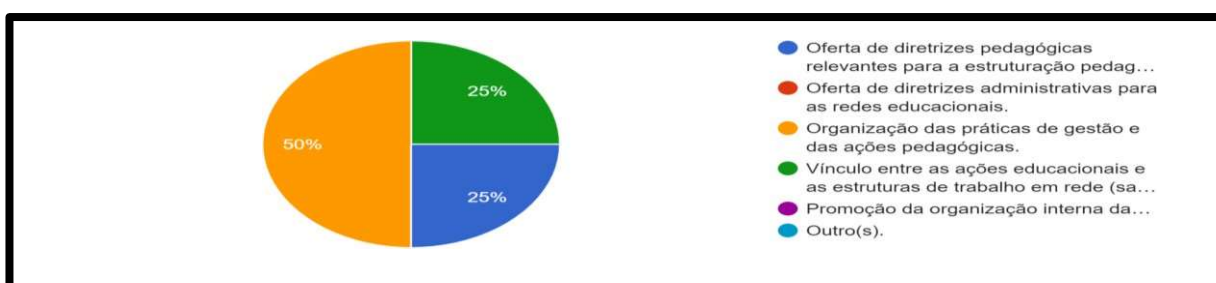
Gráfico 7 - Política Educacional com maior impacto no funcionamento escolar



Fonte: Elaborado pela autora.

k) Os especialistas apontam para a importância das políticas educacionais para a efetivação de práticas educativas comprometidas com o fazer pedagógico e com a garantia de direitos das crianças no contexto social, por meio do que a educação lhes pode ofertar e garantir enquanto direito. O gráfico subsequente ilustra essa reflexão (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Relação entre Políticas Educacionais e as Práticas educativas

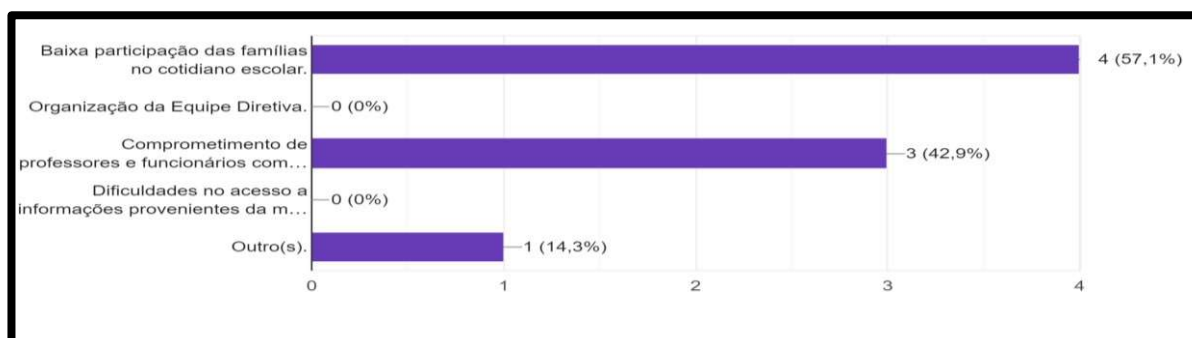


Fonte: Elaborado pela autora.

l) Dentre os desafios de gestão da Educação Infantil, os respondentes apontam a o baixa participação dos responsáveis nas ações do espaço escolar, bem como a ausência de práticas de ações de parceria e colaboração entre a escola e os distintos

segmentos da comunidade escolar. Esta situação apresenta-se ilustrada no gráfico de número 9.

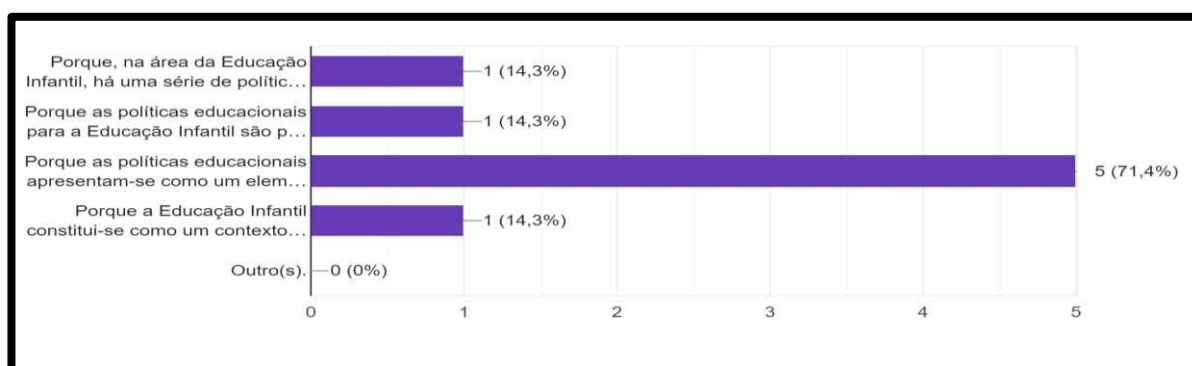
Gráfico 9 – Sobre os desafios da gestão em uma escola pública com oferta a Educação Infantil.



Fonte: Elaborado pela autora.

m) Em relação à uma pesquisa dedicada às políticas educacionais voltadas para a Educação Infantil, os participantes apontam que compreendem a investigação como um fator relevante para o entendimento das práticas de gestão voltadas para a Educação Infantil. No gráfico 10, no qual a maioria dos participantes, aponta para a relevância da ampla divulgação das políticas educacionais para os educadores para seu envolvimento no processo educativo, tal fato fica evidenciado.

Gráfico 10 - Relevância de uma pesquisa sobre políticas educacionais para Educação Infantil para a rede municipal de educação de Gravataí.



Fonte: Elaborado pela autora.

A coleta dos dados referentes aos formulários preenchidos pelos especialistas atuantes nas escolas pesquisadas apresentou-se como ferramenta importante para a

compreensão de como a prática de gestão ampara-se nas políticas educacionais para a construção do funcionamento escolar. Os gráficos ilustram, também, que o percurso trilhado ainda se encontra em construção, para a transição da Educação Infantil da perspectiva assistencialista para a perspectiva educacional. Ainda, nesse sentido, cabe destacar que as políticas educacionais para a Educação Infantil já exigem a referida transição, mas a operacionalização, por sua vez, exige ações efetivas da gestão do espaço escolar, de formação e acompanhamento na condução do processo.

6 ANÁLISES, REFLEXÕES E AÇÕES: O QUE SABEMOS, O QUE PRECISAMOS SABER E COMO PODEMOS AGIR

O caminho percorrido ao longo da pesquisa exigiu-nos dedicar atenção aos elementos que circundam os conceitos de gestão, políticas educacionais e educação. Essa tríade de elementos articula-se e é ilustrativa das questões que refletem o trabalho com a Educação Básica em distintos níveis, especialmente em nosso nicho de análise: a Educação Infantil.

Segundo Ball (2020, p.120), “[...] Ideias de políticas não se movem no vácuo, elas são criações sociais e políticas que são contadas e recontadas em microespaços de políticas”. Partindo de tal compreensão, vislumbramos que a edificação de uma política educacional perpassa por uma percepção acerca da estrutura que evoca a construção de uma determinada política pública e, para fins desta análise, uma política educacional. Assim, seguindo as palavras de Ball (2020, p. 120):

Elas são ‘formadas e impulsionadas na hora de contar histórias durante as reuniões’. Nesses microespaços, Powerpoints são apresentados, documentos circulam, vídeos são mostrados, experiências são recontadas, ‘pesquisas’ são relatadas, e sucessos de políticas comemorados em processos de produção de conhecimento [...]. Esses microespaços de políticas são configurações sociais preeminentes e eventos de falas e de trocas onde a confiança é construída [...].

Dessa forma, cabe a percepção de que a construção e a consolidação de uma política se dão por meio da circularidade constante que envolve o binômio reflexão e ação, mas, também, é amparada por um exercício de convencimento do conjunto de contribuições que emergem das necessidades e dos desafios que geram a referida política. Quando deslocamos nossos olhares para essa perspectiva, também passamos a desenvolver uma leitura das políticas educacionais que pontua a dinamicidade da essência da educação, essência que é dinâmica e mutável ao longo dos tempos, mas que possui um centro determinante de comprometimento com as necessidades do universo que circunda o espaço escolar. A Educação Infantil apresenta-se como a porta de entrada neste cenário. Segundo Alfano (2016), ao retomar as reflexões de Bauman, expressa a importância do entendimento da continuidade no processo educacional, para além da escolarização, sendo um compromisso e uma escolha social os aspectos que atuarão como referenciais filtrantes desse contexto de condução:

[...] e uma coisa certa é que, num cenário líquido, rápido e de mudanças imprevisíveis, a educação deve ser pensada durante a vida inteira. O resto vai depender de nossas escolhas dentro do que é possível para essa obrigação. E deixa eu enfatizar que esse “nós” que faz as escolhas não é limitado aos profissionais de educação. Para citar Will Stanton (professor australiano), que nos mantém alerta de que há muitos que pretendem ensinar nossos filhos apenas a obedecer: “Devemos aceitar autoridade como verdade em vez da verdade como autoridade” (Alfano, 2016, p. 1).

Dessa reflexão, emerge, igualmente, nossa inquietação frente à coleta de dados ocorrida durante a ação de pesquisa que ampara o presente texto. Ao darmos início ao processo de pesquisa, observamos que a ação investigativa lidaria com “verdades” distintas para cada entrevistado e para cada formulário preenchido. Essas alternâncias geraram a necessidade de uma sistematização dialógica das percepções dos gestores acerca da Educação Infantil, na teoria e na prática. Compreendemos que esse processo está vinculado ao exercício da gestão, na medida que cada gestor, em sua atribuição, ilustrou as características da função que exerce e de suas perspectivas sobre a prática da gestão educacional. Nas palavras de Paro (2016, p.15),

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Ou seja, o universo interno da escola também precisa compreender como as redes de gestão encontram-se estruturadas e podem amparar-se mutuamente, por meio de um processo de respeitabilidade pelo fazer gestor em seus diferentes âmbitos e nas distintas funções que exercem em seu vínculo com a ação educacional.

Embasados nessa reflexão, fizemos a proposição de um processo ilustrativo para as entrevistas das diretoras, objetivando apresentar como suas falas estariam articuladas em uma análise pautada no Ciclo de Políticas. Primeiramente, cabe destacar que fizemos uma escolha para essa ilustração, objetivando fazer uma referência ao que seria o universo de cada escola. Assim, nessa representação figurativa, exclusivamente, às falas das diretoras foram objeto de nossa análise. Cremos que, no estudo dessas falas, foi possível ilustrar como essas quatro escolas estruturaram-se para a oferta de matrículas para Educação Infantil.

Em sequência a essas ponderações, apontamos que não houve emissão de juízo de valor nas análises do portfólio de informações trazidas pela efetivação da

pesquisa e, sim, um olhar analítico entre as intersecções e dicotomias presentes nas falas coletadas. Essas colocações são o esteio das percepções que se seguem.

6.1 O QUE NOS TRAZEM AS DIRETORAS ESCOLARES?

As falas das diretoras são diversas sobre as políticas educacionais, assim como diversas são as realidades de cada uma das escolas analisadas. Por certo, essas falas apontam para a diversidade que o território de Gravataí abarca; assim, cabe destacarmos algumas reflexões importantes sobre as compreensões das diretoras em relação às suas escolas, bem como dos desdobramentos das ações gestoras nas escolas nas quais atuam.

Frente aos aspectos supracitados, encontramos alguns elementos preponderantes nas falas das diretoras entrevistadas que necessitam de atenção. Elencamos, como primeiro aspecto, a fala presente em todos os relatos de que as políticas educacionais, em especial a Resolução CMEG 01/2016, um dos fios condutores mais expressivos para a nossa análise, apresentam pouca conexão de cunho pedagógico; porém, com forte referência organizacional às estruturas da oferta ao atendimento da Educação Infantil nos espaços escolares. A fala das diretoras não nega, contudo, a importância da preocupação, na contemporaneidade, com a busca de uma reestruturação em âmbito educacional, o que não significa que esse é um processo massivo ou homogêneo, e, sim, que é uma construção deste tempo em que vivemos. Ball e Maguire (2011, p.178), em certa medida, ilustram esta discussão: “[...] O padrão e a forma de reestruturação variam de estado para estado, de cidade para cidade, de escola para escola, mas existe um discurso razoavelmente geral de reforma articulado em quase todos os esforços de mudança escolar”.

Seguindo por tais caminhos, torna-se importante refletir sobre as questões de conhecimento e propriedade das políticas educacionais por parte das diretoras. As falas relatam que muitas das políticas educacionais não são de seus conhecimentos. Essa lacuna corrobora para que as políticas educacionais findem por ser uma pauta distanciada do funcionamento escolar, gerando um constante recomeço. A compreensão de que as políticas educacionais se encontram articuladas com as demais ações transformadoras da educação apresenta-se como uma referência expressiva na transformação do fazer educação. Conforme Akkari (2011, p.108),

A elaboração das políticas educacionais deve focalizar sobre a melhoria das práticas de ensino para além da comparação entre os professores. À medida que a qualidade da Educação melhora, os líderes políticos deveriam se implicar em não designar a alguns alunos professores mais eficazes, deixando os outros às margens do sistema educacional.

Outro ponto das falas das diretoras que consideramos pertinente refere-se à dicotomia entre oferta e procura e a demanda reprimida de vagas, que se configura uma problemática potente dentro do universo da educação pública, no que tange à Educação Infantil. Para as diretoras entrevistadas, essa dinâmica, que é permanente, dificulta a evolução das políticas educacionais em outros sentidos, uma vez que tal demanda absorve em demasia as atenções do poder público em dicotomia com os recursos necessários para essa oferta qualificada, inclusive em um comprometimento com os próprios trabalhadores em educação. Nas palavras de Paro (2014, p. 33),

[...] toda política educacional deve ser orientada para oferecer as condições tanto materiais (salário compatível, carreira, assistência profissional, etc.) quanto didáticas (organização e funcionamento da unidade escolar) que não só permitam mas também induzam os professores a realizar uma educação de boa qualidade.

Por fim, cabe atenção aos aspectos que envolvem uma evolução das políticas educacionais com uma compreensão do *para quem* é a Educação Infantil. As diretoras enfatizam que as concepções das políticas educacionais contemporâneas para a educação Infantil estão alicerçadas no binômio *cuidar e educar*. Porém, em sua aplicabilidade, não ocorrem com a efetiva ênfase e paridade na compreensão das necessidades das crianças para além do que se encontra no texto formal das escritas das políticas educacionais. Cabe, dessa forma, que as reflexões acerca da Educação Infantil considerem, de forma efetiva, as ações necessárias para que a correlação entre os princípios de acolhimento, o atendimento e a oferta às crianças estejam ajustadas de forma consolidada, o que é enfatizado no texto da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018, p. 36):

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem

pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Em atenção às presentes considerações, observamos que as ações que, hoje, apresentam-se como eloquentes no que tange às políticas educacionais para a Educação Infantil, conectam-se por meio de uma perspectiva de atendimento aos preceitos da educação vinculada ao cuidado. Percebemos passos promissores; porém, apresenta-se como notório que há um percurso significativo a percorrer. Avanços, desafios e relatos da experiência retratados pelos gestores de Gravataí ilustram as dimensões do que ainda há por ser feito.

6.2 DAS APRENDIZAGENS DO CAMINHO: CONEXÕES APONTADAS PELA PESQUISA

O que se objetiva ao falar em gestão educacional na educação pública? Essa questão atravessou todo nosso processo de pesquisa e foi determinante no percurso de trabalho trilhado até aqui. Entendemos que essa não é uma pergunta simples de ser respondida, mas também compreendemos que o que essa pergunta carrega consigo é o compromisso de uma condução dinamizada para todas as peculiaridades implícitas no educar. De tal forma, compreender o que se faz presente na funcionalidade e na importância da educação é elemento determinante para a construção de uma gestão educacional eficiente e produtiva. Conforme Saviani (2018, p. 13) “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. E, na perspectiva da gestão educacional, voltada à Educação Infantil, a compreensão desse alicerce, que se constitui na primeira etapa da Educação Básica, dialoga de forma contumaz com esse papel formativo e seus desdobramentos no funcionamento educativo, no presente e no futuro.

Partindo dessa reflexão, o olhar apurado para a problemática que regeu todo esse processo de pesquisa, *compreender como as políticas educacionais configuraram a Educação Infantil embasada na análise da experiência do Município de Gravataí, RS*, fez-nos refletir em muitas direções, as quais desdobraram-se em muitos sentidos e ponderações. Esse processo ampliou-se, de forma expressiva, na medida em que o andamento da pesquisa começava a efetivar-se. Assim, foi possível,

nesse percurso investigativo, compreendermos que a gestão educacional voltada à Educação Infantil consiste em um expressivo entrelaçar de vivências e saberes, pautada de forma veemente na “apropriação”, se assim pudermos dizer, do espaço educacional por aqueles que o compõem. Para Libâneo (2012), a participação constitui um importante vértice desse processo gestor, seja por parte da comunidade escolar no âmbito da escola, seja por parte da própria escola, no que tange aos contextos legislativo, político e social que a cerca:

Participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais), na gestão da escola há dois sentidos de participação articulados entre si. Há participação como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo-se como prática formativa, como elementos pedagógicos, metodológicos e curriculares. Há a participação como processo organizacional em que os profissionais e usuários da escola compartilham, institucionalmente, certos processos de tomadas de decisão (Libâneo, 2012, p. 139).

A ponderação do autor desloca-nos aos elementos abordados pelos participantes da pesquisa. Nas distintas esferas, seja nas falas dos gestores escolares, seja dos gestores pedagógicos, a ênfase reflexiva dialogava firmemente com o interesse na escrita de uma estrutura de colaboração entre os envolvidos nesse processo. Tendo em vista tais questões, as políticas educacionais para a Educação Infantil, objeto de nossa análise, apresentam-se como um importante recurso para a compreensão de como a gestão está constituindo seus fazeres no universo que a cerca. Cabe destacar que, aqui, falamos de um processo de ação gestora em níveis distintos, mas que deveriam encontrar-se articulados entre si. Pensar nesse sentido desafia nossa análise a retomar pontos que consideramos importantes para a constituição de uma análise consistente dos elementos presentes nas contribuições de cada participante, de cada fala, cada apontamento, cada segmento de análise.

Para fins de uma retomada analítica, optamos por sistematizar os pressupostos balizadores dessa análise de forma que possamos resgatar a caminhada constitutiva de nossa análise, por meio das reflexões que se seguem, de modo a ilustrar o nosso percurso até o presente diálogo com o objetivo central desta pesquisa: *analisar as contribuições das políticas educacionais para a Educação infantil na qualificação da oferta dessa etapa educativa, em consonância com as práticas de gestão no contexto da educação pública, por meio das resoluções municipais (2006 e 2016) que amparam a ação no município de Gravataí no intervalo de tempo entre os anos de 2017 e 2022.*

a) **A Gestão Educacional X A Gestão Educacional para a Educação Infantil**

Para os participantes da presente pesquisa, as discursividades que perpassam a gestão educacional não podem ser adotadas de forma generalizada quando falamos de Educação Infantil. Os gestores escolares entrevistados foram enfáticos em trazer em suas falas que, mesmo em um compartilhamento de espaços no ambiente escolar, as necessidades das turmas de Educação Infantil são distintas das necessidades das demais etapas coexistentes no ambiente escolar. Pensando por essa perspectiva, pode-se perceber que não é possível fazer-se o trabalho da Educação Infantil dissociado da relação entre o *cuidar* e o *educar*. Esse binômio dá o tom de quais os elementos trazidos nas políticas educacionais voltados a essa etapa educativa servem de referência para o trabalho de gestão a ser desenvolvido nesses espaços escolares. Assim, torna-se possível perceber que este é em um universo em edificação, na perspectiva conceitual, pois analisa as duas facetas supracitadas, ou seja, ainda há muito por pesquisar-se e refletir-se sobre a gestão educacional voltada para a Educação Infantil. Conforme Campos e Fernandes (2015, p. 152):

A primeira constatação que pode ser feita ao se examinar a literatura sobre a gestão em Educação Infantil é que as publicações são: relativamente escassas, quando comparadas à literatura sobre o mesmo tema; focalizada nas etapas posteriores da educação; baseadas, na maioria das vezes, em estudos de caso, reflexões sobre experiências localizadas com pouca abrangência; mantendo uma interlocução limitada com as discussões mais gerais que vêm acompanhando a introdução das reformas educacionais, ocorridas nas duas últimas décadas, que impactam de perto a gestão dos sistemas e unidades de ensino.

Tal observação é relevante, uma vez que ilustra a ainda presente, dificuldade na percepção do trabalho desenvolvido com e para a Educação Infantil como um efetivo trabalho educacional; porém, com uma indissociabilidade do cuidado, o que não o coloca em esfera de menor relevância ou valor.

b) **Os espaços e tempos da Educação Infantil e seu lugar na gestão educacional**

Para um exercício analítico sobre as políticas educacionais e suas abrangências na Educação Infantil, também é necessário compreender que as projeções organizacionais do funcionamento das infâncias, nesses espaços, precisam ser levadas em conta. As falas dos participantes da pesquisa trazem o desafio dos

gestores em duas frentes distintas: a primeira refere-se às organizações internas dos espaços escolares, que necessitam de condições específicas, com normativas e estruturas voltadas ao acolhimento e atendimento das crianças em espaços escolares já ativos. Já a segunda demanda refere-se aos espaços que necessitam ser constituídos para essa acolhida, ou seja, o desafio que é incumbência da gestão pública: criação e edificação de novos espaços qualificados para a oferta e atendimento das crianças, público da Educação Infantil. Conforme Fernandes, Gimenez e Campos (2013, p. 62):

[...]a passagem das creches, anteriormente vinculadas às áreas da assistência social, saúde e trabalho, para o setor educacional, trouxe novos desafios à gestão municipal da educação e ampliou o mercado de trabalho dos professores para a população de crianças menores de quatro anos. Ao mesmo tempo, dispôs as instituições de educação infantil em uma nova forma, muitas vezes sem muita consideração para as consequências dessas mudanças junto às crianças e suas famílias.

Assim, a educação passa a deter um problema outrora da assistência: o gerenciamento das vagas para as crianças em escolas de Educação Infantil. Essa relativamente recente atribuição problematiza outros aspectos do processo de atuação do gestor municipal para a condução dos movimentos de acesso às escolas pensando nas crianças, e não somente nas necessidades das famílias, de uma local no qual as crianças estejam protegidas durante as atividades laborais de seus responsáveis. As políticas educacionais para a Educação Infantil ainda convivem de forma veemente com a busca de um equilíbrio entre oferta e demanda.

c) O paradoxo entre a necessidade urgente de educadores e a qualificação profissional

Ainda que esta não seja uma das questões centrais deste estudo, e não tenha se apresentado como um aspecto aprofundado, cabe mencionar as referências que os gestores fazem às dificuldades apresentadas pela falta de uma quantidade de profissionais qualificados para o exercício da docência para a Educação Infantil. Essa questão manifesta-se como relevante para todos os níveis da gestão participantes da pesquisa, ou seja, evidencia-se como uma importante lacuna na busca da operacionalização das políticas públicas para a Educação Infantil. No município de Gravataí, o ingresso de profissionais habilitados para a docência na Educação Infantil

tem ocorrido amplamente. Porém, ainda assim, com fragilidades bastante expressivas conforme relataram os gestores participantes da pesquisa. Elementos vinculados ao que culturalmente entende-se por perfil para a docência na Educação Infantil, perpassa, porém, esse conjunto de ações que formam o docente (seja ele atuante na Educação Infantil ou não) de forma social, cultural e histórica. Nas palavras de Santos, Franco e Varandas (2019, p. 120):

Cada professor tem o seu saber-fazer e são esses diferentes modos de saber-fazer na Educação Infantil que matizam as culturas da docência, que entrelaçam singularidades e semelhanças no trato com o conhecimento, com as crianças e com as didáticas vividas no cotidiano. A cultura da docência na Educação Infantil ainda é fortemente influenciada por concepções oriundas dos referenciais de Ensino Fundamental que se tem no Brasil e por um projeto de educação financiado por setores da sociedade que compreendem a escola como o lugar de formação de mão de obra, sem a reflexão, a criticidade e a autonomia, elementos fundantes do ato educativo e de uma educação democrática.

Dessa forma, surge, como um recurso demasiadamente importante, o trabalho com a docência para a Educação Infantil, a formação continuada e o igualmente sistemático acompanhamento, por parte da gestão escolar e por parte da gestão municipal. Isso ocorre para um alinhamento de perspectivas e conduções de trabalho com a Educação Infantil, assim como para a efetivação das políticas educacionais voltadas a esse segmento.

Ainda refletindo sobre os aspectos centrais desse processo, não podemos perder de vista que a presente pesquisa encontra-se comprometida em discutir as questões que sustentam as políticas educacionais no universo da gestão pública em interface com a Educação Infantil. Assim, cremos que não é possível dissociar esse processo das figuras que compõem a gestão nos espaços pedagógicos dedicados às crianças. Dessa forma, entendemos que os pontos analisados correspondem aos aspectos necessários às reflexões do papel de gestor atuante na e para a Educação Infantil. O desafio ao gestor consiste em construir os conectores de atuação entre os elementos que compõem esse processo e, por conseguinte, buscar garantir a operacionalização das Políticas Educacionais norteadoras das práticas educativas em seu *locus* de trabalho.

6.3 CONECTANDO OS DADOS E A AÇÃO: A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O caminho percorrido até aqui é representativo de como as perguntas emergem a cada resposta ou dado coletado. Nosso transitar nesse percurso apresenta sua importância no sentido de dialogar com as informações obtidas na coleta de dados, assim como estabelecer uma relação de efetiva apropriação prática das políticas educacionais para a Educação Infantil no cenário da educação pública. A vivência de análise dos dados coletados no município de Gravataí apresenta-se como um importante subsídio para traçar um conjunto de ações que estejam comprometidas com o *ser e fazer* gestão *na e para* a educação.

Amparada por tais elementos, que nossa análise pauta os recursos apontados por Dourado (2007, p. 922):

Assim, a análise da gestão educacional pode se realizar por meio de vários recortes e planos. Uma perspectiva importante implica não reduzir a análise das políticas e da gestão educacional à mera descrição dos seus processos de concepção e/ou de execução, importando, sobremaneira, apreendê-las no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade.

Compreender a multiplicidade de facetas presentes nas discussões sobre as políticas educacionais na contemporaneidade é um desafio imperioso para as discussões sobre gestão educacional. Vemos, nas palavras de Dourado, que a transcrição de uma determinada política educacional, e suas possíveis operacionalizações, não apresentam a consistência necessária para a discussão no plano da gestão educacional, pois limita em demasia seu alcance e os elementos que ecoam de sua aplicabilidade na prática. Nossa preocupação no andamento desse processo de pesquisa sempre encontrou-se pautada em um olhar sobre o que foi propiciado pelos dados coletados, de forma articulada com os aspectos presentes, na possibilidade de uma instrumentalização e um acesso efetivo para a construção do cenário efetivo, vislumbrando o universo de atuação do gestor educacional.

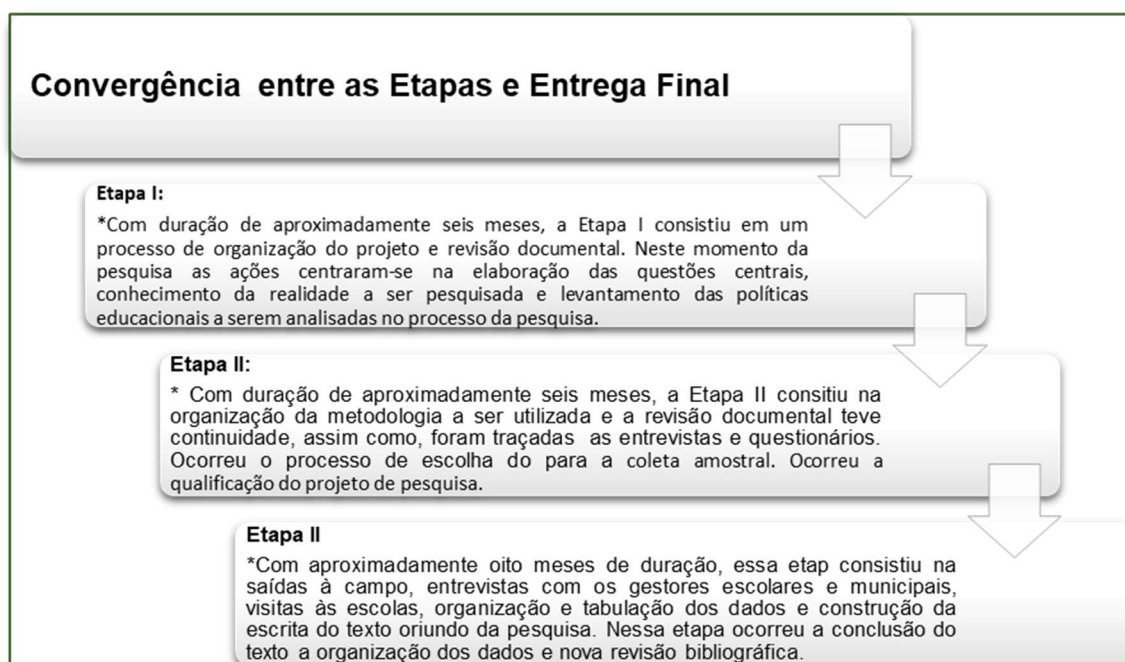
Com base nesse ponto inicial, apresentamos uma proposta de intervenção articulada entre ações distintas e complementares que possam colaborar na atuação da gestão do espaço público da Educação Infantil, seja na dimensão de rede, seja no âmbito do espaço escolar em si. Para Dourado (2007, p. 924),

[...] a gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados. Ou seja, a escola, entendida como instituição social, tem

sua lógica organizativa e suas finalidades demarcadas pelos fins político-pedagógicos que extrapolam o horizonte custo-benefício stricto sensu. Isto tem impacto direto no que se entende por planejamento e desenvolvimento da educação e da escola e, nessa perspectiva, implica aprofundamento sobre a natureza das instituições educativas e suas finalidades, bem como as prioridades institucionais, os processos de participação e decisão, em âmbito nacional, nos sistemas de ensino e nas escolas.

Com objetivo da efetivação dessa perspectiva, apontamos como possibilidade uma ação de intervenção que consiste em dois recursos: o primeiro aponta para a organização de um Caderno de Gestão, composto pelos textos das políticas educacionais que atuam como principal escopo de trabalho na rede municipal de Gravataí, assim como subsidiar, em uma estrutura condensada, as informações referentes às políticas educacionais voltadas para a Educação Infantil. A segunda ação atua de forma articulada com o Caderno de Gestão, consistindo em uma jornada formativa na qual as políticas educacionais, presentes no referido caderno, também servem de base para a construção e consolidação de trocas entre os gestores e a elaboração de estratégias exitosas para a operacionalização das políticas educacionais destinadas à Educação Infantil, seja nas EMEIs, seja nas EMEFs.

Figura 12 - Convergência entre as Etapas e Entrega Final



Fonte: Elaborada pela autora.

Por fim, cabe destacar que, na presente proposta de intervenção, o trabalho colaborativo apresenta-se como centro de diálogo, reflexão e ação, pois a aplicabilidade da política educacional somente consolida-se quando ocorre a movimentação dos sujeitos sociais e suas intervenções na efetivação prática do texto. Recorremos às palavras de Ball (2020, p. 29), para uma percepção sensível de como as políticas educacionais são dinâmicas e amparadas em seus tempos e nos fluxos sociais:

Redes políticas são um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxo e de movimentos. Eles constituem comunidades políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções [...].

Entendemos que, dessa forma, costurada por um processo dialógico que efetiva as políticas públicas e as políticas educacionais, apresenta-se uma possibilidade de trabalho de gestão de forma orgânica, dinâmica e coerente com as reflexões de seu tempo, espaço e sujeitos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um menino, há um moleque
Morando sempre no meu coração
Toda vez que o adulto balança ele vem pra me dar a mão [...]
(Milton Nascimento, Bola de Meia, Bola de Gude).

Quando ocorreu a qualificação do projeto de pesquisa que desencadeou o presente estudo, a música de Milton Nascimento ecoou de forma enfática, como o contexto ideal para esta proposta de análise. Isso ocorreu em virtude da preocupação central deste percurso investigativo, que se compromete com a importância da qualificação do que é ofertado às crianças, ao público da Educação Infantil. Foi o olhar sobre essas crianças, que deveriam ser, em sua totalidade, atendidas pela da Educação Infantil, o gerador de toda a reflexão voltada à gestão pública, que sustenta esta pesquisa.

Com a atenção voltada às práticas sociais que circundam esse contexto, surgiram nossas primeiras reflexões sobre as infâncias contemporâneas, assim como as práticas que se encontram ativas nos espaços que as acolhem. A gestão dedicada à Educação Infantil não se configura como uma tarefa de simples execução e, dessa forma, a construção de balizadores consistentes para a organização desse processo envolve uma série expressiva de reflexões e fazeres, tão plurais quanto são as infâncias contemporâneas. Assim, as problematizações abordadas neste estudo refletem apenas uma parcialidade dessas múltiplas facetas presentes nesse funcionamento educativo.

Em relação às práticas sociais que circundam o universo da Educação Infantil, é possível observarmos que a infância é um território que está sempre em uma dinâmica reconstrução. Esses aspectos se fazem presentes de muitas formas no processo de escolarização infantil e na constituição do educar na infância, tornando necessária a reflexão voltada para o que se espera da infância, o que se propõe à infância e que sociedade emerge desse semear. Perceber-se que essas conexões atuam de forma efetiva nos projetos para a estruturação de uma determinada sociedade, em um determinado tempo e espaço. Nesse sentido o aporte da metodologia do ciclo de políticas permitiu-nos visualizar a constituição de como a necessidade social se evidencia e é interpretada e reinterpretada no cenário analisado, o município de Gravataí.

O corrente processo de pesquisa encontra-se atrelado ao questionamento de como instrumentalizar o trabalho do gestor educacional em um trabalho voltado à infância. Encontramos, nessa caminhada, desafios importantes que apresentavam questões ora convergentes, ora dicotômicas; porém, pautadas, em sua maioria, em uma busca recorrente em garantir que os espaços da infância também sejam espaços pedagógicos. As falas do coletivo de gestores que compuseram o conjunto amostral da pesquisa, reiteradas vezes, traziam marcas do desconhecimento das políticas educacionais que deveriam nortear seus trabalhos, indicando a lacuna entre as pautas das políticas e a prática cotidiana das escolas. O fazer do contexto de produção do texto, presente no ciclo de políticas, encontra-se deslocado do contexto da prática, do funcionamento escolar. Nesse contexto, compreender a estruturação de como a política educacional emerge e quem a redige, compreende um passo expressivo para a compreensão da complexidade da estruturação de uma política pública e de tudo que reverbera de sua existência. Conforme Mainardes (2006, p. 49), “[...] há uma variedade de intenções e disputas que influenciam o processo político”. Junto a esse processo, também há uma gama infindável de traços específicos para a criação, a necessidade e a redação de uma política pública. Dessa forma, não seria impróprio fazermos referência a uma pluralidade de interpretações e operacionalizações das políticas.

Em contrapartida, frente a tantas complexidades, é possível dialogar com Mainardes e Marcondes (2009, p. 305), que defendem a seguinte perspectiva:

O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo; é uma alternância entre modalidades. A modalidade primária é a textual, pois as políticas são escritas, enquanto que a prática é ação, inclui o fazer coisas. Assim, a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer. E o que isto envolve é um processo de atuação, a efetivação da política na prática e através da prática. E este é um processo de interpretação e criatividade e as políticas são assim. É quase como uma peça teatral.

Nesse espetáculo, a ação do gestor, enquanto responsável pela condução de um espaço educativo para a Educação Infantil, não se encontra por um viés massificado, pois compreende um universo restrito de observação: sua escola e sua comunidade escolar. Dessa forma, as contribuições dos participantes da pesquisa ofereceram, por distintos caminhos, elementos que permitiram que nossa

compreensão dessa operacionalização da política educacional fosse apresentada de forma plural, em sua multiplicidade; porém, singular em sua consolidação e efetivação. Esse coletivo diferenciado busca ainda paridade e reconhecimento para a condução dessa etapa educacional e volta-se para a busca dessa visibilidade.

A gestão *na e para* a Educação Infantil apresenta-se repleta de especificidades. Dentro do município analisado existe uma preocupação com um olhar para o que é o cuidado e o que é educação dentro deste processo. Nas falas dos gestores, o que percebemos como mais importante é a necessidade da associação entre as políticas educacionais e as suas execuções através do poder público. Como estamos falando de instituições públicas de Educação Infantil ou instituições públicas que possuem turmas de Educação Infantil, precisamos também refletir sobre como este processo de oferta e acolhimento das crianças apresenta-se de forma dialógica, envolvendo distintas instâncias iniciadas na geração de demanda para a elaboração das políticas públicas, mas atrelada ao compromisso público com sua execução. Para as gestoras analisadas e entrevistadas, todas essas reflexões aparecem de forma muito veemente na organização dos tempos, das rotinas e das ações voltadas para a Educação Infantil.

Ainda refletindo sobre os impactos das vivências oriundas das políticas educacionais e seu diálogo com o funcionamento da gestão, possibilitou-nos um exercício de compreensão acerca das necessidades de estudo e aprofundamento das análises das políticas educacionais vigentes, especialmente as que dialogam com o fazer educativo e pedagógico em relação à gestão, apontando para a importância desses elementos práticos para uma revisão ou uma consolidação da política em questão. Ao olharmos para esse conjunto, entendemos que a proposta de intervenção apresentada no presente estudo encontra-se em consonância com as necessidades manifestas pelos gestores, uma vez que atua em três tempos voltados para a ação gestora: estuda (observa o que está posto – passado), reflete (questiona o que se apresenta – presente) e planeja (prevê ações – futuro).

Por crermos na importância desse processo, enfatizamos os aspectos que dele emergem e apontam para um compromisso refinado e sensível da construção da gestão, voltada à qualificação do *vivenciar-se* Educação Infantil, em espaços dedicados à acolhida dessa etapa que se apresenta como a base da estrutura educacional. O compromisso do gestor encontra-se em garantir que a vivência da infância, de forma segura e saudável, com uma experiência consistente

pedagogicamente, oportunize um futuro no qual essas crianças possam contar. Afinal, é preciso vivenciar a infância de forma segura e saudável, com uma experiência consistente pedagogicamente, a qual oportunize que, no futuro, essas crianças possam contar que toda vez que o adulto balançar, o menino ali esteja, para dar-lhes a mão.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALFANO, Bruno. 'A educação deve ser pensada durante a vida inteira', diz Zygmunt Bauman. Criador do conceito de 'modernidade líquida', filósofo vai palestrar no encontro Educação 360. **O Globo**, São Paulo, 23 ago. 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/a-educacao-deve-ser-pensada-durante-vida-inteira-diz-zygmunt-bauman-17275423#ixzz4VsbqH7hK>. Acesso em: 11 fev. 2024.

BALL, Stephen. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/fileId/anexo/ball.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Tempo e Cotidiano – tempos para viver a infância. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v. 31, n. 61, p. 213-222, nov. 2013. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/185>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; GOBBATO, Carolina. Tópicos para (re)pensar os rumos para a Educação Infantil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. 44, p. 1422-1448, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/81274>. Acesso em: 11 jan. 2024

BARRETO, Sonia Silva. **A Reforma Educacional e seus efeitos sobre o Trabalho dos Professores da Educação: a gestão no centro da contradição**. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BORTOT, Camila Maria. **Atores e autores de políticas para a Educação Infantil de zero a três anos no Brasil: transformação do Estado e das suas relações com a sociedade civil (2000-2015)**. 2018. 255 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6312822. Acesso em: 12 mar. 2024. 11 1

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 de jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 08 fev. 2024

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. São Paulo: Loyola, 2007.

CARDOSO, Laecio Neves. **A universalização do atendimento da criança de 04 e 05 anos na Educação Infantil no Município de Cáceres-MT**. 2018. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2018. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/Dissertacoes/Defendidas_2018/La%C3%A9cio_Neves_Cardoso.pdf. Acesso em: 08 de fev. 2024.

COELHO, Livia Andrade. **Contextos de uma política pública: (des)caminhos dos governos para inserção de tecnologias digitais nas escolas públicas**. 2014. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17692/1/livia_tese_22.04_versao_final_colegiado.pdf. Acesso em: 06 fev. 2024.

COLOMBO, Sônia Simões; RODRIGUES, Gabriel Mario. **Desafios da gestão universitária**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. **Em Aberto**, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, v. 18, n. 73, p.11-28, 2001. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3033>. Acesso em: 09 de fev. 2024.

DOS SANTOS, Marlene Oliveira; FRANCO, Nanci Helena Rebouças; VARANDAS, Daniela Nascimento. Docência na educação infantil: entrelaçamentos entre a formação inicial e a prática pedagógica. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, Salvador, v. 8, n. 2, p. 111-133, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/27620> Acesso em: 12 jan. 2023.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09 jan.2024.

EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes de; SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FERREIRA, Alessandra Amaral; SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de. O brincar das crianças na escola em tempo integral: tensões entre as fronteiras territoriais e as culturas infantis. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 56, p. 1-19, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n56.11234>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FERREIRA, Márcia dos Santos; MAINARDES, Jefferson; TELLO, César. Análise de Políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, a. 23, n. 79, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FOREST, Nilza Aparecida; WEISS, Silvio Luiz Indruziak. Educar e cuidar: perspectivas para a prática pedagógica na educação infantil. **Revista Leonardo Pós**, v. 1, n. 3, ago./dez. 2003. Disponível em: www.icpg.com.br/hp/revista/index.php?rp_auto=3. Acesso em: 27 jan. 2023.

FERNANDES, Fabiana Silva; CAMPOS, Maria Malta. Gestão da Educação Infantil: Um Balanço de Literatura. **Educação Em Revista**, v. 31, n.1, p. 139-167, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698111747>. Acesso em: 02 mar. 2024.

FERNANDES, Fabiana; GIMENES, Nelson; CAMPOS, Maria. Gestão educacional e educação infantil: formas de organização dos municípios para a implementação da política de educação infantil no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Periódico científico editado pela ANPAE, v. 29, n. 1, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/42821>. Acesso em: 6 mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

GATTI, Bernadete A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 65-81, jul. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a04n113.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAVATAÍ. Prefeitura Municipal. Conselho Municipal de Educação de Gravataí. **Resolução 01/2006**. Gravataí: Conselho Municipal de Educação, 2006.

GRAVATAÍ. Prefeitura Municipal. Conselho Municipal de Educação de Gravataí. **Resolução 01/2016**. Gravataí: Conselho Municipal de Educação, 2016.

GRAVATAÍ. Secretaria Municipal de Educação de Gravataí. **Caderno Orientador da Educação Infantil**. Gravataí: Secretaria Municipal de Educação de Gravataí, 2018.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Gravataí, RS: panorama: população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gravatai/panorama>. Acesso em: 18 fev. 2024.

KLOSINSKI, Daniele Vanessa. **Concepções de Infância(s) no Brasil, Chile e Bolívia: Um olhar através das políticas curriculares para as crianças de 0 a 6 anos**. 2022. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPF-1_d025d770dda33834469f52225988b837. Acesso em: 20 mar. 2023.

KREMER, Claines; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; GOBBATO, Carolina. “Vão ter que aprender muito sobre a gente”: elementos das crianças para uma discussão sobre aprendizagens na pré-escola. **Revista Estudos Aplicados em Educação**, v. 5, p. 53-69, 2020. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/6321. Acesso em: 12 abr. 2023.

LARROSA, Jorge. Dar a palavra. Notas para uma lógica da transmissão. *In*: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143572>. Acesso em: 10 out. 2023.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2012.

LIMA, Licínio C. **Aprender para ganhar, conhecer para competir**. Sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”. São Paulo: Cortez, 2012.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

LOPES, Jader Janer Moreira; FERNANDES, Maria Lídia Bueno. A criança e a cidade: contribuições da geografia da infância. **Educação**, v. 42, n. 2, p. 202-211, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.30546>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MARCONDES, Maria Inês; MAINARDES, Jefferson. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KCJrrfcWgxsnhp8ZVN4R4Jt/?format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da Escola**. Uma questão pública. São Paulo: Autêntica, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Milton. Bola de Meia, Bola de Gude. In: LETRAS. Belho Horizonte, c2024. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/milton-nascimento/102443/>. Acesso em: 09 de jan. 2024

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: Introdução Crítica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2014.

PARO Vitor Henrique. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312889065_A_historia_da_educacao_infantil_no_Brasil_avancos_retrocessos_e_desafios_dessa_modalidade_educacional. Acesso em: 24 mar. 2024.

PEREIRA, Fabio Hoffman. Campos de experiência e Educação Infantil: um olhar crítico. **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 22, n. 41, p. 73-89, jan./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/19804512.2020v22n41p73/45>. Acesso em: 12 abr. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. **Portaria nº 172**. Estabelece o regulamento técnico para licenciamento de Estabelecimentos de Educação Infantil. Porto Alegre, RS: Secretaria Estadual de Saúde, 2005.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Teodora Romilda. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em: 11 jan.2024.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e possibilidades. **Revista de Educação PUC – Campinas**, Campinas, v. 24, p. 07-16, 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/108>. Acesso em: 06 out. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. A política Educacional no Brasil. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da educação no Brasil**. Volume III: Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75-89, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10450>. Acesso em: 20 mar. 2023

TOFIK, D. S. A gestão acadêmica nas instituições de ensino superior. *In*: COLOMBO, Sonia S. (Org.). **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013.

VARANDAS, Daniela Nascimento. **Políticas Curriculares de Educação Infantil: Um Estudo Crítico Sobre a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Salvador**. 2022. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31894/1/Vers%C3%A3o%20postada%20no%20SIGA.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

YIN, Robert K. **Pesquisa Estudo de Caso: Desenho e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, XXXXX, (Diretora da EMEI; Diretora da EMEF; Coordenadora do Setor de Educação Infantil – SMED/ Gravataí; Secretária Municipal de Educação SMED/ Gravataí...) declaro ciência de que DARIENI COSTA FARIA, Mestranda em Gestão Educacional pela UNISINOS, efetuará a pesquisa intitulada **DA LEGISLAÇÃO À EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA: OS PERCURSOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ (RS)**, no período entre maio de 2023 e dezembro de 2024, pautada nos seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Compreender o percurso histórico, político e educacional da configuração da Educação Infantil no município de Gravataí, no período de 2017 a 2023 entendendo como tais elementos influenciam a identidade pedagógica e organizacional da primeira etapa da Educação Básica nest/*locus* de pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a forma pela qual a Educação Infantil estruturou suas bases de atuação em consonância com os referenciais legais existentes no período compreendido entre 2017 e 2022, a partir da observação da experiência do município de Gravataí, Rio Grande do Sul;
- analisar os fundamentos formais e informais que embasam a Educação Infantil enquanto etapa inicial da Educação Básica e seus desdobramentos no que tange à condução de práticas educativas no município;
- relacionar os aspectos identitários da Educação Infantil na contemporaneidade, dialogando com os conceitos constituintes da etapa educacional em questão, à luz das políticas educacionais que subsidiaram esse caminho teórico e prático até a atualidade, vinculados à análise da vivência do município de Gravataí;
- contrastar as políticas educacionais vigentes, voltadas à Educação Infantil, com a práxis de sua execução no âmbito dos espaços de gestão pública e de gestão escolar no município de Gravataí;
- elaborar um documento orientador para a Educação Infantil do município de Gravataí, tendo por base as análises realizadas e as perspectivas de continuidade que terão sido percebidas por meio da pesquisa.

A metodologia a ser utilizada insere-se no perfil de pesquisa qualitativa, a partir da perspectiva de estudo de caso, em articulação com a análise documental, com os registros das políticas educacionais para a Educação Infantil; com as entrevistas semiestruturadas com Diretoras da EMEIs, Diretoras da EMEFs, Coordenadora do Setor de Educação Infantil da SMED/ Gravataí; Secretária Municipal de Educação SMED/Gravataí; e com questionários voltados a Supervisores e Orientadores escolares atuantes na Rede.

A contribuição dos participantes será voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento, e a pesquisadora compromete-se com a garantia do total sigilo e confidencialidade das informações concedidas. Os procedimentos utilizados obedecerão aos critérios de ética na pesquisa com seres humanos, conforme Resolução n. 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, e nenhum procedimento realizado oferece risco à dignidade dos participantes.

Estando esta instituição em condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.

Porto Alegre, XXX de XXXXXX de 2023.

Assinatura do Participante (Mencionar Nome e Função)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este termo consiste em um convite para sua participação, de forma voluntária, na pesquisa “Da Legislação à Efetivação de uma Política: Os Percursos da Educação Infantil no Município de Gravataí (Rs)”, sob a responsabilidade da mestrandia do programa de Mestrado Profissional em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, orientada pela Professora. Dra. Ana Cristina Ghisleni.

O objetivo da pesquisa é analisar a operacionalização das políticas educacionais para a Educação Infantil a partir da perspectiva da gestão pública, tomando como exemplo a experiência do município de Gravataí e, dessa forma, contribuindo para avanços em relação aos processos escolares que envolvem essa etapa da Educação Básica. Para tanto, a metodologia da pesquisa consiste em entrevistas semiestruturadas, ou questionários, e análise documental referente às políticas públicas. Destaco a ausência de riscos decorrentes de sua participação neste processo de pesquisa e, assim, o fornecimento de informações não implicará ônus ou responsabilização por sua contribuição.

Solicito, ainda, sua autorização para a gravação das entrevistas e realização de anotações por escrito durante a execução. Destaco sua total liberdade de recusa em participar da presente pesquisa, mas comprometo-me a preservar totalmente sua identidade como participante e guardar sigilo sobre suas considerações e contribuições para a pesquisa. Sua desistência em participar da pesquisa poderá ocorrer em qualquer tempo, sem prejuízo algum. Dúvidas e mais esclarecimentos poderão ser buscados por meio de contato comigo, pelo telefone (51) 993296309 ou pelo e-mail professoradarieni@gmail.com, ou, ainda, com a orientadora responsável ACGHISLENI@unisinobr.

Em caso de concordância em participar da pesquisa, sua valiosa contribuição ocorrerá por meio das respostas às questões que seguem.

Atenciosamente,

Ana Cristina Ghisleni
Orientadora Responsável

Darieni Costa Faria
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE C – MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (Diretoras)

- Formação inicial;
- Última titulação;
- Tempo de atuação na Educação;
- Tempo de atuação na gestão escolar;
- Possui formação específica para atuar na Educação Infantil?
- Atua na Rede Municipal de Gravataí há quanto tempo?

Tópicos Articuladores

1. Do ano de 2017 até o momento atual, quais as mudanças mais expressivas que você observou no contexto da Educação Infantil?
2. Para você, que políticas educacionais mais impactaram a Educação Infantil nesse período, no exercício da gestão?
3. Que avanços proporcionados pelas políticas educacionais vigentes para a Educação Infantil você considera significativos?
4. Que continuidades e discontinuidades pedagógicas e de gestão observadas no exercício das políticas educacionais vigentes para a Educação Infantil você considera significativas?
5. Qual a situação do município de Gravataí na implementação das políticas educacionais voltadas à Educação Infantil do ano de 2017 até os dias atuais?
6. “O que se aponta para o futuro da Educação Infantil na Rede Municipal de Gravataí?” – Como as políticas educacionais podem contribuir para a consolidação de um trabalho de gestão voltado a essa etapa da Educação Básica?

**APÊNDICE D – MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
(COORDENAÇÃO DO SETOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL/SMED GRAVATAÍ)**

- Formação inicial;
- Última titulação;
- Tempo de atuação na Educação;
- Tempo de atuação na gestão;
- Tempo de atuação na Coordenação do setor de Educação Infantil;
- Possui formação específica para atuar na Educação Infantil?
- Atua na Rede Municipal de Gravataí há quanto tempo?

Tópicos Articuladores

1. Percepção sobre o percurso da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Gravataí;
2. Compreensão das conexões de gestão com as políticas educacionais vigentes; Observações sobre o cumprimento das Resoluções Municipais 01/2006 e 01/2016;
3. Avanços proporcionados pelas políticas educacionais vigentes para a Educação Infantil você considera significativos;
4. Continuidades e discontinuidades pedagógicas e de gestão observadas no exercício das políticas educacionais vigentes para a Educação Infantil você considera significativas?

**APÊNDICE E - MODELO DE QUESTIONÁRIO (FORMULÁRIO)
(SUPERVISORES ESCOLARES E ORIENTADORES EDUCACIONAIS)**

1. Cargo/Função:

2. Tempo de atuação no cargo atual:
 1 a 5 anos;
 5 a 10 anos;
 10 a 15 anos;
 mais de 15 anos;
 menos de 1 ano.

3. Formação inicial:

4. Última titulação:

5. Tempo de atuação em sua atual escola:
 1 a 5 anos;
 5 a 10 anos;
 10 a 15 anos;
 mais de 15 anos;
 menos de 1 ano.

6. Atua na Rede Municipal de Educação de Gravataí por um período de:
 1 a 5 anos;
 5 a 10 anos;
 10 a 15 anos;
 mais de 15 anos;
 menos de 1 ano.

7. Qual o número aproximado de crianças da Educação Infantil atendidas em sua escola?
 Até 50 crianças.

- Entre 50 e 100 crianças.
- Entre 100 e 200 crianças.
- Entre 200 e 300 crianças.
- Mais de 300 crianças.

8. Qual o número de docentes que atendem à Educação Infantil em sua escola de atuação?

- Até 5 professores.
- Entre 5 e 10 professores.
- Entre 10 e 20 professores.
- Entre 20 e 30 professores.
- Mais de 30 professores.

9. Nesse período, o que observou sobre o impacto das políticas educacionais para a gestão escolar na Educação Infantil?

- Pouco expressivo.
- Expressivo.
- Muito expressivo.

10. Quais as políticas educacionais que você considera que tiveram impacto mais expressivo na oferta da Educação Infantil, em sua escola?

- Portaria Estadual 172/2005.
- Portaria Estadual 032/2019.
- BNCC.
- RTG.
- DCNs.

11. Quais as políticas educacionais voltadas à Educação Infantil que você considera que foram efetivas no município de Gravataí?

- Portaria Estadual 172/2005.
- Portaria Estadual 032/2019.
- BNCC.
- DCNs.

12. Quais os desafios da gestão em uma escola pública com oferta a Educação Infantil na contemporaneidade, segundo sua percepção? (Caixa de Seleção)

- Baixa participação das famílias no funcionamento escolar.
- Organização da Equipe Diretiva.
- Comprometimento de professores e funcionários com suas atribuições.
- Dificuldades no acesso a informações provenientes da mantenedora.
- Outro(s). Qual(is)?

13. Como as políticas educacionais colaboram para o exercício da gestão escolar? (Caixa de Seleção)

- Oferta de diretrizes pedagógicas relevantes para a estruturação pedagógica.
- Oferta de diretrizes administrativas para as redes educacionais.
- Organização das práticas de gestão e das ações pedagógicas.
- Vínculo entre as ações educacionais e as estruturas de trabalho em rede (saúde, assistência social...).
- Promoção da organização interna da escola e de seus recursos de gestão.
- Outro(s). Qual(is)?

14. Por que seria relevante uma pesquisa sobre políticas educacionais para Educação Infantil em sua rede de atuação? (Caixa de Seleção)

- Porque, na área da Educação Infantil, há uma série de políticas educacionais que são pouco exploradas.
- Porque as políticas educacionais para a Educação Infantil são poucas e desconhecidas.
- Porque as políticas educacionais apresentam-se como um elemento que deve ser amplamente divulgado e estudado para qualquer etapa educacional.
- Porque a Educação Infantil constitui-se como um contexto desconhecido pela maioria dos educadores.
- Outro(s). Qual(is)?

APÊNDICE F – PRIMEIRO LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE

TÍTULO:	PLATAFORMA DE BUSCA	OBJETIVO DO TEXTO:	ASPECTOS RELEVANTES:	APONTAMENTOS (O QUE É PASSÍVEL DE UTILIZAÇÃO NO PERCURSO DA PESQUISA):
<p>ATORES E AUTORES DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DE ZERO A TRÊS ANOS NO BRASIL: TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO E DAS SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE CIVIL (2000-2015)</p>	<p>CAPES</p>	<p>**Objetivou analisar as mudanças nas configurações da construção de políticas sociais, de corte educacional para a faixa etária de zero a três anos, no Brasil, entre 2000 e 2015”.</p>	<p>**“Como são construídas as funções das políticas sociais, de corte educacional para a etapa de zero a três anos, no Brasil de 2000 a 2015? A perspectiva de análise teve como fundamento a teoria dialética materialista da história, pela sua interpretação crítica”.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Século XXI · Segunda fase do neoliberalismo em uma perspectiva de Terceira Via de um Estado Catalisador; <p>*Abordagem qualitativa com investigação bibliográfica e documental;</p> <p>*A partir das categorias mediação, contradição e totalidade, análise da construção das políticas educacionais de zero a três anos no Brasil, por meio dos processos de participação, consenso e hegemonia.</p>	<p>*Apresentação dos sujeitos de políticas;</p> <p>*Autores e atores são tratados como sujeitos de políticas;</p> <p>*Sujeitos atuam em redes de participação e consenso, que, mesmo de forma intencional, contribuem para reforçar a hegemonia capitalista.</p>
<p>A UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DA CRIANÇA DE 04 E 05 ANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT</p>	<p>CAPES</p>	<p>**Analisar os determinantes econômicos, sociais, legais e culturais no processo de universalização do atendimento da criança de 04 e 05 anos na Educação Infantil no município de Cáceres-MT, dada a essa obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos</p>	<p>*Como os determinantes econômicos, sociais, legais e culturais influenciam o processo de universalização do atendimento da criança de 04 e 05 anos na Educação Infantil no município de Cáceres-MT?</p> <p>**Abordagem quanti-qualitativa e na perspectiva crítico-dialética, realizada com vinte e uma instituição de ensino que ofertam Educação Infantil no município de Cáceres-MT”.</p>	<p>**“Caminho histórico em busca da compreensão do momento em que a Educação Infantil passa a ter uma identidade própria e quando a criança passa a ser considerada sujeito de direitos, que possui necessidades próprias”. Realizamos uma discussão referente as políticas educacionais a partir da década de 80, as influências neoliberais ocorridas nessas políticas, e os caminhos da obrigatoriedade com foco na universalização do atendimento a criança de 04 e 05 anos”.</p> <p>*1) “Os procedimentos metodológicos da pesquisa para a levantamento de dados foram organizados e realizados em</p>

		decorrentes da EC-59/2009”.		duas etapas: a primeira etapa consistiu na análise de documentos oficiais. 2) A segunda etapa consistiu na aplicação de questionários para os sujeitos da pesquisa, sendo estes, 325 pais/mães e/ou responsáveis, 19 professores/as e 6 gestores/as”.
CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA(S) NO BRASIL, CHILE E BOLÍVIA: UM OLHAR ATRAVÉS DAS POLÍTICAS CURRICULARES PARA AS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS	CAPES	<p>**Evidenciar as concepções de infâncias que norteiam e orientam os documentos político-curriculares da educação de crianças de 0 a 6 anos no Brasil, no Chile e na Bolívia”.</p>	<p>“A investigação utilizou o método da pesquisa comparada, buscando articular as semelhanças e as diferenças entre os elementos que estão delimitados no processo de comparação. A metodologia da pesquisa comparada, neste trabalho, integra-se à pesquisa documental, na medida em que são utilizados os documentos curriculares dos três países estudados para a produção de dados. Buscou-se agregar o método da pesquisa qualitativa para compor a base desta tese, especialmente no que concerne aos conceitos e concepções sobre as infâncias, bem como suas nuances entre currículo e experiência. Essa escolha auxiliou o aprofundamento do seu entendimento e compreensão e, nessa mesma perspectiva, a discorrer sobre as políticas educacionais e a realidade das infâncias em tais países da América Latina. A pesquisa bibliográfica foi fundamental sobretudo para elencar as três dimensões estabelecidas para a comparação e para apontar semelhanças e diferenças nas concepções de infâncias presentes entre os três países estudados”.</p>	<p>**Ao investigar as concepções de infâncias a partir dos documentos políticos e curriculares do Brasil, Chile e Bolívia, partiu-se do entendimento de que o currículo para as infâncias é concebido, nestes documentos, como um conjunto de práticas que busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o seu desenvolvimento integral”.</p> <p>**Na comparação entre os documentos curriculares, ao buscar-se por semelhanças e diferenças, o que encontrou-se foi que eles trazem a especificidade e as singularidades das infâncias de cada país”.</p>
POLÍTICAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALVADOR	CAPES	<p>[...]analisar como profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de Salvador/BA traduzem e atuam com as políticas curriculares de Educação</p>	<p>**Considerando a abordagem qualitativa da pesquisa, fez-se a análise documental de leis, diretrizes e orientações, nacionais e locais, a aplicação de um questionário com os Gestores da educação da Secretaria Municipal de Educação de Salvador – SMED e a realização</p>	<p>“Para o desenvolvimento da pesquisa, delineou-se o seguinte problema: como profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de Salvador interpretam e atuam com as políticas curriculares de Educação Infantil após a homologação da BNCCEI? Recorreu-se à abordagem teórico-metodológica do Ciclo de Políticas de Stephen Ball</p>

		Infantil, buscando evidenciar se há repercussões da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil - BNCCEI no currículo de uma escola pública de Educação Infantil.”	do Ciclo Dialógico utilizado com as professoras e gestores da Escola Municipal João Lino.” **As falas evidenciaram uma percepção crítica em torno da BNCCEI, e, conseqüentemente, a proposição da BNCCEI entrou em choque com o contexto local. Conclui-se que é fundamental que os educadores sigam as DCNEI, documento potente para Educação Infantil, conheçam as proposições da BNCCEI para decidirem o que fazer com essa política curricular, pois eles não devem apenas seguir as recomendações, sem estudá-las amplamente, compreendê-las, e, principalmente, refletirem, para então se posicionar criticamente sobre o que propõe a Base Comum Curricular Nacional para a Educação Infantil”.	(1994; 2006; 2011; 2016) e Bove; Ball; Gold (1992) para a análise da política pública curricular para Educação Infantil, que apresenta diferentes contextos”.
AS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: EDUCAÇÃO INFANTIL E É FUNDAMENTAL	SCIELO	**Este artigo discute a educação infantil no contexto das políticas educacionais no Brasil”.	**Inicialmente, situa a educação infantil no cenário político nacional e apresenta desafios deste campo. Focaliza, em seguida, a formação de profissionais de educação infantil, um dos maiores desafios das políticas educacionais, e trata da importância das mudanças curriculares do curso de pedagogia”.	**[...] Analisa educação infantil e ensino fundamental (agora com nove anos) como instâncias indissociáveis do processo de democratização da educação brasileira e destaca a relevância desta articulação no que se refere às crianças e ao trabalho pedagógico nas creches, pré-escolas e escolas”.
APRESENTAÇÃO – MOVIMENTOS AVALIATIVOS NA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL	SCIELO	**[...] Discutir movimentos avaliativos na Educação Infantil: os provocados quando se pensa a avaliação no interior das instituições, em acompanhamentos de propostas que acontecem no cotidiano e de processos vividos por crianças e adultos; os que ocorrem a partir de olhares externos às instituições, geralmente aliados às políticas educacionais e, ainda, os que		*O texto traz alguns consensos da área da Educação Infantil que foram incorporados à legislação e aos documentos produzidos no âmbito do Ministério da Educação (MEC), nas últimas décadas, e aponta as discontinuidades da política atual, especialmente, a partir da Política Nacional de Alfabetização e de seus possíveis desdobramentos para a avaliação na e da Educação Infantil. Ainda, apresenta cada um dos oito artigos que compõem o dossiê e seus movimentos avaliativos.

		articulam olhar interno e externo. Inicialmente aborda o caráter axiológico e ideológico das escolhas avaliativas e a importância de se pensar a finalidade educativa para responder às indagações: avaliar para quê?”		
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A INFÂNCIA: ENTRE RELAÇÕES DE FORÇA E PERFORMANCES	SCIELO	**[...] Põe em relevo as funções políticas das associações comunitárias, buscando identificar como tais instituições têm se portado e influenciado na oferta da educação infantil e no delineamento de políticas públicas municipais para esse setor em Feira de Santana, Bahia”.	*O estudo tomou como fontes documentos produzidos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do município de Feira de Santana/BA e matérias que circularam no jornal Folha do Estado, na década de 2000.	*Para além do espaço local, o trabalho analisa os projetos sociais em disputa e as relações entre a sociedade política e a sociedade civil.
POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS	SCIELO	**Este artigo foi construído a partir de reflexões teórico-práticas realizadas no Núcleo de Estudos da Infância: Pesquisa & Extensão (NEI:P&E), que se insere na Linha de Pesquisa Infância, Juventude e Educação do ProPEd/UERJ”.	*Por tradição, nossos estudos abarcam questões de desenvolvimento humano de crianças, de suas famílias e de seus educadores/professores”.	*O campo de pesquisa envolve três municípios: Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Niterói. Em todos eles, o foco do estudo recai sobre as políticas públicas de Educação Infantil entre os anos 2009 e 2013 e as tensões implicadas entre o texto das políticas e as práticas cotidianas, além de suas implicações histórico-culturais, que orientam e distinguem os enfoques em cada município.
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E DESENCONTROS NA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA	SCIELO	**[...] Apresenta-se uma análise do processo de ampliação do ensino fundamental e seus reflexos sobre a educação infantil com base em resultados de pesquisa realizada entre 2008 e 2010, cujo objetivo foi estudar esse processo em	**[...] Pesquisa, de abordagem qualitativa, desenvolveu-se em duas escolas de ensino fundamental e em uma escola de educação infantil”. **Análise de dados advindos do acompanhamento de um estágio curricular na disciplina de Educação Infantil que compõe um	*Os resultados revelam, de um modo geral, como nossas atuais políticas públicas têm priorizado os investimentos no ensino fundamental, sem aumentar, de modo significativo, seu montante, ao mesmo tempo em que, na implantação de novas medidas, desconsideram a realidade da escola e não a preparam para as mudanças. **[...] Discutimos, de modo mais específico, como a

		um sistema municipal de ensino do interior do Estado de São Paulo”.	curso de Pedagogia em universidade pública paulista”.	ampliação do ensino fundamental no município, da forma como vem se realizando, tem se refletido negativamente sobre a organização pedagógica da educação infantil”.
A REFORMA EDUCACIONAL E SEUS EFEITOS SOBRE O TRABALHO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO: A GESTÃO NO CENTRO DA CONTRADIÇÃO	CAPES	*Investigar os novos padrões e a organização do trabalho, introduzidos pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe no Governo de João Alves Filho (2003 a 2006), e seus efeitos sobre o trabalho dos profissionais da educação (professores e pedagogos que exercem a função técnico-pedagógica).	*O problema central da investigação é identificar o modo como a gestão se insere no contexto da relação entre capital e trabalho, seu conteúdo político-filosófico, bem como as contradições que se manifestaram no curso de sua implementação.	*É um estudo de caso que procura estabelecer articulações que permitam explicar os nexos entre as políticas de gestão e o movimento global do capital em sua relação de contradição com o trabalho.
CONTEXTOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: (DES)CAMINHOS DOS GOVERNOS PARA INSERÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS	CAPES	*****	*Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Para construção das informações no campo, o estudo realizou-se por meio de entrevistas, observações e pesquisa documental. *Entre os resultados, destacam-se ações que têm se constituído como política de governo e não de Estado e ausência de relações com políticas em áreas afins. Além disso, apesar de estados e municípios terem firmado termo de cooperação técnica para implementação do Projeto, as insuficiências desses entes, no que tange a recursos financeiros, possivelmente compromete a efetivação do que foi pactuado.	**"Dessa situação, brotaram nossas questões de pesquisa: quais as possibilidades de articulação entre as instâncias de governo, responsáveis por essa política, e destas com as empresas, universidades e escolas envolvidas nesse processo? As responsabilidades previstas, definidas no Projeto para cada ente federado, para implementação das suas ações estão sendo observadas? Existem relações com políticas públicas em áreas afins para fortalecimento e execução das ações pensadas para inserção das tecnologias nas escolas? Se existem, como elas acontecem?"

Fonte: Elaborado pela autora.

